Vozes da História

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert
Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

CONSELHO EDITORIAL ASSESSOR DA HUMANITAS
Presidente: Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento (Filosofia)
Membros: Profª. Drª. Lourdes Sola (Ciências Sociais)
Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Moura (Filosofia)
Profª. Drª. Sueli Angelo Furlan (Geografia)
Prof. Dr. Elias Thomé Saliba (História)
Profª. Drª. Beth Brait (Letras)

Vendas
Livraria Humanitas-Discurso
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Tel: 3818-3728 / 3818-3796

Humanitas Distribuição
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax: 3818-4589
e-mail: pubfflch@edu.usp.br
http://www.fflch.usp.br/humanitas

Humanitas FFLCH/USP – dezembro 2001

ISBN 85-7506-046-5

José Gonçalves Salvador

Vozes da História

Humanitas
FFLCH/USP

2001

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO • FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Copyright 2001 da Humanitas FFLCH/USP

É proibida a reprodução parcial ou integral,
sem autorização prévia dos detentores do *copyright*

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S182 Salvador, José Gonçalves
Vozes da história: José Gonçalves Salvador.–São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

208 p.

ISBN 85-7506-046-5

1. História do Brasil 2. História do Brasil – Política (Colônia) 3. História do Brasil – Sociedade (Religião) I. Título

CDD 981.03

HUMANITAS FFLCH/USP
e-mail: editflch@edu.usp.br
Telefax: 3818-4593

Editor Responsável
Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação Editorial
Mª. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Projeto Gráfico, Digitalização das Imagens e Diagramação
Marcos Eriverton Vieira

Capa
Diana Oliveira dos Santos

Revisão
Kátia Rocini

Em homenagem
às Universidades do Brasil e de Portugal

OBRAS DO AUTOR

O Didaquê ou O ensino do Senhor através dos Apóstolos. São Paulo: Imprensa Metodista. 1. ed., 1957; 2. ed., 1993. Coleção Padres Apostólicos, v. II.

Arminianismo e Metodismo. São Paulo: Imprensa Metodista, 1958.

Vida e epístolas de Clemente Romano – Século I. São Paulo: Imprensa Metodista, 1959. Coleção Padres Apostólicos, v. I.

Cristãos-novos, jesuítas e Inquisição. São Paulo: Pioneira, 1969.

Cristãos-novos, povoamento e conquista do solo brasileiro. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1976.

Cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1978.

Os magnatas do tráfico negreiro. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.

Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro. São Paulo: Pioneira/ Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992.

História do metodismo no Brasil. São Paulo, 1993, v. I e II .

A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1635-1700). Vitória: Editora da Universidade do Espírito Santo/ Secretaria de Produção e Difusão Cultural/ Departamento Estadual de Cultura, 1994.

Do amanhecer ao pôr-do-sol. Autobiografia resumida. São Paulo: Edições Opus Libre, 1995.

O autor também escreveu vários artigos, publicados na *Revista de História*, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e em outros periódicos.

Dedico este livro a meus três filhos, Lineide, Marineide e José, merecedores do meu carinho. Eles são obra de meu afeto. A meus queridos familiares, de quem sempre recebi inestimável apoio.

Sumário

Apresentação 11

Espaço I
Conceito de progresso em Filosofia da História 13

Espaço II
Achados no deserto da Judéia 29

Espaço III
A Lei de Imprensa e do Comércio de Livros de Filipe II, e
seus reflexos na América Luso-Espanhola 65

Espaço IV
De Wilberforce à Independência do Brasil 105

Espaço V
Fundamentos basilares do escravismo afro-brasileiro 109

Espaço VI
A população de cristãos-novos em São Paulo e Capitania 125

Espaço VII
Bandeirantes, cristãos-novos e judeus 137

Espaço VIII
Relações comerciais entre Macau e Japão
exercidas pelo grande navio de Amacon 143

Espaço IX
Os franceses na Guanabara 157

Espaço X
Padre Antonio Vieira e os cristãos-novos 185

Espaço XI
O Raposo Tavares e a Inquisição Portuguesa 195

Espaço XII
Rio de Janeiro visto por um americano em 1835 203

Apresentação

Tendo se completado cinco séculos da conquista da terra brasileira por Portugal, vem a lume o conjunto de textos aqui reunidos, com sua contribuição para o esclarecimento de alguns aspectos importantes da nossa história.

Trata-se de descobertas resultantes de pesquisas básicas realizadas em museus e arquivos no Brasil e em Portugal, ao longo de vários anos, nos quais o autor se dedicou incansavelmente à busca de respostas para lacunas no conhecimento então disponível, que muito o inquietavam.

Passo a passo foram sendo escritos livros sobre temas específicos, como os que estão arrolados na página 5 desta publicação, todos eles reconhecidos e apreciados nos meios acadêmicos, vindo a ser tomados como referência indispensável para os interessados na História do Brasil Colonial.

Foram também publicados vários artigos em revistas científicas, como a *Revista de História*, da Universidade de São Paulo e a *Revista do Instituto Genealógico Brasileiro*. O jornal *O Estado de S. Paulo* considerou importante colocar seu grande público leitor em contato com alguns deles, por meio do Suplemento Literário, que conta igualmente com notável receptividade entre a intelectualidade do país.

No intuito de oferecer uma nova oportunidade de acesso a esses artigos para estudantes e interessados, aqui estão disponíveis sete deles, cujas publicações originais são explicitadas no início de cada um. Junto com os outros cinco, eles são as *Vozes da História* que o autor deseja partilhar com o maior número possível de leitores, como uma colaboração de sua parte para melhor fundamentar a compreensão sobre nossas raízes.

Espaço I

Conceito de progresso em Filosofia da História

No vasto Universo de que a Terra faz parte, o homem ocupa lugar saliente. Relativamente ao Cosmos é ele uma tênue partícula e, se comparado a outros seres, afirmar-se-á de pouco valor. Já em tempos memoráveis o salmista hebreu se impressionara com o contraste ao indagar de Deus: "Quando vejo os teus céus, obra dos teus dedos, a lua e as estrelas que preparaste: que é o homem para que te lembres dele?" (salmo 8): Deus o criara pouco abaixo de Si mesmo, delegando-lhe poderes sobre animados e inanimados. Se revelava tão pequeno, contudo já se não poderia dizer tal, espiritualmente, pois Deus o fizera à Sua imagem.

É o homem, então, que dá significado ao nosso globo. Sem ele o drama da vida perderia o seu sentido, porque lhe cabe desempenhar o principal papel. É o ator por excelência. Por suas ações forma a tecitura da História, e quando se retira do palco, ainda permanecem as suas influências. As gerações passam, mas os seus feitos ficam para estímulo e exemplo das que as sucedem. O passado liga-se ao futuro pela cadeia do presente. E assim temos os germes de uma filosofia da história todas as vezes que tentamos perscutar o devenir escudando-nos no que já foi. Primeiro, então, o homem vive, para só depois começar a filosofar. *Primo vivere, deinde Philosophare*. Fora de dúvida, bem antes de Santo Agostinho ter escrito *De civatate Dei* muitos outros teriam levantado questões de interesse histórico-filosófico, como as que ora nos preocupam. "Para que vivemos?"; "que relação temos com o universo?"; "haverá alguma coisa que transcenda a nós mesmos?"; "contribuem as minhas ações para a realização de algum objetivo permanente?" De

modo que entre as respostas, a idéia de *progresso* um dia acudiu a mente humana.

O que se entende por progresso

A palavra "progresso" nos veio do latim *progressus*, de *progredi*, a qual significa no seu sentido mais simples gradativamente, crescer. Progredir é adiantar-se em alguma coisa. Emprega-se com referência a indivíduos, instituições e povos. Diz-se, por exemplo, da Humanidade, que ele tem progredido, porque, nos seus estágios de cultura, vai-se desenvolvendo mais e mais; que uma geração é excedida em suas realizações pela seguinte. No século XIX o significado do termo também se ampliou. Ensinavam os pensadores da época que a história possui movimento e que, por isso, o progresso é um fato, e só cessará quando o supremo bem for atingido. Caminhamos ininterruptamente em direção a um alvo ideal.

Ainda que tal conceito pareça equivaler à idéia cristã do estabelecimento do reino de Deus na Terra, ver-se-á quanto medeia entre os dois. Muito embora o Cristianismo seja uma das fontes em que a idéia moderna se inspirou, por meio do Messianismo bíblico, todavia, ela se apresenta agora como sua forma estereotipada, profana, secular, e às vezes até anti-religiosa.

Não devemos confundir a idéia de progresso com a de evolução. Aquela implica que o processo histórico tende para um fim, e à luz do qual poderemos descobrir o seu sentido; é fruto da liberdade e dos esforços humanos. Houve tempo, todavia, em que se tomaram as idéias de Darwin como base desse processo. Fazia-se derivar o processo histórico do envolvimento do homem na evolução natural; tese que Th. Huxley rejeitou (Niebuhr, *Faith and history*, p. 74). Instituições, sociedades, governos e tudo mais se explicavam à luz do evolucionismo. Herbert Spencer assim raciocinou.

Um único exemplo basta: o templo evoluíra do mausoléu, e o mausoléu do túmulo simples. No conceito o progresso era bom e necessário. Via ele uma adaptação geral de todos os organismos às condições de existência e, inclusive, espécie humana. Maior adaptação, maior progresso, melhor realização das finalidades da vida. O progresso era inevitável, uma vez que os homens eram impelidos para diante por uma necessidade natural. Tempo viria quando se alçaria soberanamente mesmo sobre a vida. Mesma verdade, findo é que se alçaram em seus assombros.

As idéias também possuem história. Vejamos-na.

História da idéia de progresso

Os antigos deram menor importância à idéia de progresso que os modernos, e a conceberam de modo bem diverso. No sentido de avanço social só apareceu relativamente há pouco. Ignoravam-na por completo.

1. O homem primitivo considerava sua existência precária e incerta. Quando se atirava para um objeto via frustrados os seus intentos, sentia que algo lhe frustrava os esforços. O melhor que podia fazer era recorrer à magia para proteger-se e lograr vencer as incógnitas forças adversas. Progresso? Nem sonhava com ele!
2. Já nas antigas civilizações o quadro se apresenta outro. Idealizavam uma Idade Áurea, mas esta pertencia ao passado. O melhor já fora. A mitologia de quase todos os povos faz menção aos bons dias idos. Os gregos, por exemplo, contavam que no reino de Cronus os homens viviam como deuses, livres de fadigas e pesares. Por conseguinte, só se poderia conceber o progresso como retorno ao passado. Hesíodo falava das quatro eras: do Ouro, da

Prata, do Bronze e do Ferro. É verdade que o mito caiu, mas quando se pensava em modelos, iam buscá-los no passado: em Licurgo, Sólon, Homero e Péricles.

3. Os primeiros conceitos de progresso surgiriam no período clássico, grego e romano, porém ainda não no sentido moderno de progresso indefinido. A história humana desenvolvia-se por meio de ciclos de regeneração e recaídas, à semelhança de uma roda de carro. As mudanças se processam sempre dentro de limites fixos e de um ciclo para outro. Tudo se repete. Só o tempo é indefinido. O mundo histórico e o mundo natural se confundiam; um é a justaparte do outro. A história e a vida refletiam esses ciclos, de igual modo ao que se dá com as quatro estações do ano. Platão, Aristóteles, Marco Aurélio, os antigos budistas, os Astecas, os Babilôneos e outros mais, inclusive escritores modernos e contemporâneos, enquadram-se nesse ponto de vista. Aos antigos interessava mais a estabilidade do que as mudanças sociais e políticas. Estabilidade simbolizava ordem, paz, harmonia. Mesmo o povo acreditava ser grave mal pretender alterar os destinos; os deuses de revoltariam. E neste particular nos identificamos com eles, especialmente após as deflagrações internas e as internacionais. Queremos paz e estabilidade a fim de recuperarmos o que se destruiu. Aferramos, assim, as nossas tradições, tornamos-nos conservadores e só admitimos mudanças quando naturais e espontâneas.
4. Heráclito, de Éfeso, colocou-se em posição diametralmente oposta, pelo que merecidamente é considerado um dos maiores inovadores de todos os tempos. Precedeu Lavoisier em cerca de dois mil e quinhentos anos ao defender a tese da mudança constante do universo. "Tudo muda", *panta rei*, dizia esse filósofo, inclusive o tempo.

Somente o *Logos*, lei que rege as mudanças, permanece estável. Foi assim, também, o precursor da idéia do progresso, vindo juntar-se-lhe depois a contribuição dos Epicureus com a da evolução social, igualmente revolucionária para seus dias. Negando que a Idade Áurea estivesse no passado, ensinavam que o estágio social da sua época era superior aos anteriores e servia ainda de escala para outro melhor. Lucrécio, autor do livro V do *Rerum natura*, esposou idéia quase igual, e usou o termo "progresso" mas em sentido vago, sem a implicação de processo contínuo.

O pensamento judaico nos é mais familiar. O Gênesis fala de um passado feliz, quando Deus criara o homem e lhe dera o Jardim do Éden para nele habitar Adão, no entanto, por sua desobediência, caíra do estado de graça, arruinando-se e à sua descendência. O presente tornou-se para o judeu uma época de degeneração, mas não de desespero. Havia solução para os problemas. Jeová continuava ao lado do povo. Até que os profetas lhe acenaram com o ideal de um estado perfeito, de base ética. O Messias viria estabelecer o Reino aqui, e quantos se achassem agindo mal teriam que haver-se com Ele. O futuro seria, pois, de restauração.

Vemos, contudo, que o ideal messiânico diferia da idéia de progresso, pelas razões seguintes: a) seria realizado não por esforço humano, mas por intervenção divina. A queda fora ato humano, ao passo que, a restauração seria de Deus. Dela participaria não o povo todo, mas aqueles que andassem nos caminhos de Jeová; os estrangeiros só em condições excepcionais.

Seria o fim do processo do mundo. Atingido este objetivo não se podia ir além. Ao tempo de Cristo o ideal havia degenerado em muitos aspectos. Ele tomou-o de novo e o apresentou na sua devida forma. A salvação foi oferecida a todos. A Idade Áurea correspondia ao Reino de Deus. O melhor está para vir. Daí o otimismo da religião cristã.

Por vezes as concepções cristãs sofreram sérios embates, especialmente na Era Patrística, no Renascentismo, no século XIX, e após as duas últimas guerras. A princípio deu-se o entrechoque com o paganismo; depois vieram as invasões bárbaras e as muçulmanas, e a seguir a volta aos clássicos, as invenções e descobertas, os novos conhecimentos e as rivalidades internacionais. A fé muito tem sofrido, mas as tempestades e contratempos mais lhe têm realçado o brilho, que ela irradia ao seu redor.

Conquanto fosse a Era Moderna de esplêndidas conquistas, senão foi o Cristianismo mais uma vez, ao lado agora apresentava um contraste interessante: enveredava pelas descobertas e invenções, mas continuava agarrada ao passado humanismo e à reforma, só se desapegando a partir do século XVII em face das transições.

A filosofia cristã e a ciência se completavam: aquela indicando-lhe um destino feliz, esta mostrando-lhe o papel da razão no comportamento físico e social. Galileu e Newton sondam a Natureza e dizem que Deus revela-se nela, e que suas leis podem ser benéficas se devidamente usadas. Se as estudarmos seremos mais e mais sábios. Não há, pois, necessidade de retornar ao passado. A experiência hoje já é maior. Pascal e Pontenelle pronunciam-se sobre o progresso. O conceito se divulga e amplia. A teoria acabou por estender-se a todos os setores da vida humana; tornou-se universal. Línguas, costumes, sentimentos, tudo, enfim, evoluíra. J. B. Vicco (1668-1774), precursor da moderna psicologia, ao pronunciar-se a respeito da natureza humana, em *Princípi de scienza nuova...* descreve as fases pelas quais possa a mesma passar; a princípio é rude, logo austera, depois suave, posteriormente delicada, e por último licenciosa. E o seu princípio aplica-se a indivíduos e a povos. Exemplifiquemos. Um indivíduo começa do nada, enfrenta as asperezas da vida e luta sem desânimos. Afinal obtém o que almeja. Daí em diante vê-lo-emos entregue à ociosidade e ao luxo, e não raro volta ao nada. Por exemplo: Babilônia, Roma, antigos impérios e modernos estados, decaem, após decrescer, são provas a sal-

tar aos olhos. É ainda a lei do ciclo, que Vicco passou a denominar com novos termos: *corsi e recorsi*. A partir de um ponto mais elevado, começa a descida.

Condorcet (1743-1794) adiantou-se a Vicco. No seu *Esquisse d'un tableau historique de l'esprit humain* faz entrosarem-se o desenvolvimento histórico e o do espírito humano. Progridem os indivíduos e as gerações. O progresso forma um encadeamento sempre em grau ascendente, servindo cada momento de base para o seguinte. No fim virá a perfeição e com ela a felicidade. Condorcet fez mais: achou possível traçar um quadro do progresso futuro do espírito humano. A teoria do progresso, logo depois, acharia ardentes defensores nas pessoas de Price, Priestly, Spenser, Hegel, Comte, Karl Marx, e outros.

No século XIX alas se defrontaram: uma, constituída por juristas e historiadores, sob a égide de Ranke, os quais cansados da revolução e das guerras napoleônicas desdenham todas as idéias de transformação e preferiam a de estabilidade. À outra filiam-se idealistas e evolucionistas, sobretudo. Tendo à frente vultos da importância de Hegel e Comte, não demorou a ganhar influência preponderante sobre os espíritos mais ilustres da época. Esposaram eles a idéia do progresso, elaborada com o apoio das ciências naturais, conforme já aludi anteriormente. O darwinismo era o seu *background*. O progresso realizava-se independentemente da vontade do homem, mediante forças inerentes ao mundo fenomenal. A causa achava-se fora do homem. Há uma seleção natural que vai eliminando os fracos e deixando sobreviver os mais fortes. De igual sorte vão prevalecendo as idéias que mais correspondem aos anseios dos povos. As culturas também evoluem. São bem conhecidos, a propósito, os três princípios de Hegel: Tese, Antítese e Síntese. Uma situação presente desperta outra contrária mais forte; do seu entrechoque surge a Síntese, que passa a ser a nova Tese, e assim por diante. A humanidade é compelida a marchar para frente, a desenvolver-se. Partindo da "inconsciência natural", chegará

um dia à completa dominação racional do ser. Será o triunfo da razão. O espírito vai adquirindo cada vez maior consciência de si mesmo. A meta final é atingida com a liberdade. O homem será senhor da natureza e da história. Augusto Comte via no próprio homem a força determinante do progresso. O instinto para melhorar fazia parte de sua constituição. Por um esforço natural ia progredindo. A lei comtiana dos três estados de cultura assim apareceu: teológico, metafísico, positivo ou científico. A religião estava no degrau inferior e a ciência no superior. Era ainda o engrandecimento da razão e o rebaixamento da fé. Para resolver os mistérios da vida a ciência dispunha de maior capacidade. Karl Marx fez depender o progresso da luta de classes. Elas se degladiam, mas a vitória caberá ao proletariado. Sua situação já é melhor hoje, e no futuro ainda mais. A religião será desnecessária, porquanto os temores e incertezas cessarão. O homem terá tudo que lhe for preciso. Como se só de pão vivesse.

Crítica à noção de progresso

A noção de "progresso", tal como foi enunciada, encerra numerosas contradições e merece alguns reparos. Afirma com acerto o escritor J. B. Bury em sua obra *Idéia de progresso* que mesmo do ponto de vista filosófico esse conceito é logicamente inconsolável. Sim, porque de um lado implica em mudança (*change*) perpétua, de outro implica em atingir um alvo final, além do qual mudança mais profunda eqüivaleria a regressão. Para Hegel o estágio final consistia na liberdade, para Comte, no triunfo do conhecimento, para Marx, no fim da luta de classes, com a vitória do proletariado.

No geral os seus defensores colocam-se em posição histórica, deixando-se conduzir mais pela imaginação do que pela realidade. São os dialéticos da história. Adotam uma idéia preconcebida e

por meio dela pretendem explicar o suceder histórico. Partindo da suposição de que o passado sempre foi pior que o presente, acham possível concluir que o futuro será melhor com relação ao presente. Não nos parece que as civilizações egípcias, ou a minoana, fossem moral e esteticamente inferiores à nossa, guardadas as devidas proporções. Burckhardt e outros já o negaram também. Aliás, o que a história nos indica é a interrupção da linha de progresso por diversas vezes. E, assim sendo, o progresso não segue em linha ascendente conforme se pretendeu.

- Teríamos que conhecer o passado desde as origens para afirmarmos ter sido sucessivamente superior ou inferior; problema esse que sempre será uma incógnita. Contudo, foi desse remotíssimo período da vida humana que Hegel criou a sua Tese, a primeira coluna de sua filosofia. O homem de então não diferenciaria sensivelmente do bruto irracional. Só aos poucos foi evoluindo com o despertar de sua consciência.

  Tão inteligente se nos afigura, entretanto, o homem que descobriu o fogo, quanto o que inventou a lâmpada de pilhas; o engenheiro que dirigiu a construção das pirâmides quanto os modernos arranha-céus. De premissas falsas, chegar-se-á a conclusões falsas. Nesse erro também incidiu Gibbon quando datou a queda do império romano ao século II d.C., culpando por tal desastre o Cristianismo, sendo que, na verdade, o declínio principiara bem antes.
- Esta teoria do progresso assume atitude falsa para com o tempo, segundo esclarece Nicolas Berdyaev (em *The meaning of history*, capítulo X). Primeiro porque o diversifica em três momentos: passado, presente e futuro, como se tratasse de um drama distribuído em atos, embora sem interrupções. Contudo, o tempo é uno, não se fragmenta. Nós seres transitórios é que assim o precisamos con-

siderar. Além disso, essa divisão importa num antagonismo dos três. O presente sobrepõe ao passado e o futuro a ambos. E como bem afirma o referido escritor russo "diviniza o futuro a expensas do passado e do presente". A felicidade só pertence às gerações do porvir, as demais apenas serviram para lhes preparar o repasto. Motivo que o leva a dizer ainda: "A geração do futuro desempenha o papel do vampiro", pois se nutrirá "à custa das ossamentas das gerações passadas". A vida humana é uma tragédia contínua. Suas limitações e agruras só no tempo encontram lenitivo; ele as suaviza paulatinamente. No fim a meta da perfeição, o progresso absoluto, o estado perfeito, será alcançado.

- Ora, se for assim, todas as nossas esperanças têm que ser postas no longínquo amanhã; o que fizermos hoje pouco valerá. De fato nossos esforços quase nada valem. O progresso é inevitável e nem os nossos erros o podem entravar. Agimos como autômatos. A vontade humana não é levada em consideração, outro grande mal de todos os determinismos.

Há a meu ver uma dedução talvez mais extremada em profundo desacordo com a doutrina cristã, a de que o mal se vai desarraigando da natureza humana à medida que se efetua o progresso. O bem, ao contrário, se desenvolve pela mesma razão. Contrastemos, porém, os homens da Revolução Francesa com os da Guerra dos Trinta Anos, ou os das recentes deflagrações. Que vantagens terá a sociedade atual sobre os antigos raptores sabinos? Os mesmos instintos aí estão, plenos de vigor.

Estas duas guerras abalaram seriamente a teoria do Progresso vinda do século anterior. A razão humana provara a sua estultícia e não se podia confiar mais na bondade do homem. Era preciso nova tomada de posição, e foi o que fizeram Osvald Spengler com a obra *Declínio do Ocidente*, no qual retorna à noção grega dos ci-

clos: por um fenômeno inexplicável as civilizações nascem, desenvolvem-se até ao apogeu, e depois declinam e morrem; P. A. Sorokin, com a *mobilidade social*, em que interpreta a mudança social como fluxo sem orientação determinada e sem tempo definido. Destacando-se mais recentemente J. A. Toynbee, inglês, A. Schweitzer, suíço, Berdiaev, russo, e Reinhold Niebuhr, americano, cristãos famosos, autores de importantes obras de filosofia da história, não se ignorando o nome de Jacques Maritain, Butterfiel, Eddy. Por todo o Ocidente há um desejo intenso para se desvendar o sentido histórico e ver se melhor se poderá preparar o futuro. Não queremos alimentar ilusões quanto ao amanhã!

Em que ficamos, então?

Há progresso no mundo em que vivemos?

Tentemos a resposta antes que a filosofia cristã da história tenha a sua palavra a nos dizer.

Naturalmente nossa opinião sobre o progresso depende do critério que adotarmos e da posição em que nos acharmos. Poderemos escolher uma época relativamente próxima ou distante e julgá-la segundo afeições artísticas, ou comerciais ou morais. Enfim, pelo prisma que mais nos agrade. Ou conforme nossos pendores políticos. Para uns os gregos seriam superiores aos hindus, para outros os fenícios o seriam, esquecendo-se que no geral um povo não é superior em tudo. Alguma coisa se salienta ora num, ora noutro. É preciso uma visão de conjunto, tomada sem preconceitos, para que se evite o que Burckhardt considera "ilusões óticas". Um mau juízo converter-se-á em prejuízo, segundo afirma (*Reflexiones sobre la historia universal,* p. 294-303).

Há que entender-se o sentido de progresso sob duas feições distintas: como concepção filosófica e fato histórico. Considere-

mos a segunda, pois já vimos aquela. Ninguém se atreverá a negar a realidade do progresso em determinados setores da vida humana:

a) **Cultural:** sabemos incomparavelmente mais, hoje, do que há dois mil anos. Conhecemos melhor os povos do passado e os que nos eram distantes. Os segredos do Universo e os da natureza humana vão sendo desvendados. Dispomos de meios técnicos jamais sonhados. A ciência tem feito descobertas e invenções de pasmar. A Terra de agora não tem a feição de há cem, quinhentos, três mil anos atrás. Por todos os lados se projeta a sombra de um ser supostamente insignificante: o homem. Ele subiu às alturas e desceu aos abismos; encurtou as distâncias e se projetou no espaço. O homem tornou-se quase onipresente graças ao telefone, rádio, à televisão e ao aeroplano.

b) **Social:** a vida social tem melhorado. Possuímos instituições que os antigos desconheciam. O infanticídio, a poliandria, a escravidão são raríssimos. As leis estão se humanizando. Ao lado das forças do mal existe um potentíssimo exército de gente empenhada na prática do bem.

c) **Espiritual:** Mesmo espiritualmente tem havido progresso. Sabemos mais sobre Deus e Seus desígnios para conosco. Milhares e milhares estão interessados na vida eterna. Mas este progresso tem ficado muito aquém de qualquer outro, não porque o digam os teólogos, e sim porque as evidências o comprovem. Gustave Le Bon, adepto do progresso restrito, referindo-se ao homem moderno coloca-o entre duas categorias de impulsos: uns, contemporâneos da pré-história; outros, de origem recente (Bases científicas de una filosofia de la historia, p. 75). Diz-nos a experiência, contrariamente às expectativas de Hegel e Condorcet, que o mal ainda não se desarraigou de nossa natureza.

d) Isto me faz lembrar daquela tribo amazônica, cujos integrantes param de quando em quando durante suas excursões. Perguntando-lhes alguém porque o faziam, responderam: precisamos esperar a alma, porque o corpo anda mais depressa.

E nós para onde caminhamos? Poderemos prever o progresso da Humanidade?

O hegeliano, o comtista, ou o evolucionista, poderiam responder facilmente; caminhamos de estágio em estágio, rumo à perfeição. Outros julgam ser possível planejar o futuro e até prevê-lo, observando as lições do passado. *História viate magistra*. Contudo esse progresso também foi lento. Como pesaríamos o seu desenvolvimento? E que diríamos dos imprevistos na história? Ela tem as suas surpresas! A derrota dos muçulmanos em Poitiers; o fracasso de Napoleão nas estepes russas; o colapso quase brusco dos exércitos de Hitler. O mundo está se tornando cada vez mais complexo para que nos sirvamos de um passado menos complexo. As condições gerais não permanecem indefinidamente as mesmas, e nós vivemos em um Universo de mudanças constantes. E no meio de tudo isso teremos de admitir a existência de forças latentes que um dia, talvez, subam à tona.

O amanhã é imprevisível. O maior dos mestres, Jesus Cristo, já nos advertira: "Não vos compete saber os tempos". O futuro deve ser folheado página por página sem se consultar o índice, escreveu Coelho Neto. Ser-nos-ia pior se o soubéssemos. Sofreríamos o mal muito antes que nos ferisse. Nossa vontade ficaria minada. O incógnito, porém, se converte em estímulo para as nossas faculdades.

Cremos no entanto que o progresso pode ser acelerado e pode ser retardado. Cremos que a Humanidade pode suicidar-se

num instante, se o quiser. Cremos com Toynbee que nenhum fatalismo há que obrigue nossa civilização a mergulhar para sempre no abismo. Mas pode acontecer, como já sucedeu. Que resta das antigas civilizações? Quereis saber de onde veio o inimigo? Procurai-o no seio do próprio povo. Não foi o Cristianismo o exterminador do Império Romano; a enfermidade vinha de longe. Pizarro não conquistou o Inca; foram as rivalidades internas que o entregaram em suas mãos. "A casa dividida contra si mesma não pode prevalecer", disse-o Jesus (Mt., 12: 25). A queda das nações começa pela decadência de seus cidadãos.

Que tem a dizer a filosofia cristã da história?

Ela nos afirma a possibilidade de um mundo melhor, pois para isso Cristo veio, e para isso ordenou a pregação do Evangelho. Aos discípulos ensinou a orar: "Venha o Teu Reino". Fomos criados para viver nesse Reino, que não é utopia. Mas o Reino não será imposto à força: é obra de Deus e do homem colaborando juntos. Não que Deus seja impotente para agir, e sim porque respeita a vontade do homem. Aqui, está, então, um dos obstáculos ao estabelecimento do Reino; o outro é a realidade do pecado. Enquanto o homem viver divorciado de Deus e enquanto o mal existir em sua natureza, o Bem perfeito será impossível.

O caminho é o arrependimento. Reconciliado com Deus o homem torna-se nova criatura e passa a agir diferentemente. Mudada a sua natureza, tudo mais se modificará. O progresso se irradia do seu coração para o exterior. Todo homem regenerado concorre para acelerar o progresso. E o Reino de Deus, estabelecido em sua alma, vai-se estendendo também pelo mundo afora, até projetar-se afinal para além da história, onde o seu domínio será completo.

Deus está fazendo Sua parte. Deu-nos o mundo em que habitamos. Ajudou-nos por meio de Suas revelações e atos providenciais. Depois veio à Terra na pessoa de Seu Filho. Jesus organizou a Igreja para continuar Sua obra. Agora cumpre aos homens voltarem-se para Deus e colaborarem eficazmente na realização dos planos divinos.

A solução antes de ser econômica ou política, é religiosa. E para terminar cito uma expressão do insigne Toynbee: "São ainda o Cristianismo. E as religiões superiores que nos podem servir de guia; é das regiões imprevistas que poderão sobrevir as palavras e os atos salvadores" (*A civilização posta à prova*, p. 32), referindo-se à situação difícil por que passa a Humanidade. Lembro-me, também, das históricas palavras do general McArtham quando ao desembarcar no Japão, disse: "O problema do mundo é teológico".

Bibliografia

BUTTETFIELD, Herbert. *Christianity and History*.
BAUER, Guillermo. *Introduccion al estudio de la História*.
BERDYAEV, Nicolas. *The Meaning of History*.
BURCKHARDT, Jacob. *Reflexiones sobre la História Universal*.
ENCYCLOPEDIA OF SOCIAL SCIENCES, v. XII.
FERM, Virgilius. *Na Encyclopedia os Religion*.
LE BOM, Gustave. *Bases científicas de una filosofia de la História*.
HUIZINGA, J. *El concepto de la História y otros ensaios*.
NIEBUHR, Reinhold. *Faith and History*.
SCWEITZER, Albert. *The philosophy of civilization*.

Decadência e Regeneração da Cultura

SOROKIN, Pitirin. *A social philosophies of an age of crisis*.
TOYNBEE, Arnold J. *A civilização posta à prova*. A study of History – abridgement by D. C. Somervell.

DURANT, Will. *Os grandes pensadores história da filosofia*.
WEBER, A. *Histoire de la philosophie européenne*.

Espaço II

Achados no deserto da Judéia (Os manuscritos do Mar Morto)*

No ano de 1947 foram encontrados alguns manuscritos redigidos em hebraico, numa gruta do deserto da Judéia, próxima ao Mar Morto. A princípio não se lhes deu muita importância, mas, à medida que se verificava sua antigüidade e seu conteúdo, iam despertando o mais vivo interesse. Poucas descobertas ocasionaram em tão curto espaço de tempo bibliografia mais copiosa e apaixonada. Escreveram-se centenas de artigos, publicaram-se dezenas de livros e de monografias, fizeram-se conferências públicas, discutiu-se muito por meio de jornais e de revistas, envolvendo eruditos da filologia, da exegese, da arqueologia e de outros ramos, na célebre "batalha dos rolos", conforme a expressão de H. H. Rowley. É que esses documentos, acrescidos depois por uma crescente messe de textos em pergaminho ou couro, moedas, objetos de cerâmica, e pela descoberta de velhas ruínas e bem assim de um antigo cemitério, projetaram novas luzes sobre a história da Palestina no período que se estende de meados do século II a.C. a meados do século II d.C., chamado de período intertestamentário.[1] Alguns deles permitiram conhecer melhor o ambiente em que se desenvolveram as seitas e os partidos pré-cristãos, sobretudo a dos essênios; outros, pelo seu teor religioso, estão a exigir uma reinterpretação da Bíblia. O professor Dupont-Sommer, catedrático da Sorbone, pretendendo relacionar o Cristianismo com aquela seita, provocou

---

* Publicado originalmente na *Revista de História* – USP, 1960.

[1] Intertestamentário é o período compreendido pelo tempo que medeia entre o Velho e o Novo Testamento, ou seja do ano 200 a.C. ao ano 100 d.C. em termos gerais.

tremenda agitação. Já em se tratando da segunda revolta judaica, dirigida por Simão Barkosheba, contra os romanos (132-135 d.C.), a questão é pacífica ou quase pacífica, por se revestir o terreno de maior consistência.

As descobertas na região do Mar Morto

Muitas regiões do globo mereceram a atenção dos pesquisadores de antigüidades, exceto a do Mar Morto na Babilônia. De fato, que vantagem se poderia tirar de local tão adverso, onde a vida dificilmente consegue vingar, de clima inóspito, de solo improdutivo e de baixa altitude – mais de 300 metros abaixo do nível do Mediterrâneo – que é o caso da depressão circunjacente ao referido mar? A não ser alguns eremitas do tipo de Banus, João Batista, e Jesus Cristo no início de seu ministério, quem se sentiria inclinado a buscá-lo? Por que, pois, fazer sondagens ali? Ninguém o pensava, se o acaso não viesse chamar o homem para certas realidades. E isto sucedeu em fevereiro ou março de 1947, quando beduínos da tribo dos ta'amireh apascentavam seus rebanhos na redondeza e tinham ido a Ain Feshka, na margem ocidental do grande lago salgado, e a uns 12 quilômetros ao sul de Jericó, onde havia a única fonte de água de que se podiam abastecer. Ou segundo outra versão, quando empreendiam o contrabando de lanígeros e de mercadorias. O certo é que, extraviando-se uma ovelha, o jovem Muhammadh-Dib, apelido de "o lobo" **(***al-dib***)**, saiu a procurá-la, na suposição de que caíra num fosso ou fenda das falésias próximas. Encontrando uma cova, deixou desprender-se uma pedra, e pôs-se a escutar, tendo, em conseqüência, ouvido um som esquisito: parece que algo se havia quebrado. Que seria? Ato contínuo chamou um companheiro, descendo ambos à caverna. Depararam então com grandes jarros, intactos alguns, quebrados outros. Tais utensílios continham rolos envoltos por telas de linho,

revestidas por uma substância semelhante a alcatrão ou cera. Abriram um dos rolos. As folhas ou placas estavam unidas por meio de costuras, formando longa peça. Tratava-se de estranho manuscrito redigido em caracteres que eles ignoravam. Certamente deviam ter valor, pensaram os dois beduínos, e, por isso, resolveram vender um lote a determinado mercador de Belém, burlando, para tanto, a vigilância da guarda aduaneira do Jordão. No entanto exigiram elevado preço: 20 libras, além do que o negociante não se sentia habilitado para avaliar a mercadoria, obstando a transação. Afinal, após uma série de ofertas, o arcebispo metropolitano da Igreja Ortodoxa Síria (Jacobita), Mar Athanasius Yeshue Samuel, residente no mosteiro de São Marcos, no Jerusalém Velho, inteirou-se do negócio. Tendo visto um dos rolos, verificou achar-se escrito em hebraico, e se interessou pela aquisição de todo o lote, mas quando os beduínos retornaram dias depois com a mercadoria, o porteiro os despediu, ignorando o acordo feito por Mar Athanasius. Então venderam parte a certo judeu, residente na cidade nova, de Jerusalém. A outra ainda a conseguiu adquirir o metropolitano Samuel, por meio de um mercador sírio.

A decifração que veio a comprovar a procedência dos rolos, os traficantes a revelaram dias depois a um dos sacerdotes do mosteiro ou seja, a cova onde os haviam encontrado. Restava, agora, descobrir o que diziam os rolos, pois o arcebispo sírio não sabia o hebraico. Também as circunstâncias eram pouco favoráveis à decifração, em vista da guerra entre judeus e árabes. A ONU determinara dividir o território entre os dois contendores. As fronteiras tornaram-se quase intransponíveis. Mas Samuel não descansou. Dirigiu-se à Escola Bíblica, dos dominicanos, no Velho Jerusalém; todavia, o Padre Rolando de Vaux, que o poderia ajudar, encontrava-se em Paris. No Departamento de Antigüidades, na Jordânia, sofreu igual desapontamento: o Sr. G. Lankaster Harding, estava fora. Avistou-se, porém, com o erudito holandês, Padre Van der Ploeg, da Escola Bíblica, recém-chegado, o qual, examinando

um dos rolos, constatou ser o texto do Profeta Isaias, conclusão a que chegaria o douto judeu, Tovia Wechsler, sem lhe darem maior importância. Mar Athanasius seria mais feliz na Escola Americana de Investigações Orientais, graças à atenção que lhe dispensaram dois jovens eruditos: o Dr. John C. Trever, diretor em exercício, e seu colega, Dr. William H. Brownlee. Estes não apenas confirmaram tratar-se do texto de Isaias, mas foram mais longe: comparando-o com a escrita do papiro Nash, considerado o mais velho manuscrito hebraico, concluíram que o de Isaias era tão antigo ou mais, descoberta de grande importância, já se vê, porquanto, que o mais remoto texto da Bíblia hebraica, chamado massorético, não vai além do século IX da era cristã. Estudos posteriores reforçaram o ponto de vista dos dois sábios. Dali a pouco, em virtude das condições reinantes, Samuel embarcava para os E.U.A. levando os rolos consigo.

Os rolos vendidos em Belém pelos beduínos, parte restante do lote, em número de quatro, comprou-os do mercador, junto com um punhado de fragmentos, em fins de 1947, o professor E. L. Sukenik, arqueólogo principal da Universidade Hebraica de Jerusalém, quando, também, veio a saber da existência dos outros em poder do metropolitano. Decorrido um ano, ou seja, em setembro de 1948, já se informava à imprensa o conteúdo dos preciosos manuscritos: o texto de um segundo exemplar de *Isaias B*, a *Guerra dos filhos da Luz contra os filhos das Trevas*, os *Salmos de Ação de Graças da Seita da Nova Aliança*, todos do século I ou II a.C. Quis adquirir os de Mar Athanasius Yeshue Samuel, porém este já havia decidido embarcar com os mesmos para a América, como realmente sucedeu, em princípio de 1949. Nos Estados Unidos, com certeza, os documentos lhe proporcionariam maiores vantagens. E, uma vez chegado ali, foram os rolos exibidos em diversos lugares e publicados os textos do *Profeta Isaias,* do *Comentário de Habacuque* e do *Manual de disciplina,* só faltando os do *Apocalipse de Lameque.* Contudo, o interesse despertado foi pequeno. As Faculdades de Teolo-

gia não estavam em condições de pagar o preço exigido e, além do mais, pesavam dúvidas acerca do direito do Mar Athanasius sobre os rolos, por tê-los retirado da Palestina sem licença do Departamento de Antigüidades. Mas, fato curioso, em fevereiro de 1955, a Universidade de Jerusalém anunciava achar-se também de posse destes manuscritos. O general Yigael Yadin, filho do professor Sukenik, visitara os E.U.A. e os comprara pela soma de $250.000 por intermédio de um advogado. Quando se descobriu a transação, já estavam reunidos aos seus velhos companheiros, na Cidade Santa.

Já então lavrava o fogo das discussões, sobretudo no referente à data dos manuscritos. O professor Zeitlin, do Dropsie Colege, em outubro de 1948, escrevia pondo em dúvida a antigüidade do *Comentário de Habacuque*, e em janeiro de 1949 a do *Manual de disciplina*, recuando-os para a Idade Média. Essas e outras críticas produziram resultados benéficos, desde que levaram os entendidos a toda sorte de exames: paleográficos, filológicos, químicos e arqueológicos.

Nova e abundante colheita de material

Em razão dos problemas suscitados, tornava-se imprescindível um exame mais acurado da caverna de Qumrãn, ou gruta de Ain Feshka, e investigar outras da zona ao redor. Em janeiro de 1949 o capitão belga Philippe Lippens, observador da ONU na Jordânia, sendo arqueólogo amador, interessou-se vivamente por tais pesquisas, dando-lhes pronto início. A seguir o Departamento de Antigüidades, as escolas Americana de Investigações e a Francesa lhe referendavam a ação, sobressaindo-se no valioso empreendimento as figuras de G. L. Harding, do Padre de Vaux e do professor O. R. Sellers. Trabalharam durante quase cinco semanas, em condições difíceis. A caverna media 8 metros de comprido por

2 metros de largo, porém com abertura muito acanhada, dificultando movimentos e a penetração de ar. Verificaram que os caçadores clandestinos de preciosidades ali tinham deixado suas marcas deletérias, danificando nesciamente objetos de valor. Todavia ainda puderam recolher muita coisa interessante; aliás, tudo que foi possível, por insignificante que parecesse: pedaços de envolturas de linho, cacos de cerâmica, fragmentos de manuscritos etc. A comparação com os rolos vendidos pelos beduínos resultou, de modo geral, na sua equiparação quanto à escrita, estado de conservação e até no conteúdo com o material anterior. Provavelmente pertenciam à mesma coleção de documentos. Mas havia também material pertencente ao período romano. Uma pequena parte dos fragmentos se apresentava redigida em hebreu antigo ou fenício. Os achados incluíam certos livros canônicos do Velho Testamento, de apócrifos e de obras desconhecidas. A gruta deveria encerrar, primitivamente, umas 5 jarras de 60 centímetros de altura por 25 cm de diâmetro, comportando ao todo 150 a 200 rolos.

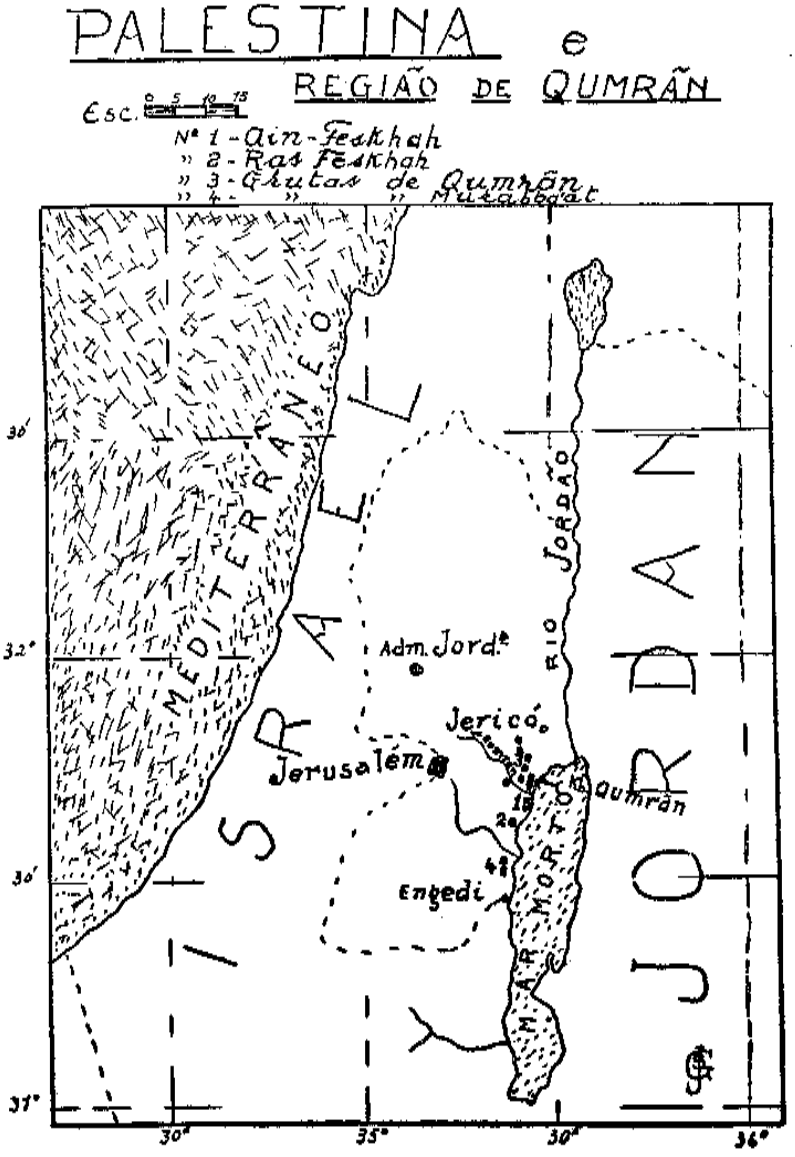
A pesquisa prosseguiria noutro lugar, pois o professor Paul Kahle, da Alemanha, recomendava que se examinassem as ruínas de um velho edifício próximo a Khirbet (ruína) Qumrãn e bem assim, o cemitério adjunto. Harding e de Vaux se incumbiram mais uma vez da tarefa, colhendo, de novo, largos frutos. Puseram a descoberto um prédio de aproximadamente 36 por 30 metros, contendo quartos e um amplo salão. Colheram moedas de bronze, grande quantidade de cerâmica, uma vasilha semelhante às da gruta, uma lâmpada e dois tinteiros. O estudo levou à conclusão de que as ruínas de Qumrãn e a cova de Ain Feshka estavam relacionadas mutuamente.

Entretanto, os ta'amirehs continuaram a vender pedaços de manuscritos, já não só em hebraico, mas agora também em grego e aramaico. De onde provinham? De outras cavernas da região! Por conseguinte, era preciso investigar mais extensamente. Obtida a autorização do Departamento de Antigüidades, vasculharam as

covas, desde o Wady (córrego temporário) Murabba'at, a 17 quilômetros ao sul de Qumrãn, ao Wady en-Nar, ou do vale de Cedron, e ao Khirbet Mird. Ao todo 267 covas. Na cova 2 (2Q) retiraram diversos fragmentos dos livros de *Jeremias*, do *Êxodo*, *Números*, *Deuteronômio*, *Salmos* e *Ruth*, e dos não-bíblicos uma pequena parte do *Livro dos jubileus*, que ao lado de outro da cova 1, sugere quão importante fora ele na vida e na seita de Qumrãn. A cova 3 (3Q), além de passagens de livros bíblicos e de apócrifos, forneceu dois surpreendentes rolos de cobre, legíveis só pelo lado de fora, em parte, visto não se poderem abrir, por causa de seu estado. A gruta 4 (4Q) foi a mais pródiga de quantas receberam a visita dos pesquisadores, excedendo-as mesmo em interesse e importância. A lista de obras fornecida então, abrange manuscritos de todos os livros do Antigo Testamento, com a possível exceção de *Ester*, sendo que alguns estão redigidos no velho hebraico. Calcula-se em mais de uma centena o número de manuscritos bíblicos depositados somente nesta cova, embora reduzidos a fragmentos, e outro tanto o de obras desconhecidas; diversos da literatura apócrifa e também comentários sobre Isaias, Malaquias e os Salmos, filactérias e textos litúrgicos estabelecendo o calendário dos essênios.

Nas ruínas de Khirbet al-Mird, a nove milhas ao sudoeste de Jerusalém – local onde se ergueu a fortaleza Hircânia, destruída em 57 a.C. por Gabínio, general de Pompeu, reconstruída depois por Herodes, o Grande e de cujos destroços surgiria mais tarde, nos fins do século V, uma filial do mosteiro de São Sabas – os beduínos encontraram documentos em grego e em árabe, diversos dos quais do Novo Testamento, datando dos séculos V ao VII, acrescidos por outros, descobertos em 1953 por uma expedição arqueológica belga. Um dos mais importantes é uma passagem da Andrômaca de Eurípedes. Lembramos, contudo, que estes últimos manuscritos nada têm a ver com os de Qumrãn, que são de época mais remota.

Quanto à região de Murabba'at os relatórios a descrevem como de acesso dificílimo, inóspita, desolada, de modo que, quando ali se efetuaram as pesquisas, foi precisa a cooperação da Força Aérea Jordânica. Já desde fins de 1951 os ta'amirehs vinham explorando as relíquias destas covas. As descobertas realizadas em quatro delas revelaram diversas fases de ocupação, que se estendem de 4000 a.C. a 1400 d.C. Os seus primitivos habitantes viviam da caça, criavam gado e cultivavam no platô próximo. Aqui, segundo parece, Davi se ocultou do rei Saul, a concluir-se de *I Samuel 24*. A ocupação durante os séculos I e II d.C. foi intensa, em vista dos objetos achados em metal, couro, fragmentos de cestaria e de cerâmica, moedas romanas (de Nero a Adriano) e nove do tempo da revolta de Barkosheba. Entre os documentos dignos de nota, há um palimpsesto em hebreu arcaico, datando de aproximadamente o ano 600 a.C., parecendo tratar-se de uma carta; dois contratos em grego, sendo que um é datado do sétimo ano de Adriano; um atestado de débito do tempo do cônsul Statilius Severus (a.D. 171) e dois fragmentos de uma obra literária desconhecida. Os textos bíblicos são todos dos dois primeiros séculos de nossa era. Mas os mais importantes documentos são os que se referem à segunda Revolta Judaica contra os romanos. Diversos deles, escritos em hebraico, falam da "libertação de Israel pelo ministério de Simeão ben kosiba, Príncipe de Israel".


PALESTINA e
REGIÃO DE QUMRÃN
Esc. 0 5 10 15
Nº 1 - Ain-Feshkah
" 2 - Ras Feshkah
" 3 - Grutas de Qumrãn
" 4 - " " Murabbaat
MEDITERRANEO
ISRAEL
RIO JORDÃO
JORDAN
Adm. Jord.ª
Jericó
Jerusalém
Qumran
Engedi
MAR MORTO
30'
32°
30'
31°
30°
35°
30°
36°

Visão esquemática dos manuscritos

A abundância de fragmentos colhidos, a exigüidade de tamanho de muitos deles e o precário estado de conservação em que se encontravam, têm impedido apreciar melhor as matérias de que tratam. Alguns, como o rolo de Lameque, apresentavam-se quebradiços, outros, quase ilegíveis, exigindo tratamento especial antes de se tentar decifrá-los, ou, conforme o caso, antes de serem ligados às peças de que provinham. E, muito embora, o caminho ainda seja longo, muito já se percorreu. Os manuscritos maiores já foram lidos, inclusive os dois rolos de cobre.

1. – *O rolo de Isaias A*, ou manuscrito de São Marcos.

Pertenceu ao arcebispo Samuel, e depois à Universidade Hebraica de Jerusalém. Despertou grande sensação por antedatar de cerca de um milênio os mais antigos textos em hebraico ora existentes, nos quais as presentes tradições da Bíblia se basearam. É formado por placas de couro ligadas pelos extremos, à semelhança de uma tira de retalhos. Mede, desenrolado, 7, 20 m de comprimento por 0, 30 m de largura. Texto em hebraico, de letras quadradas e bem distintas umas das outras. Está distribuído em 54 colunas de 29 linhas. A letra é mais ou menos do tipo em uso uns cem anos antes da era cristã. O texto foi corrigido pelo próprio escriba e tempos depois por outra pessoa. Acha-se melhor conservado do que o rolo de *Isaias B*, adquirido por Sukenik, em fins de 1947, e lhe leva vantagem também por estar completo. Contém toda a matéria abrangida pelos 66 capítulos da edição atual do livro do *Profeta Isaias*, ao passo que *Isaias B* só possui algumas passagens dos capítulos X, XIII, XIX – XXX, XXXV – XXXVII e finalmente toda a parte desde o capítulo XXXVIII. Os estudos paleográficos sugerem que tenha sido escrito durante a segunda metade do século II a.C.

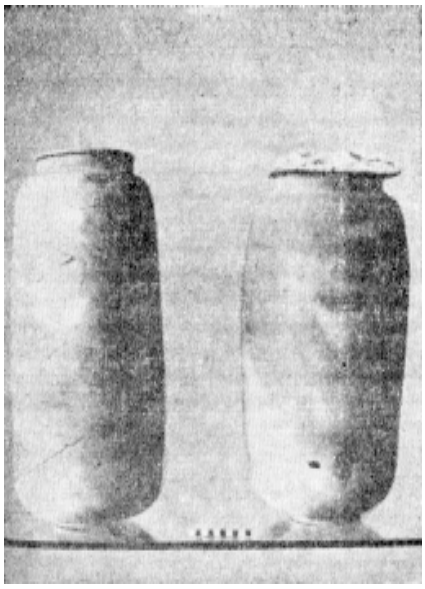
2. – O *Comentário de Habacuque*.

É um rolo relativamente pequeno. Mede, atualmente, 1, 50 m por 0, 18 m, quando originalmente devia ter de 1, 68 m por 0, 40 m.

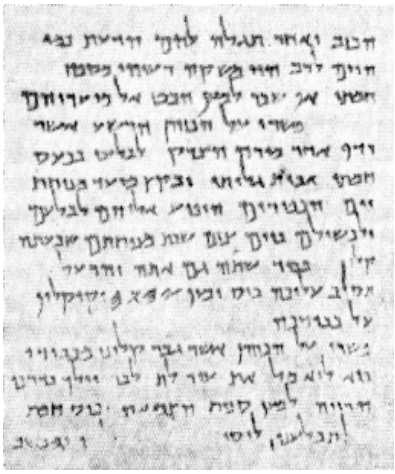
A escrita é mais formosa e clara que a de *Isaias A*. Parece ter sido menos manuseado, pois está bem conservado. Do ponto de vista literário é mais importante que os anteriores, por tratar de gênero desconhecido: é um pesher, ou comentário dos dois primeiros capítulos do Profeta Habacuque com base no próprio texto. A exegese do autor nos põe em contato com os fatos históricos e lança alguma luz sobre a comunidade de Qumrãn; fatores esses que lhe aumentaram a valia. Por exemplo: refere-se aos Kittim, "que são velozes e valentes na batalha"; menciona, outrossim, o "homem da Virtude" ou "Senhor da Justiça", provavelmente fundador e chefe da seita, que foi perseguido com violência e rivalidade pelo "Sacerdote Perverso". Até hoje não se conseguiu esclarecer com precisão a que personagens o comentarista se estava referindo. Tanto um como outro aparecem também no *Manual de disciplina* e nos fragmentos Zadokitas.[2] A descrição dos seguidores do "Senhor da Justiça", ou "Mestre da Justiça", se assemelha bem de perto com as referências de Flávio Josefo e de Filon. O professor Dupont-Sommer, estribando-se nesses elementos, concluiu que o "Sacerdote Perverso" é Artistóbolo II, da dinastia dos asmoneus, rei e grande sacerdote de Jerusalém, o qual governou a Judéia de 67 a 63 a.C., sendo, por fim, preso e enviado para Roma. Outros, no entanto, pensam tratar-se do Sumo-Sacerdote Meneláu, enquanto o "Mestre da Justiça" seria o piedoso sacerdote Onias, assassinado em 171 a.C., vinte e cinco anos antes da ocupação do mosteiro de Qumrãn por seus seguidores. O autor do Comentário dá à seita o nome de "Nova Aliança", também encontrado em mais de um documento do Mar Morto. Foi em meados do século I a.C.

---

[2] Os fragmentos Zadokitas foram descobertos no Cairo em 1896. São conhecidos também como Documento de Damasco. Parece derivarem da mesma fonte que os escritos do Mar Morto, dos quais são contemporâneos. As doutrinas, os acontecimentos e a linguagem que usam são iguais também, especialmente no *Manual de disciplina.* É provável que a seita tenha emigrado temporariamente para Damasco, conforme veremos, e no Egito existiu um ramo seu: os terapeutas.



Vasilhas semelhantes às que contiveram os rolos do Mar Morto



Coluna XI do Comentário de Habacuque

3. – O *Manual de disciplina*.

Era constituído, primitivamente, de um rolo formado por 5 placas de couro ou pergaminho, medindo cerca de 2, 10 m de comprimento, e agora 1, 80 m por 0, 24 m. Não contém as duas primeiras linhas da primeira coluna. Uma a três linhas de toda a base estão prejudicadas. A falta de unidade lógica e de ordem, nele observadas, revelam que foi copiado gradualmente, como se procede com os álbuns. É documento inestimável em virtude das luzes que projeta sobre a seita Qumrãn, da qual seria o código, ou manual de direção. Considera as exigências para "entrar na Aliança" e os deveres de seus membros, os ritos de incorporação, as regras de disciplina; expressa-se acerca do pecado, e conclui com um salmo ou poema piedoso.

Percebe-se atrás de tudo isso que o grupo já estava bem organizado quando surgiu o *Manual de disciplina*, tendo decorrido, portanto, algumas décadas, talvez, desde sua origem. De sorte que

> isto, mais plenamente que qualquer alusão histórica dos outros textos, escreve Burrows, assinala a origem do grupo no período asmoneu, dificilmente depois do tempo de Alexandre Janeu. Isto, acrescenta ainda, está de acordo com os resultados da escavação de Krirbet Qumrãn [3]

Convém lembrar aqui a semelhança que existe em muitos aspectos do *Manual* com o *Didaquê*,[4] obrazinha usada na Igreja Primitiva para instrução dos catecúmenos, orientação na prática de certos ritos (batismo e eucaristia) e no trato que se devia dispensar aos ministros. Como, então, se explica isso? Tem-se pensado que o *Didaquê* é de origem judaica. Pode ser! Mas o fato é que parece não ter existido entre os judeus algo semelhante. Proviria dos essênios? Há, na realidade, marcantes pontos de contato, mas as distinções também são impressionantes, não só no caso do batismo, que ape-

---

[3] BURROWS, Millar. *Los rolos del Mar Morto,* p. 234.

[4] SALVADOR, José Gonçalves. *O didaquê.* São Paulo: Imprensa Metodista, 1957.

nas se efetuava uma vez, mas ainda no significado da eucaristia e no modo de vida dos cristãos.

4. – *O apocalipse de Lameque*.

Obra nunca antes conhecida, nem por referências. Só há pouco foi possível desenrolá-lo. N. Avigad e Y. Yadin publicaram-no em 1956. O texto estava redigido em aramaico, porém muito prejudicado. É uma espécie de paráfrase do livro do *Gênesis*. Ou se quisermos, é um *Gênesis* apócrifo.

5. – *A guerra dos filhos da Luz contra os filhos das Trevas*.

Texto bem legível, preservado quase por completo. Mede mais de 2,70 m por cerca de 0,15 m. Ao todo 19 colunas. Nele o autor expõe um plano de campanha para orientação dos "filhos da Luz" no combate que hão de travar contra os "filhos das Trevas". Nesta guerra os inimigos são os ímpios, as nações pagãs (gôyim), e mais precisamente os "Kittim". Mas quem, realmente, são os "filhos da Luz" e os "filhos das Trevas"? Aqueles já foram confundidos com as tribos de Levi, Judá e Benjamin, pensando-se agora, no entanto, que se trata dos essênios. E quanto aos "Kittim", embora não haja unidade de ponto de vista entre os autores, admite-se sejam os romanos.[5] A guerra tem caráter santo, porque contra os ímpios: as forças do bem contra as do mal, com a vitória final da Luz e da Justiça, e ferir-se-à tanto no mundo visível como no invisível, envolvendo na batalha os anjos bons e os maus. Ao tempo em que o autor elaborou o *Manual* a guerra ainda se confinava ao imaginário e teórico, mas o objetivo futuro se revestia de realismo: o inimigo estava à vista, e importava preparar-se para derrotá-lo. A luta já estava começada e devia prosseguir até o fim. O documento, por conseguinte, coloca-se dentro do ambiente macabeu.

---

[5] *Les manuscrits de la mer morte*. Colloque de Strasbourg, mai/1955.

6. – *Os Salmos de Ação de Graças*.

O rolo veio parar às mãos de Sukenik em três folhas de couro bem danificadas. Contém cerca de 40 salmos, mais ou menos do mesmo estilo e linguagem dos do Velho Testamento, porém menos ricos em originalidade e valor poético. Este fato veio demonstrar duas coisas: que o costume de compor hinos ainda não tinha cessado; que por sua linguagem, situação e teologia são de época tardia. Diversos deles talvez sejam da autoria do Mestre da Justiça, o que explicaria a estima da seita para com a coleção.[6]

7. – *Outros documentos*.

Iríamos longe, certamente, se fôssemos comentar o significado que representam para a filologia, para a exegese bíblica, para a paleografia e a história, os muitos objetos e manuscritos achados, completos ou em fragmentos, tais como pontas de flechas, pratos de madeira, vasos de barro, agulhas, botões, lâmpadas etc. Em 37 covas da margem ocidental do Mar Morto os pesquisadores colheram objetos e destroços de cerâmica e outros restos de ocupação humana, concluindo que a cerâmica de 25 era semelhante à de Qumrãn I. O número de moedas ascende a diversas centenas, e o que é mais interessante, nenhuma provém das covas, mas das ruínas do edifício próximo, exceto as grutas de Muraba'at, de onde se retiraram mais vinte, as quais pertencem ao período de Nero a Adriano, cumprindo destacar que duas representam a galera da Décima Legião e nove estão relacionadas com os anos da Segunda Revolta Judaica.

Não menos interessantes foram os dois rolos de cobre. Afinal, após cuidadoso trabalho, conseguiu-se abri-los e restaurá-los. Pelo que se podia ler do lado de fora previam os eruditos que o texto nada tinha de bíblico, devendo tratar-se de um catálogo. E, de fato, não erraram muito: contém nada menos que uma fantásti-

[6] Ibidem, p. 18.

ca lista de tesouros, que se supõe estejam enterrados em diversos lugares da Palestina. Pensa-se que a comunidade essênica pretendia reavê-los assim que pudesse retornar à sua sede, uma vez cessadas as lutas militares. Da literatura religiosa mencionaremos apenas os fragmentos de alguns apócrifos, estimados pela gente da Nova Aliança e mesmo por cristãos dos primeiros séculos, mas ignorados durante longos anos: o *Livro dos jubileus*, obra das mais importantes para aquela comunidade; o *Livro de Enoque*, testemunha, junto com outros, de quanto apreciava o apocalipsismo; o *Testamento dos doze patriarcas*, a *Ascensão de Moisés* etc. Quanto à literatura profana, citaremos especialmente as cartas de Simão ben Kosebhah, a seu oficial Yeshua ben Golgola. Numa delas, assim se expressa:

> Da parte de Simão bem Kosebhah a Yeshua bem Golgola e aos homens de tua companhia, saúde. Invoco aos céus como testemunha de que, se não romperes com os galileus, a que tens protegido, com eles meter-vos-ei a todos os ferros nos pés, como fiz a Bem Aphlul. Simão bem Kosebhah, Príncipe de Israel.

Yeshua comandava um posto militar judeu nas cavernas do Wadi Murabba'at e ali dispensou atenções a certos elementos considerados nocivos aos interesses do chefe dos instrumentos, que descontente, ameaçou punir severamente a todos. Que o subalterno tomasse por exemplo o que acontecera a Bem Aphlul. Simão não desejava de modo algum tergiversações com pessoas inimigas ou indiferentes à causa pela qual se debatia, e essa parece que era a posição dos "galileus" mencionados na carta. A quem, no entanto, se referia, é difícil precisar. Podia muito bem tratar-se dos cristãos, pois eles se recusavam a tomar armas em benefício de qualquer reino terrestre, fiéis aos ensinamentos de Jesus, e ainda porque aguardavam o retorno de Cristo e o estabelecimento do seu reino. Evidentemente Kosebhah dava boas mostras de sua energia e firmeza de propósitos.

As ruínas de Qumrãn

Embora considerado inóspito, já não se podia, em face das evidências, garantir a impossibilidade de uma comunidade ter-se fixado no deserto da Judéia. A Bíblia dá a entender que um dia existira na região a cidade de Gomorra. Na margem leste do Mar Morto houve a fortaleza de Macheros, onde João Batista esteve preso sob as ordens de Herodes. Além disso Filon, Plínio e Flávio Josefo tinham-se pronunciado acerca dos essênios, dando-os como estabelecidos um pouco acima de Engedi. Convinha, pois, investigar a respeito, mesmo porque esta seria uma solução para determinar a procedência de muitos dos manuscritos, senão também a data.

Desde 1850 alguns viajantes e estudiosos tiveram sua atenção voltada para umas ruínas localizadas a oeste do Mar Morto, junto ao Wadi Qumrãn, e bem assim para um antigo cemitério nas proximidades. No ano seguinte, Félicien de Saulcy, admitia fosse o sítio da extinta Gomorra. Em 1873/1874 outro francês, Clermont-Geanneau, explorou a região, deduzindo de suas observações que ali parecia ter existido um vilarejo. G. Dalman inclinava-se por um posto militar dos tempos romanos.

Em 1949, G. L. Harding e o padre D. Vaux realizaram a primeira sondagem, sem sucesso. Em 1951 resolveram, então, escavar todo o platô, de uns 50 m, ocupado pelas ruínas, alcançando um feliz resultado desta vez. Ficou assim comprovado que o local tinha sido habitado ao mesmo tempo que as cavernas próximas e pela mesma gente, e que, igualmente, o cemitério era contemporâneo desta ocupação. Uma segunda e terceira pesquisas, efetuadas em fevereiro – março de 1954 e 1955 esclareceram ainda melhor a questão.

Os dois sábios puseram a descoberto um edifício retangular, todo de blocos de pedra, rejuntados com barro, medindo cerca de 30 m por cerca de 37 m, com aspecto de mosteiro. Paredes internas rebocadas. Uma porção de janelas. O piso estava pavimentado com seixos. Notaram a existência de diversos compartimentos. No can-

to noroeste levantava-se uma torre de dois pisos sem janelas, destinando-se os quartos do sótão à armazenagem. Logo ao lado achava-se um cômodo com algumas lareiras, denotando tratar-se, certamente de uma cozinha. Na parte sudoeste localizavam-se amplas câmaras, cuja utilidade, sem dúvida, era a de servirem para as reuniões habituais e as refeições conjuntas dos ocupantes. Uma delas mede 21,5 cm de largura e apresenta num dos extremos uma plataforma de pedra, que podia ter servido de púlpito. Outro salão indicava um *scriptorium*, em virtude do material nele encontrado: mesas e bancos de ladrilho, dois tinteiros de terra cota e um de cobre, sendo que um ainda continha tinta seca de origem vegetal. Havia, além do mais, uma ala lateral, ao sul do edifício, onde se descobriram objetos vários, como: chaves, podadeiras, um cântaro semelhante ao da cova 1 (Qm), lâmpadas etc. Talvez servisse de oficina.

Merece referência especial o intrincado sistema de reservatórios d'água, prova insofismável de quão importante papel representava para a comunidade de Qumrãn o precioso líquido. Num reservatório grande colhiam-se as águas das chuvas que deslizavam pelo Wadi Qumrãn, pois nem sempre a natureza se mostrava pródiga. Dele repartiam-se, conforme as exigências para seis amplas cisternas e para sete outras, menores, construídas estas quase à superfície do solo, para as abluções quotidianas. Naquelas atingia-se a água por meio de degraus.

Com base no material colhido no edifício e em outras evidências, o Padre de Vaux estabeleceu a cronologia histórica de sua ocupação. Uma primitiva construção sem qualquer relação com a da comunidade de Qumrãn revela que o local foi habitado no século VII ou VIII a.C. por uma colônia judia. Séculos mais tarde, talvez no reinado de João Hircano (135 a.C. a 104 a.C.), de acordo com as moedas do período Hasmoneu, foi construído o edifício com que ora nos prendemos, tempo da primeira ocupação, a qual se finalizou, provavelmente no reinado de Herodes, o Grande (37 a.C. a 4 a.C.), quando um terremoto o destruiu. Apenas uma úni-

ca moeda do tempo deste rei foi ali achada. O escritor Flávio Josefo refere-se em duas obras suas a um violento terremoto ocorrido no sétimo ano de Herodes,[7] ou seja, em 31 a.C., e, de fato, os estigmas deixados no prédio e no desnível dos degraus das cisternas testemunham que algo de anormal aconteceu. Por conseguinte, a partir de então, o local esteve abandonado pela comunidade. Em abono desta hipótese, levanta-se uma outra: a da emigração da seita de Qumrãn para Damasco, nesta época, desde que se admita que a seita Zadokta e aquela sejam a mesma, em virtude das semelhanças descritas no Documento do Cairo, ou de Damasco. Mas, pergunta-se porque não o reconstruíram, preferindo transferir-se para a Síria? Leve-se em conta o caráter de Herodes e os padrões de vida dos sectários da Nova Aliança, diametralmente opostos, e ter-se-á a resposta. Herodes, vivendo de maneira licenciosa e pagã em seu palácio de Jericó, a poucas milhas de seus piedosos vizinhos, haveria de sentir-se mal, e mais incomodado ainda com o aspecto militar de sua organização, que, embalada pelos ideais apocalípticos de suas crenças, poderia converter-se num sério empreendimento à concretização de seus sonhos políticos. Por isso, emigrando para Damasco, lá permaneceram até à ascenção de Arquelau, filho do precedente, o governo da Judéia. Regressam após longos anos de exílio, quase quarenta, e reconstroem o edifício. Aqui a razão do encontro de tantas moedas, nele, do tempo deste rei (4 a.C. a 6 d.C.) e dos procuradores romanos, até à primeira revolta (66 d.C. a 70 d.C.). Com esta, a seita o abandonou mais uma vez. Segundo Flávio Josefo, Vespasiano acampara em julho de 1969 em Jericó. Então as forças romanas da famosa 10ª Legião vieram e o destruíram, para, em seguida, ali estabelecerem um posto de observação de acordo com as evidências das moedas achadas nas ruínas (do ano 70 ao de 86, aproximadamente). A comunidade precisou deixar o lugar apressadamente, pretendendo, quem sabe, voltar algum dia. No terceiro período foram os revoltados de Simão ben

[7] JOSEPHUS. *Antigüidades judaicas*, XV, v. 2; *Guerras dos judeus*, I, xix, 3.

Kosehbah, anos depois, que se utilizaram do local. Desta fase restaram treze moedas.

Falemos um pouco do velho cemitério, próximo às ruínas, precisamente entre o Mar Morto e o mosteiro. Encerra mais de mil sepulturas, cobrindo o platô principal e os montes adjacentes. De Vaux escavou umas vinte, em diversos pontos, e em todos a disposição geral era mais ou menos a mesma: os esqueletos, nus, sem esquifes e sem adornos e em decúbito dorsal, com a cabeça voltada para o sul, as mãos cruzadas sobre a pélvis ou estendidas ao longo do corpo, tudo como que demonstrando a simplicidade de existência e de costumes da gente da comunidade. Alguns dos esqueletos, examinados em Paris pelo professor H. V. Valois, revelaram ser mulheres. Realmente, alguns de Qumrãn dão a entender que as havia entre os adeptos da Nova Aliança. Flávio Josefo diz mesmo que um ramo, referindo-se aos essênios, hoje identificados com a seita de Qumrãn, permitiam o casamento de seus membros.

A comunidade de Qumrãn

Desprezada a idéia dos *genizah*,[8] a grande maioria entre os eruditos esposa a bem fundamentada hipótese de pertencer a biblioteca dispersa pelas covas de Qumrãn, a uma seita religiosa, identificada no decorrer das pesquisas com a dos essênios. As ruínas existentes e sua proximidade das cavernas, fragmentos de manuscritos dos mesmos livros, achados num e noutro lugar, e também os vasos, permitiram tal entrosamento. A eles pertencera a literatura, a eles cabia o engenho e a obra das construções, de suas mãos saíra o sistema de reservatórios, a seu rol estiveram unidos os

[8] O *genizah* é uma espécie de sacrário ou de cemitério onde se guardavam os velhos manuscritos, considerados impróprios para o uso por estarem estragados ou com erros. Leia-se: *L'Énigme des manuscrits de la Mer Morte*, de Del Medico, p. 23-46.

extintos sepultados no cemitério. Plínio, o Antigo, Filon Judaeus e Flávio Josefo também nesse sentido prestaram admirável contribuição com as informações que haviam deixado. Aliás, tudo quanto se sabia antes a respeito dos essênios, fora-nos comunicado pelos três autores e por meio de uma pequena informação de Dion Crisóstomo, na qual fala da

> felicidade de que goza toda a sua cidade, situada perto do Mar Morto, no centro da Palestina, não longe de Sodoma.[9]

Mas, afinal, quando e onde surgiram os essênios? Não é fácil responder à questão e nem como desapareceram. Parece que sua gênese se deu na Mesopotâmia, isto por causa dos elementos não-judaicos expressos em seus ensinamentos, passando-se para a Palestina após as primeiras vitórias dos macabeus. A origem do nome não é menos problemática. K. Cook encontrou vinte e cinco etimologias diferentes da palavra "essênio".[10] Talvez provenha do siríaco *hese*, santo, justo, puro, cujo correspondente no grego é *hosioi*, apelido que lhes deram certamente por serem mais rigorosos que os fariseus no cumprimento da lei mosaica, e dos quais, por essa razão, teriam-se apartado. O professor K. G. Kuhn, de Heidelberg, advoga a tese seguinte:

> A ordem muito provavelmente originou-se de uma sucessão de sacerdotes do templo de Jerusalém que se retiraram para o deserto.[11]

Já no século II a.C. estavam constituídos em seita, juntamente com a dos fariseus e saduceus, as três maiores, ainda nos dias de Cristo, mas destes se distinguindo por viverem em ambiente à parte, no caso de Qumrãn, pois também existiam pequenos grupos de essênios nas vilas da Palestina.

---

9 SYNESIUS. "Opera". In: *Patr. Graeca*, v. LXVI. (J. P. Migne, ed.), 1864, p. 1119.

10 FRITSCH, Charles T. *The Qumrãn community*, p. 90. Nota 1.

11 *Les manuscrits de la Mer Morte.* Colloque de Strasbourg. Conferência de K. G. Kuhn sobre "A refeição cultual essênica e a Ceia cristã", p. 79.

Hoje, graças às descobertas no deserto da Judéia e às informações de Plínio, de Dion Crisóstomo, e dos dois escritores judeus, Filon e Flávio Josefo, conforme adiantamos, podemos conhecer melhor os essênios. Plínio assim se expressa no seu relato:

> Os essênios habitam na costa ocidental do Mar Morto, mas suficientemente afastados dele, de modo a evitarem os seus efeitos nocivos. São gente solitária e muito superior ao resto da humanidade. Vivem sem mulheres e têm renunciado a tudo que é de Vênus. Carecem de dinheiro, tendo como única companhia as palmeiras. Renovam-se de contínuo graças à incessante corrente de refugiados que a eles chegam em grande número, homens fatigados da existência a quem as ondas do infortúnio impeliram a adotar seu gênero de vida. Assim é que, durante milhares de anos, por incrível que pareça, subsiste esse povo, em local onde nada tem nascido.

E prossegue:

> Mais abaixo do sitio em que se encontram, existiu a cidade de Engedi, a qual, por seus bosquezinhos de palmeiras e sua fertilidade geral, foi a segunda depois de Jerusalém. Agora, entretanto, parece um montão de cinzas. Mais além está Maçada, uma fortaleza na rocha, que também dista muito pouco do Mar Morto. A Judéia estende-se até este ponto.[12]

Os outros dois autores, sendo judeus, interessaram-se mais pelos essênios, especialmente Flávio Josefo. De Filon Judaeus (30 a.C. a 50 d.C.) existem duas amplas referências, uma no tratado *Todo homem bom é livre*, no qual os toma como prova de que a virtude é possível, visto que eles a praticavam, e a outra acha-se na *Apologia a favor dos judeus*, da qual o historiador cristão Eusébio de Cesaréia (c. 263 a c. 340), conservou alguns trechos em sua *Preparatio evangélica*. Na primeira, o teólogo–filósofo alexandrino, Filon, conta que

---

[12] PLÍNIO. *História natural,* V, xv, v. 10 da Loeb Classical Library, II, 277. *Revista de História,* n. 42.

> a nação dos judeus também tem produzido gente de excelente moral, destacando os essênios, em número superior a 4.000. Afirma que o nome essênios (do grego *hosiotês*) lhes fora dado por causa de seu devotamento ao serviço de Deus, através do qual procuravam satisfazer suas mentes, e não por meio do sacrifício de animais. Viviam nas pequenas vilas, pois consideravam pernicioso o ambiente das cidades. Alguns exerciam a agricultura, outros serviam-se de atividades ou profissões compatíveis com seu gênero de vida. Não acumulavam riquezas e nem se interessavam por grandes propriedades: bastava-lhes o indispensável, e assim se julgavam mais felizes e ricos que as outras pessoas. Não fabricavam qualquer tipo de arma, nem se entregavam ao comércio ou à vida marítima. Nenhum escravo existia entre eles, porquanto também condenavam a exploração do homem pelo homem. Todos são iguais. Por isso tinham tudo em comum. Apreciavam pouco as questões filosóficas, mas cuidavam muito da ética. Guardavam escrupulosamente o sábado, dedicando-o ao estudo e à santificação de suas vidas. Dispostos por idade cronológica, nas reuniões, ouviam o ensino ministrado por um abalizado mentor. Quanto às ações, deviam tomá-las mediante o seguinte padrão: amor a Deus, amor à virtude, e amor aos homens. Importava ser verídicos e justos e nunca fazerem juramentos; nem se deixarem seduzir pelo amor do dinheiro, nem pelo prazer e nem ainda pelo desejo de grandeza; tratar ao próximo com benevolência e eqüidade.

Filon esclarece, outrossim, que os essênios

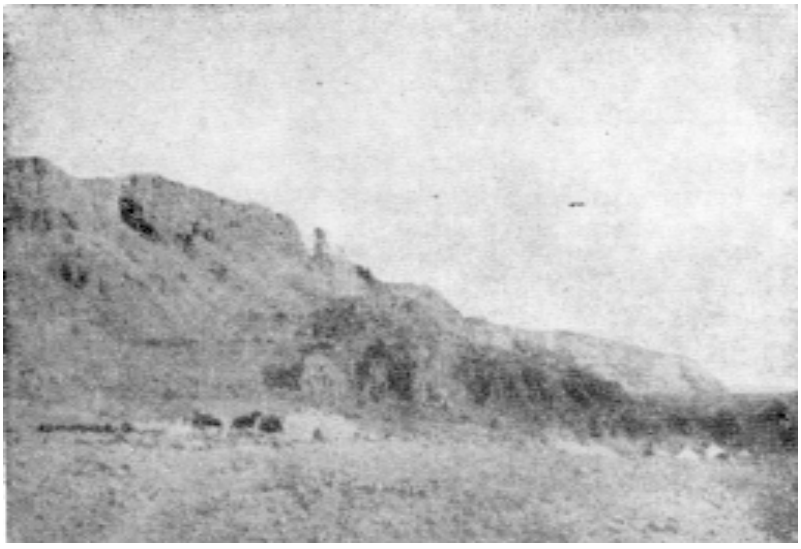
> tinham seus haveres em comum, inclusive as roupas e os alimentos. As refeições eram tomadas em grupo. Zelavam carinhosamente por seus enfermos e anciões. Nenhum homem, por pior que fosse, jamais lhes procurara causar danos, tal a conduta que levavam.[13]

Na *Preparatio evangélica*, VIII, 11, Eusébio preservou a descrição abaixo, da obra de Filon, *Apologia a favor dos judeus*, por nós assim resumida:

> que os essênios não admitiam crianças, nem adolescentes, ou jovens, por serem instáveis, mas somente homens amadurecidos,

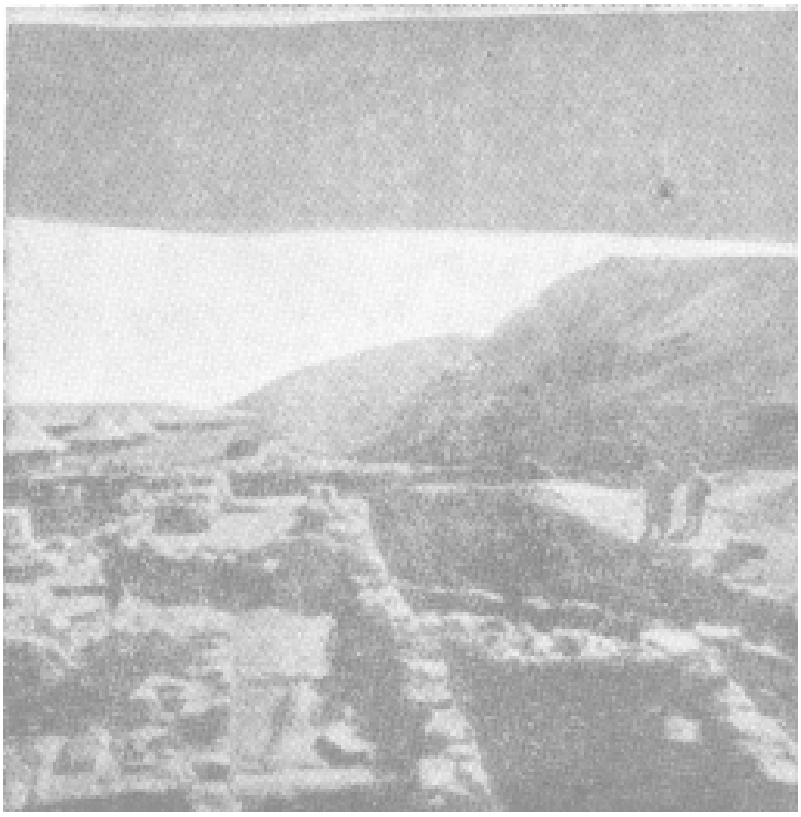
[13] Loeb Classical Library, v. 10, IX, p. 53-63.

capazes de autodomínio e da liberdade absoluta. Estes sabem abrir mão do que possuem em benefício da coletividade de que são parte; estão dispostos sempre a prestar-lhe os serviços ordenados, faça bom ou mau tempo. Cada essênio vê no trabalho uma benção para seu corpo e seu espírito. Nenhum há sem ofício. Por isso também nada lhes falta. Só adquirem o que não podem produzir. Sabem passar com o pouco. O que pertence a todos, é de cada um, e vice-versa. Seus laços são os da fraternidade. Desprezam o casamento, porque, no seu conceito, conduz o homem à perda da liberdade individual, escravizando-o aos caprichos da mulher e às exigências do lar. Nem a mulher é capaz de viver segundo os padrões idealizados pela seita.[14]



O Mosteiro visto do Sudeste (Sommers)

[14] CESARÉIA, Eusébio de. *Preparatio evangelica,* VIII, p. 11. Cf. a tradução de COOK, K. *The fathers of Jesus,* II, p. 5-8.



Ruínas de Qumrãn. Algumas cisternas.

Flávio Josefo (37/38 a.C. a 110 d.C.) reproduziu em parte o que disse Filon, porém com mais realismo, pois havia pertencido à seita, talvez como iniciado. Ele mesmo afirma que fora um dos seus, como também o tinha sido dos saduceus, optando, por último, pela dos fariseus.[15] Os textos de Qumrãn asseguram-nos, agora, certas realidades que esse historiador demonstra ignorar, ou então, concedamos que as conhecia, mas não as podia revelar. Em todo caso, conta-nos que

[15] *Life of Josephus,* 2.

> os membros da seita eram mais unidos que os das outras. Exercitavam-se na temperança e na autodisciplina. Desdenhavam o matrimônio devido às implicações dele decorrentes e também porque duvidavam da fidelidade da mulher e seu marido. Recebiam, contudo, os filhos dos outros, enquanto maleáveis. Testifica que viviam em comunidade, tendo renunciado às riquezas. Usavam roupas e o calçado até ao extremo possível, antes de adquirirem novas peças. O alimento, muito simples.[16]

Enquanto Filon os calculava em mais de 4.000, Flávio Josefo informa que

> andavam em cerca de 4.000, vivendo dispersos por grande número de povoações. E se acontecia de algum deles vir de outra localidade, os confrades proporcionavam-lhe boa acolhida. Por isso nada levavam em viagem, senão uma arma para defesa. Adotavam rigorosa disciplina. Não conversavam, antes de sair o sol, sobre assuntos de natureza profana, mas, ao invés disso, detinham-se a recitar antigas orações, recebidas dos antepassados, e então cada qual se entregava à tarefa que lhe era designada pelo curador, até cerca da hora quinta, quando regressavam ao mosteiro. Ato seguido, banhavam-se em água fria, certos de que, cumprindo este rito, se purificavam cerimonialmente. E só depois disto, metidos numa veste de linho branco, penetram no recinto dedicado às refeições, como se fora um santuário. A comida consta de pão e de apenas uma espécie de alimento. Todos ficam em silêncio, durante a mesma, e, se por acaso tomam a palavra, o fazem segundo a ordem hierárquica. Principiam-na sempre e a terminam com uma prece dirigida por um de seus sacerdotes. Acabada, vestem-se, de novo, com as roupas do serviço e retornam ao trabalho, até ao anoitecer. Agora tem lugar a ceia, procedendo-se como no caso do almoço. Havendo hóspede, admitem-no também à refeição. Era-lhes permitido socorrer a enfermos e a necessitados; não, porém, dar presentes, sem a devida autorização dos curadores. Tinham a sua própria palavra em grande respeito, excluindo, por isso todo o juramento. Liam com o maior interesse os escritos dos antigos e estudavam as propriedades curativas de raízes e pedras.[17]

---

16 *Guerra dos judeus,* II, VIII.

17 Ibidem.

Conta mais, o historiador Flávio Josefo, que

> o candidato não era admitido imediatamente na qualidade de membro da seita. Submetia-se, antes, a três anos de prova. No primeiro davam-lhe uma roupa branca, ensinavam-lhe as regras da comunidade e o uso das águas de purificação, mas ainda não tomava parte nas refeições cultuais. Só no fim dos três anos de prova, se considerado apto, o introduziam a todos os privilégios e deveres da Ordem, mediante solene juramento, comprometendo-se, então, exercitar-se na piedade para com Deus, a ser bom e justo, a respeitar as autoridades, porque nenhum governo há que não seja consentido por Deus, a denunciar a mentira, a guardar-se isento do roubo e do ganho ilícito, a conservar inviolável a doutrina e os segredos da seita, ainda que torturado e, de igual modo, a preservar os livros da Ordem. Mas, se algum, dentre eles, cometesse falta grave ou traísse o juramento, excomungavam-no, e o deixavam ao abandono e na penúria, até que se arrependesse. As decisões eram proferidas por uma corte de cerca de cem membros. Os guias pertenciam à classe dos anciãos, havendo ainda mais três graus, hierarquicamente inferiores, até a classe dos novatos, ou recém-admitidos.[18]

Mais adiante, no mesmo livro e capítulo, Flávio Josefo nos informa quanto às crenças dos essênios dizendo que eles

> criaram a corruptibilidade do corpo e na transitoriedade da matéria. A alma, porém é imortal, se bem que provenha do ar mais sutil. Está confinada no corpo, como em prisão, e a medida que se liberta das limitações e tendências da carne tanto mais feliz ela é. Após a morte maior será a sua recompensa. Daí o seu incentivo à prática da virtude. Os ímpios, ao contrário, padecerão castigo eterno. Alguns dentre os essênios acreditavam possuir a faculdade de prever o futuro, mediante o estudo dos livros santos e de certas purificações. Um ramo permitia o matrimônio.[19]

Na obra, *Antigüidades judaicas*, o referido autor repete quase que as mesmas informações, mas de modo muito sucinto. Um ponto, contudo, merece ser destacado; e é que os essênios

---

18 *Guerra dos judeus,* II, VIII.

19 Ibidem.

> mandavam para o templo as ofertas dedicadas a Deus, exceto os sacrifícios, os quais, eles próprios, realizavam, nos locais onde residiam.[20]

Os documentos de Qumrãn confirmam, em geral, as declarações de Plínio e dos outros escritores. Às vezes esclarecem-nas, apresentando de modo mais objetivo certos fatos, ensinos ou prescrições, dantes um pouco obscuros; outras tantas, surgem com algo inteiramente novo. Senão vejamos. Ambos os textos falam de uma hierarquia entre os essênios. O *Documento de Damasco*, por exemplo, menciona os grupos de mil, de cem, de cinqüenta e de dez, sob a chefia de um supervisor ou *mebaqquer* (XV, 4; XVI, 1). Os membros em plena conexão são chamados *rabbim*, no *Manual de disciplina*, que é um termo designativo de honra, respeito, aplicado mais provavelmente para os mentores da seita, em virtude de seu significado: mestre ou instrutor. Concordam quanto à existência dos estágios de iniciação[21] e aos juramentos, mas o *Documento de Damasco* parece indicar que o processo era menos complicado. Uma vez vencidas as provas para a admissão, o novo membro entrava no gozo de todos os direitos e privilégios da seita, sendo que o tipo de vida comunitária dos essênios é semelhante, nos textos de Qumrãn, ao descrito pelos escritores supra.[22] Outrossim, testificam igualmente da importância que davam ao cultivo da piedade, ao decoro nas reuniões[23] e à disciplina. Do rigor para com os faltosos dizem-nos bem algumas passagens do *Manual*, o qual prescreve a proibição do alimento, em determinados casos, ao passo que noutros o castigo é a exclusão para sempre da comunidade.[24]

Os textos de Qumrãn e Flávio Josefo estão em acordo quando apontam como traços específicos o banho e as refeições comu-

---

20 *Antigüidades judaicas,* XVIII, p. 1, 5.

21 *Manual de disciplina,* V, p. 1 a VII, p. 23.

22 Ibidem, VI, 19.

23 Ibidem, p. 8-13.

24 Ibidem, VIII, p. 20 a IV, p. 2.

nitárias, quotidianos, dos essênios. Esse banho é qualificado de "purificação" no *Manual*[25] e no *Documento de Damasco*,[26] que corresponde em Flávio Josefo a *avroíte kauapoí*, mas naqueles documentos não existe um só texto que diga claramente que o tal rito precedia regularmente à refeição. Tanto aquele como esta se revestem de caráter sacramental. O *Manual* estabelece normas precisas para a realização da mesma, onde quer que o grupo estivesse: havendo mais de 10 homens, mister se fazia a presença de um sacerdote, cabendo-lhe abençoar os elementos, pão e vinho, antes que iniciassem a comer. (As mulheres não são mencionadas jamais neste documento). Cada qual, à mesa, assenta-se segundo o grau hierárquico, sob a presidência do sacerdote, ao qual, na devida ordem, interrogam acerca das questões de seu interesse.[27] O *Documento de Damasco*, porém, não menciona esta refeição comum, o que leva a conjecturar que ela foi introduzida no espaço que o separa do *Manual*. Portanto o *Documento de Damasco* deve ser mais antigo.

Um fato a notar é o silêncio para com as mulheres no *Manual de disciplina*. Todavia, um documento que se relaciona estreitamente com ele, ou talvez sejam colunas adicionais suas, em poder do Museu Palestinense, menciona explicitamente as mulheres e crianças.[28] Por outro lado, o *Documento de Damasco* fala de um grupo de homens casados, acompanhados por suas famílias. Não será, por ventura, aquele ramo a que Flávio Josefo se referiu nas *Antigüidades judaicas*? Recordamos, a propósito, que o Padre de Vaux encontrou esqueletos de mulheres no cemitério de Qumrãn. É razoável admitir-se que os essênios tenham mudado de atitude após o que observou Filon Judaeus, permitindo a formação de colônias de famílias ao lado da comunidade cenobítica. O Dr. Burrows escreve:

---

25 *Manual de disciplina*, V, p. 13; VII, p. 16.

26 *Documento de Damasco*, IX, p. 21, 23.

27 *Manual de disciplina,* VI, p. 1-6.

28 BURROWS, M. *Los rollos del Mar Muerto,* p. 238.

> É possível também que algumas mulheres de evidente santidade foram enterradas no cemitério da ordem ainda que não tivessem sido membros dela.[29]

Há, no entanto, alguns anacronismos a observar. Dá o historiador Flávio Josefo para o noviciado o total de três anos, quando os textos de Qumrãn dão apenas dois. Todos os autores antigos, Plínio e os demais, conheceram-nos pelo nome de essênios, que ainda não foi encontrado nos documentos do Mar Morto, pois eles a si mesmos se chamavam "a Nova Aliança", "filhos da Luz", e no *Documento de Damasco* também por "filhos de Zadok" etc. O *Documento de Damasco o*põe algumas restrições à propriedade individual, mas não nega de todo o direito à sua possessão, coisa que o *Manual* contradiz. Como se explicaria, além disso, o caráter militarista do *Manual de disciplina* e da obra *Guerra dos filhos da Luz contra os filhos das Trevas*, patenteado, igualmente, pela torre de defesa existente no mosteiro? Sem dúvida tal espírito teria caracterizado a Ordem até o fim do período macabeu, quando se atenuou cada vez mais. Outras inovações poderiam ser apontadas, como, por exemplo, o sacrifício de animais.[30] Os documentos de Qumrãn silenciam sobre o caso das raízes e plantas medicinais. São inteiramente mudos a respeito de questões que gostaríamos de ver respondidas, mas nem por isso perdem o seu valor. Eles constituem uma demonstração insofismável do interesse *sui generis* dos essênios pela literatura bíblica, conforme Filon e Flávio Josefo haviam declarado. Estudavam-na diariamente, e em especial no sábado. Pensa-se que alguns apócrifos, como o *Livro dos jubileus*, o de *Enoque*, o *Testamento dos doze patriarcas* e a *Assunção de Moisés* foram produzidos em seu meio. Tal apego, e bem assim, o juramento de preservá-la, não se acham patenteados pelo encontro dos referidos documentos nas cavernas do deserto judaico?

---

[29] BURROWS, M. *Los rollos del Mar Muerto,* p. 238.

[30] Cf. o *Documento de Damasco,* VIII, p. 12-20.

Naturalmente ainda não se disse tudo a respeito dos essênios. Há, ainda, muito material para ser lido. Quando a tarefa estiver concluída, novas luzes, então, poderão surgir, corrigindo, quem sabe, certos pronunciamentos que ora se fazem.

No século passado levantou-se a hipótese de que o Cristianismo teria suas raízes no período que procedeu à era cristã. Renan chamara a atenção para determinados temas caracteristicamente cristãos em escritos apócrifos "intertestamentais".[31] Pretendia-se mesmo ligá-lo aos essênios, coisa difícil de provar, na época, mais do que agora, à falta de documentação. Por isso, além de mal acolhida, a idéia foi combatida.

Não menor celeuma causou o professor Dupont-Sommer, quando, estribando-se em textos de Qumrãn, reafirmou a tese da afinidade do Cristianismo com a seita do Mar Morto (26 de maio de 1950). Entre outras coisas declarara que o Mestre galileu era, em muitos aspectos, como uma surpreendente reencarnação do Mestre da Justiça, pois como este, Jesus pregara a penitência, a pobreza, a humildade, o amor ao próximo; à sua semelhança sofreu a oposição dos sacerdotes e também sob os tais padeceu a morte. Ambos foram os cabeças de uma comunidade. Nas duas seitas há semelhanças de doutrinas e de ritos. A qual delas, então, caberia a prioridade: à Igreja Cristã ou à essênica? A resposta parecia clara para o erudito francês: à mais antiga, e portanto, à do Mestre da Justiça.[32] Mas, seria assim mesmo? O próprio Sommer teve depois que ceder um pouco.

Conforme se pode verificar, existem realmente semelhanças, as quais transparecem em quase todo o Novo Testamento. Os essênios conquanto tivessem na Escritura a base de sua religião, tomavam a interpretação dela, pelo Mestre da Justiça, como de inspiração divina, desprezando a tradição. Jesus, de igual sorte,

---

31 WILSON, E. *Los rollos del Mar Muerto,* p. 105.

32 DUPONT-SOMMER. *The dead sea scrolls.* A preliminary survey, p. 99.

ensinava como tendo autoridade própria, "e não como os escribas".[33] Aqueles tinham-se identificado com o ideal de um Messias Sofredor, consoante as profecias de Isaias,[34] de que os textos de Qumrãn trazem muitos exemplos. O Novo Testamento aponta para Jesus, encarando-o como tal, havendo João Batista reconhecido n'Ele o "cordeiro de Deus",[35] e Ele mesmo ensinou que Sua missão precípua no mundo era a de dar-Se em sacrifício pelos homens. O Sermão da Montanha e os textos essênicos contêm ensinamentos paralelos. A regra para corrigir o membro faltoso também é parecida: Jesus instruiu os seguidores a conversar pessoalmente com o ofensor, mas se não quisesse ouvir o ofendido, este devia levar consigo mais uma ou duas pessoas, e se ainda não desse resultado, o caso devia ser entregue à Igreja. Pois é isto, mais ou menos, que se encontra no *Manual de Disciplina*.[36] A Ceia cristã tem impressionado alguns estudiosos, mais, talvez, que outros costumes da Igreja antiga: os elementos usados (pão e vinho), o significado, o modo de efetuá-la etc. O tipo de vida dos primeiros cristãos, em Jerusalém, tendo tudo em comum, inclusive os bens, reflete, no material e no espiritual, o regime dos essênios. E que diríamos das doutrinas do grande São Paulo? Tanto o apóstolo como os seguidores do Mestre da Justiça desprezam os méritos humanos como meios de salvação. É Deus quem perdoa as iniqüidades do pecador. A justificação é obtida por meio da fé. Mas enquanto para Paulo o objeto da fé é Cristo, para os essênios ela se concentra na pessoa do fundador da seita e no cumprimento da Lei. Não há nada nos textos essênicos que fale de uma obra redentora efetuada por seu Chefe, semelhante à que o apóstolo apregoou durante o ministério: Cristo morreu pelos homens, a fim de redimi-los do pecado. Também se tem procurado tirar analogias da linguagem de Paulo com certos escritos

---

33 *Evangelho de Mateus,* VII, p. 28-9.

34 Idem, LII, p. 13 a LIII, p. 12.

35 *Evangelho de João,* I, p. 36.

36 Idem, V, p. 25 a VI, p. 1.

de Qumrãn. Algumas passagens da epístola aos efésios foram comparadas com outras da *Guerra dos filhos da Luz*..., e assim por diante. E, na verdade, há casos impressionantes. Burrows, que examinou o assunto, admite que todos tenham se inspirado em uma tradição comum, a saber, a literatura judaica.[37] Nas cartas dos apóstolos Pedro, Tiago e João, e nos Evangelhos, muitos outros exemplos têm sido apontados.

Pergunta-se, agora, em face de tudo: teria o Cristianismo absorvido algo do essenismo, conforme sucedeu no referente ao judaísmo? Sem dúvida isso aconteceu, dizem certos autores. Se não diretamente, tal fato se passaria por um intermediário, qual fosse inolvidável João Batista. O escritor do *Evangelho de Lucas* informa que ele vivera "nos desertos até ao dia em que se mostrou a Israel" (I, 80), isto é, até quando iniciou seu ministério público. É viável crer-se, então, que estivesse durante esse tempo entre os essênios, na qualidade de adotivo, porque segundo vimos em Flávio Josefo, costumavam criar filhos de outros. E mesmo não sendo assim, ser-lhe-ia quase impossível viver ao seu lado sem receber o contágio deles, acrescenta-se. Aí bem perto, também, nas margens do rio Jordão, ele batizou a Jesus Cristo. Houve, portanto, um traço de união, por meio de Batista. João, como os essênios, aguardava a vinda do Messias, anunciando até que era o seu precursor.[38] Para ambos, o batismo pouco significava, a não ser que a pessoa estivesse arrependida de suas faltas. É interessante que os da seita se consideravam "aqueles que se arrependem da transgressão" e membros do "pacto de arrependimento".[39] Há algum paralelismo nos ideais messiânicos de ambos: o julgamento final por meio de fogo, a purificação espiritual do povo de Deus. Mas enquanto João atribui esta obra a Cristo, por intermédio do Espírito Santo, o *Manual de disciplina* declara que Deus a fará por meio do "espírito da verdade".

---

37 BURROWS, M., op. cit., p. 340-6.

38 *Lucas* III, 1-20; *João,* I, 1-34; *Manual de disciplina,* VIII, p. 12-4.

39 *Documento de Damasco,* II, p. 3, VI, p. 1, VIII, p. 6, IX, p. 24 e *Manual de disciplina,* X, p. 20.

Uma das seguintes razões explica a origem da seita joanina: a) o Batista pertencia à classe sacerdotal, e dela, por discordância, se teria apartado, como também parece fora o caso dos essênios; b) João havia sido membro daquela seita, abandonando-a quando homem feito, conforme evidenciam algumas diferenças notáveis: ele alimentava-se de mel silvestre e de gafanhotos,[40] como se estivesse sujeito ao castigo que impunham aos violadores dos regulamentos da Ordem; ele reconheceu a Jesus como o Messias enviado de Deus, ao passo que os essênios nunca o aceitaram como tal. Além do mais, João Batista não se conformava com o secretismo dos essênios, e a prova é que saiu a pregar ao povo, exercendo um ministério público. O batismo de João era único, o daqueles, não, repetia-se diariamente. Na seita dele nada há que se compare à organização do grupo de Qumrãn; c) Ou então, admitir com Millar Burrows que

> o movimento joanino brotou daquela tendência geral do judaísmo de onde se originaram diversas seitas no período que precedeu o Cristianismo e ainda depois do seu começo.[41]

E que diremos, de maneira mais objetiva, da ligação de Jesus com o Batista? Lembraremos, antes de tudo, que eram parentes pelo lado materno.[42] Jesus foi batizado pelo primo, João. Apontou-o logo depois aos seus próprios discípulos como o enviado de Deus, o *agnus Dei* que veio para sofrer em lugar dos pecadores, e quando alguns o abandonaram para segui-lo, disse: "Importa que ele cresça (Jesus) e eu diminua". Parece, outrossim, que o quarto evangelho, atribuído ao apóstolo João (não o Batista), foi escrito numa região onde prevalecia a influência do Batista, ou dos essênios, pela seita que se originou de João,[43] e segundo a tradição foi ali que se escre-

---

40 *Evangelho de Marcos*, I, 6.

41 BURROWS, M., op. cit., p. 335.

42 *Evangelho de Lucas,* I, 36-41, 56.

43 *Atos,* XVIII, 24-6; XIX, 1-7.

veu esse Evangelho, admitindo-se, daí, uma correlação indireta com a seita de Qumrãn. Algumas evidências encontradas na literatura joanina, Evangelho e epístolas, parecem confirmar a hipótese. Termos e expressões nela empregados, surgem, também, nos textos do Mar Morto, tais como: obras de Deus, luz da vida, filhos da luz, e a designação de "espírito da verdade", dada ao Paráclito. Além do dualismo revelado nos escritos de Qumrãn e nos joaninos, de luz e trevas, verdade e erro, há no prólogo do Evangelho uma descrição da obra do Logos, que, de igual modo, se acha no *Manual de disciplina* (XI, 11):

> E por seu conhecimento tudo foi trazido ao ser. E tudo o que é, ele o estabeleceu por seu propósito; e fora dele nada se fez

Por conseguinte, deve-se procurar numa fonte judaica o fundo religioso dessa literatura cristã, e não em outro meio, como se tem feito. Neste caso, o *Evangelho de João* seria dos primeiros, quanto à cronologia.

Outros há que pretenderam, ou pretendem ainda, ver em Jesus um essênio. Em abono desta sua tese, alegam que ele criticou duramente os fariseus e os saduceus, nunca, porém, os essênios. Apontam para a semelhança de ensinamentos e de ritos, aos quais dão grande importância, esquecendo-se, no mais das vezes, que as diferenças são ainda maiores e devem ser levadas em consideração. Por exemplo: os seguidores do Mestre da Justiça tinham, ou tiveram, uma organização militar, coisa inexistente no Cristianismo primitivo. Eles enalteciam o valor da hierarquia. Em geral excluíam a mulher e a olhavam até com menosprezo, ao passo que os cristãos a admitiam e a tinham consideração. Os essênios jamais revelaram o ardor evangelístico demonstrado pelos seguidores de Cristo, interessados antes no seu exclusivismo do que na divulgação das próprias crenças. Por isso também não se casavam, enquanto que a Igreja considerava o matrimônio digno de toda a honra. São Paulo disse que a Igreja é a noiva do divino Salvador. Um dos

primeiros milagres de Jesus foi nas bodas de Canaã da Galiléia.[44] Ele foi mais radical do que os essênios na interpretação da Lei. No Sermão da Montanha inculcou aos ouvintes a prática do amor, mesmo para com os inimigos, mas o que se lê no *Manual de disciplina* é bem o contrário. Os dois sacramentos cristãos também se distinguem dos ritos de Qumrãn. Entre eles o batismo era considerado necessário à salvação, mas no Cristianismo era um sinal de arrependimento e de identificação com Jesus, como Redentor e Mestre. A Ceia cristã relembrava o sacrifício vicário do bendito Salvador; anunciava a Sua segunda vinda e punha aos fiéis em união com o Senhor ressurecto e triunfante. A Igreja estava convicta que Ele vencera o pecado e a morte.

Atrás de tudo, indubitavelmente, houve um fundo comum a essênios, a cristãos e a outras seitas surgidas na Palestina no período pré e pós-cristão, o que explica as semelhanças entre elas. Que umas também tenham exercido influência sobre outras, não é improvável. Contudo, o Cristianismo apresenta notáveis marcas de originalidade, não encontradas nas demais, e a prova é que se avantajou a todas no espaço, no tempo e em número de adeptos.[45]

---

44 *João,* II, p. 1-10.

45 O presente estudo deve ser atualizado, graças aos novos conhecimentos acerca da matéria.

Espaço III

A Lei de Imprensa e do Comércio de Livros de Filipe II, e seus reflexos na América Luso-Espanhola[*] (A Pragmática de 7 de setembro de 1558)[**]

Quando Filipe II assumiu a direção de seu vasto império, este ainda não estava consolidado. A Espanha até 1492 precisou manter-se em luta com os mouros de Granada; os judeus nunca foram banidos completamente, e nos Países Baixos estalara a rebelião político-religiosa, visando a independência nacional. No longínquo Novo Mundo, as Índias de Castela mal ensaiavam os primeiros passos no caminho da civilização. E o pior de tudo é que acabara de surgir o movimento protestante, que também se vinha constituindo um embaraço à política unificadora, nacionalista e católica dos Habsburgos espanhóis. Até ali, no Reino, a Reforma encontrou receptividade nas diversas camadas sociais, granjeando adeptos dia a dia. Importava, então, deter-lhe o avanço no país e eliminar as influências já semeadas por ela. Daí a pragmática de 7 de setembro de 1558, verdadeira lei objetivando o expurgo de toda a literatura na Espanha e possessões da América. Após insistentes pedidos de sua irmã, a regente D. Juana, dos procuradores e dos conselhos, o rei Filipe resolveu consentir na sua publicação. Além da princesa, subscreveram-na o presidente do Conselho de Castela, Juan de Vega, o licenciado Vaca de Castro, pacificador do Peru, os licenciados Matalud, Otaloza, Diego de Munatonce, Pedrosa, o Dr. Velasco e o erudito teólogo dominicano Melchor Cano, todos membros do Conselho.

---

* Publicado originalmente na *Revista de História* – USP, 1961. Prêmio de Jornalismo da Câmara Municipal de São Paulo.

** Documento existente na Seção de Paleografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O interessante documento compreende quatro folhas, começando o texto apenas na página dois e prosseguindo até a metade da sétima. A primeira, portanto, é a do frontispício, e está ocupada por uma bela portada, de forma quadrangular, que envolve quase por inteiro, onde se lê, no alto:

> Pragmatica sobre la impresion: Y libros. [E na parte de baixo]: La ordem que se há de tener en imprimir los libros, ansi los impressores como los q los dan a imprimir y ansi mesmo los libreros en la forma q los han de bender, y las diligências que los nos nos y los otros son obligados a hazer, juntamente com la orden que se há di tener en visitar las librerias ansi de los libreros como de otras qualesquier personas, ansi ecclesiasticas como seglares.

A impressão foi concedida a Sebastian Martinez, que possuía oficina gráfica em Valadolide onde, na ocasião, se encontrava também a Corte da regente.

Tal incunábulo está redigido em castelhano, mas as letras são do tipo gótico, angulosas, de traços finos alternados com grossos. As redondas são usadas unicamente como maiúsculas no começo do preâmbulo, dos itens ou parágrafos. Utilizaram-se também outros caracteres na Espanha, mas o gótico predominou até grande parte do quinhentismo.

O texto apresenta características próprias da época, como a nasalação de sílabas por meio do til,[1] muitas abreviaturas, o *v* em lugar do *u* etc. A impressão é boa, mas o compositor distraiu-se, às vezes trocando *nuestro* por *vuestro*, invertendo o "u" em palavras como "que", acentuando quando não devia etc. Contudo, isso não lhe tira o valor intrínseco, pois ainda nos fornece preciosas informações.

---

[1] Por deficiência de material gráfico algumas letras nos textos citados, que deveriam ter o til, foram transcritas com o acréscimo de n ou m (Nota da redação).

I

Evidências históricas à luz da Pragmática

Carlos V legara ao filho um patrimônio admirável, mas de tremenda responsabilidade, porque com ele também lhe transmitira dívidas colossais, inimigos ao redor e guerras a sustentar. A tais problemas vinham juntar-se, agora, novas ideologias e maus costumes, ameaçando solapar a fé católica em prejuízo da monarquia, graças, sobretudo, à introdução de livros, não obstante todas as cautelas tomadas por seus antecessores, segundo inferimos da Pragmática:

> Sepades q nos somos informados q como quiera q en la pregmática de los sñores reyes catholicos de gloriosa memória nustros progenitores esta proueydo y dada orden cerca de la impression y venta de libros que en estos reynos se hiziere (p. 2)

reportando-se, certamente, à pragmática publicada a 8 de julho de 1502, em Toledo, por Fernando e Isabel. É interessante verificar a transformação que se operara no espírito dos Reis Católicos, patenteada pelo contraste desta pragmática em face daquela ditada em Toledo, no ano de 1480. É a *Ley XXI*, *Tit. VI*, *Lib. VIII*, *da Recop. Castellana* e determina:

> que no se pagarán derechos algunos por la introducción de libros extranjeros en estos reinos: considerando cuanto era provechoso y honroso que a estos reinos se trajeran libros de otras partes, para que com ellos se hicieran hombres letrados[2]

Tratava-se de lei liberalíssima e de tendências progressistas, tendo como objetivo instruir a todos. Facilitava a importação de livros e o barateamento dos mesmos, isentando-os de taxas aduaneiras, quer introduzidos por mar ou por terra. O estabelecimento

[2] Quesada, Vicente G. *La vida intelectual en la America Española*, p. 32.

de imprensas no país teve boa acolhida até aí, crescendo seu número de ano para ano, contando com a mercê dos soberanos. Mas tão nobre propósito durou pouco, influindo na mudança *el espíritu teocrático, atento a la conservación de la unidad del dogma; y la legislación se saturó de um espíritu estrecho*.[3]

Aliás a Península toda vivia sob nova atmosfera, ciosa de sua posição no Continente. Levantaram-se embaraços à entrada de estrangeiros e ao comércio com outras nações. Já não era fácil estabelecer uma oficina. D. Manuel, de Portugal, ao conceder um privilégio em 1502 ao alemão Valentim Fernandes, da Morávia, estipulava entre as condições "fidelidade à fé católica".[4]

A lei de 8 de julho de 1502 (*Lei I, Tit. XVI, Lib. I da Recop. Cast.*) é diametralmente contrária à de 1480, iniciando-se com ela, a censura e a restrição à imprensa e ao comércio de livros, política que haveria de permanecer, ora mais, ora menos rigorosa, até às Cortes de Cádiz, em 1810. Proíbe aos livreiros, aos impressores, aos mercadores e aos seus feitores:

> imprimir de moldes, por via directa o indirecta, ningún libro de ninguna facultad, o lectura u obra que sea pequeña o grande, en latin o en romance, sin obtener para ellos nuestra real licencia y especial mandato, o de las personas siguientes: en Valladolid y Granada, de los presidentes de las audiencias; y en la ciudad de Toledo, Sevilla y Granada, de los arzobispos; en Burgos, de su obispo; en Salamanca y Zamora, del o bispo de Salamanca; que tampoco se vendan ningunos libros de molde que trajeran de fuera de los reinos, de ninguna facultad ni materia que sea, ni obra pequeña ni grande, en latin y en romance, sin que sean vistos y examinados por las dichas personas, o por aquellos a quienes ellos los sometiesen y hayan licencia de ello y para ello.

---

3 QUESADA, Vicente G., op. cit., p. 35.

4 DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Tomo I, p. 7.

A imprensa figura na história de Portugal desde 1487, graças à iniciativa de judeus. As primeiras obras foram em hebraico. Depois só em 1494 aparecem como impressores os alemães Nicolau de Saxônia e Valentin Fernandes.

Nesta pragmática não aparecem Valença nem Barcelona, por gozarem de foros próprios. Os infratores incorriam nas seguintes penas: queima dos livros em praça pública na cidade onde fossem impressos ou vendidos, perda do produto da venda, indenização triplicada do valor do livro ao prejudicado, revertendo o montante em benefício dos denunciadores, do juiz e do tribunal, dividido em partes iguais.[5]

Esta pragmática (1502) visava atender às recomendações de uma bula do papa Alexandre VI, expedida no ano anterior, e proteger a nação contra influências adventícias. À censura tantas vezes exercida pelas autoridades eclesiásticas vinha juntar-se, agora, o apoio do Estado, caminhando daí por diante os dois *pari passu*. Livros a serem impressos ou reimpressos deviam ser examinados por pessoa letrada *muy fiel y de buena conciência*, geralmente clérigo ou regular, orientando-se pelo seguinte critério: obras apócrifas, ou supersticiosas, ou reprovadas, ou ainda as que tratassem de coisas sem proveito, ou provindas do estrangeiro, estariam condenadas.[6] Algum tempo depois a incumbência passaria à Santa Inquisição, a qual, em 1539, recebeu de Paulo III ampla faculdade para expurgar os livros que se imprimissem dentro de sua jurisdição, em Castela, desde que em Choque com a religião católica.

A partir de 1546, Carlos V, assustado com o avanço do luteranismo e desejando embargar-lhe os passos, solicitou aos teólogos da Universidade de Lovaina uma lista de livros considerados heréticos, impressos na Alemanha. Levada para a Espanha, a Inquisição acrescentou-lhe alguns livros em Latim e em castelhano, desconhecidos pelos doutos de Lovaina, surgindo, assim, o primeiro "Índice expurgatório" espanhol, publicado em 1551 com um breve de Júlio III, no qual o chefe da Igreja proíbe a leitura e a retenção de

---

5 Quesada, Vicente G., op. cit., p. 35-6; *Diccionario de literatura espanhola*, p. 139.

6 Idem, ibidem, p. 36.

livros interditados e revoga todas as licenças dadas anteriormente.[7] O Santo Ofício renová-lo-ia todos os anos, notificando as alterações efetuadas, atribuição que a Pragmática de 1558 claramente expressa e confirma:

> Y como quiera que ansi mismo por los Ynquisidores y ministros del sancto offício, y por los prelados & susprobisores y hordinarios, en cada un año se declaren y publique los livros que son reprobados, y en que ay herrores y heregias (p. 2)

A lei fala reiteradamente em *libros y obras*, denotando a amplitude de sua aplicação:

> Outro si defendemos & mandamos que ningum libro ni obra de qualquier facultad que sea en latin ni en romance ni outra lengua se pueda imprimir [...] (p. 3)

E bem assim as *obras & libros escriptos de mano que no está impressas*, desde que tratassem de assuntos relacionados com a fé católica, a menos que examinados e devidamente licenciados (p. 5).

A nobre arte de Gutenberg custou a generalizar-se, entravada pelo preço do maquinário e das impressões, pelo uso da escrita manual e pelas restrições governamentais. Admitia-se que o direito de publicar pertencia ao soberano e só com a autorização régia se permitiria fazê-lo. Muitos, por tudo isso, faziam circular respectivas obras sob a forma de manuscritos e veladamente, quando nelas expunham doutrinas controvertidas ou se contradiziam os dogmas da Igreja, criticavam o clero ou o rei, ou ainda a Inquisição, ou, enfim, continham matéria proibida. O fortalecimento do absolutismo na Inglaterra, França, Portugal e Espanha, e logo depois o aparecimento da Reforma, incentivaram a divulgação de manuscritos e de obras impressas *in-quarto* e *in-octavo*, numa folha só ou em folheto, ventilando assuntos políticos e religiosos. Divulgavam-se

---

[7] MENENDEZ Y PELAYO. *Historia de los heterodoxos españoles*. 2. ed. refundida, IV: 414.

boas e más notícias, verídicas umas, falsas outras. Em 1569 o pontífice que encarna a Contra-Reforma, Pio V, clamou contra os redatores de notícias manuscritas hostis ao alto clero, mandando enforcar, por essa razão, o difamador Niccoló Franco, e o rigor prosseguiu com os papas Gregório XIII e Sixto V.[8] Na Inglaterra e Espanha acontecia o mesmo. A notícia manuscrita, por meio de *avvisi* competia, então, com a de imprensa. As folhas impressas não tardaram a aparecer, embora modestas e sem época definida. Na Alemanha eram conhecidas pela designação *Zeitung,* na Itália por *avvisi, gazzetas e corantos*, e na Inglaterra por *News.* Davam notícias de fatos sensacionais, feitos notáveis, milagres, guerras, questões religiosas etc., degenerando muitas vezes até ao absurdo. A comédia-satírica de Bem Johnson, representada em 1626, *The staple of News* (*A tenda de notícias*) dá bem uma demonstração do ridículo a que chegavam os panfletários ou noticieiros na divulgação de mentiras e de extravagâncias. A situação degenerou a tal ponto que os governos precisaram agir. Em 1586 a Inglaterra codificava pela primeira vez as leis de censura.[9] Em Espanha a Pragmática de 1558 punha nova ênfase no problema, censurando não só os livros e obras referentes à heresia luterana, mas também os de "matérias desonestas y de mal exemplo de cuya letura & uso se siguen grandes & notables inconuientes" (p. 2).

A Inquisição tornara-se, há muito, um baluarte da Unificação. Introduzida na Espanha em 1232, por Gregório IX, prosseguiu na tarefa pelos séculos adentro. A princípio colaborou com os reis da Península nas lutas contra os árabes e, mais tarde, no combate ao Judaísmo. Exercida pelos bispos, antes, confiaram-na depois aos dominicanos, secundados por todo o clero. Porém desde os Reis Católicos entrou em nova fase, aprimorando-se sua organização:

---

[8] Weill, Georges. *El diario*, p. 16-7.

[9] Idem, ibidem, p. 13-25.

três inquisidores, clérigos ou licenciados de boa moral, nomeados pelo rei, foram incumbidos de velar contra a apostasia e a heresia. Em 1482 um inquisidor-geral passou a supervisionar toda a ação, assistido por dois assessores jurisconsultos, sendo criados quatro tribunais subalternos com sede em Sevilha, Cordoba, Jaen e depois Toledo. Torquemada foi o primeiro; homem enérgico e combativo. Deu ele ao Santo Ofício as "Instruções" para sua norma de conduta. Entretanto, convinha à Coroa assegurar seus reais interesses, e para isto criaram Fernando e Isabel o "Conselho da Suprema" para as questões temporais, se bem que o inquisidor-geral fosse o presidente nato. Nas espirituais a palavra final cabia ao inquisidor e ao papa.[10]

Ao tempo de Torquemada reacendeu-se a campanha contra os Judeus e seus descendentes, pois constava terem colaborado com os maometanos. Também se dava combate à bruxaria e aos necromantes quando surgiu o protestantismo. A máquina organizada até aí permaneceria irredutível em seu posto, sob a direção de inquisidores da têmpera do cardeal Adriano, de Alonso Manrique (1523), do arcebispo de Toledo, Juan Talasca (1539), de Garcia de Loayasa, arcebispo de Servilha (1540) e desde 20 de janeiro de 1549 até 1566, D. Fernando de Valdés, arcebispo de Sevilha.[11]

Em 1523, o ex-inquisidor Adriano, agora eleito papa, reiterava aos inquisidores da Espanha a comissão que lhes dera em 1521, de seqüestrarem todos os livros de Lutero e os dos adeptos.

A Inquisição recebeu ainda maiores poderes em 1553, quando Filipe regia a Espanha em lugar de seu pai. As decisões do Santo Ofício passaram a ter caráter definitivo, vedando-se a quem quer que fosse recorrer ao Conselho Real. Nenhum poder se sobreporia ao desse Tribunal, exceto o do Soberano, fato responsável por tan-

---

10 LAFUENTE, Modesto et al. *Historia general de España*, vol. VI, p. 311, 315.

11 BALLESTEROS Y BERETTA, A. *Historia de España y su influencia en la historia universal*, v. IV, 2ª parte, p. 253.

tos abusos e causa de reclamações das Cortes espanholas. Todavia, Clemente VII confirmou o ato do regente.[12] A Inquisição devia combater a heresia, fazer o expurgo da má literatura e impedir a passagem às Índias Ocidentais de cristãos-novos. Pode-se, contudo, dizer que nem a vigilância e nem a ameaça de castigos produziram os almejados objetivos. Todos transpuseram as barreiras. A doutrina luterana, causadora de tantas agitações na Europa também fez a sua entrada na Espanha, conforme o confessa textualmente a Pragmática de 1558:

> toda via nilo probeído por la dicha pregmatica ni las diligencias que los dichos inquisidores y prelados hazen no há bastado ni basta, & que sin enbargo ay en estos reynos muchos libros, assi impressos en ellos como traydos de fura en latin y en romance y otras lenguas en que ay heregias, herrores, y falsas doutrinas sospechosas y escandalosas y de muchas nouedades cõtra nuestra sancta fee catholica & religion, y que los hereges que en estos tiempos tienen preuertida & dañada tanta parte de la Christiandad procurã... derramar & imprimir en los coraçones de los subditos y naturales destos reynos (q por la gracia de Dios) son tan catholicos christianos sus heregias y falsas opiniones (p. 2)

Na verdade, nascido na pequena cidade alemã de Wittenberg, na Saxônia, em fins de 1517, o luteranismo lavrava na velha Europa qual impetuoso incêndio. Em breve atingia os Países Baixos, a Boêmia, a Suíça, a França, a Inglaterra, a Escandinávia, a Península Ibérica e outros lugares. Encontra o catolicismo estabelecido de longo tempo nessas nações, e até como religião oficial, necessitando, por essa causa, envolver-se em lutas com o próprio Estado. Foi assim, pelo menos na França, na Inglaterra de Maria Tuddor e na Espanha dos Habsburgos.[13] Em virtude de antigos concordatas com a Santa Sé, a primeira e a última tinham-se convertido em defensoras naturais da fé católica.

---

[12] Ballesteros y Beretta, A., op. cit., p. 252.

[13] Chartrou-Charbonnel. *La réforme et les guerres de religion*, p. 171-201.

Mas, como teria sido possível a infiltração do protestantismo na Espanha? Ser-nos-á fácil compreendê-lo, se nos lembrarmos, primeiramente, da projeção ibérica no quadro mundial, devendo destacar-se as relações políticas da Espanha com a Alemanha e os Países Baixos, governados todos por um único cetro. Carlos V reivindicou para si o império alemão exatamente quando o luteranismo surgia, e para não descontentar o eleitor da Saxônia, de quem muito dependia e que protegia Lutero, o astuto habsburgo procurou contemporizar. De Roma o embaixador de Carlos, D. Juan Manoel, no intuito de aproveitar-se da situação contra o papa, em benefício do rei, escrevia-lhe a 10 de maio de 1520:

> mostrar-se un poco favorable a cierto fraile, Martin Lutero, de la corte de Sajonia, que da muchos disgustos al soberano pontífice por algunas cosas que predica y publica contra la autoridad papal. Este monje se dice que es muy instruído, y pone en gran aprieto al papa[14]

Assim se explica a duplicidade de atitudes da parte de Carlos V: uma para com a Alemanha, a outra, de impretérito defensor da ortodoxia, nos demais reinos. Não se cortando a árvore pela raiz, pouco adianta desbastar-lhe os ramos. Da Saxônia as idéias se erradiaram para fora do país. Já a 20 de março de 1521, o papa Leão X emitia dois breves para Castela, solicitando a adoção de medidas tendentes a impedir na Espanha a introdução dos livros de Lutero.[15]

Pois bem, as viagens de Carlos à Alemanha facilitaram o contato com as idéias de Lutero e o intercurso delas. Mais de um súdito espanhol, integrando seu séquito, conheceu e abraçou a doutrina da Reforma. É o caso, por exemplo, do talentoso jovem, Alfonso Valdés, que em 1520 acompanhou ao imperador, na qualidade de secretário, e assistiu à sua coroação, tendo, nessa oportunidade, enviado relatos das discussões religiosas na Alemanha,

---

[14] M'CRIE, Tomas. *La reforma en España en el siglo XVI*, p. 80. Apud *Historia Crítica de la Inquisición*, de Llorente, I: p. 398.

[15] Idem, ibidem, p. 81.

por solicitação de Pedro Mártir, da Espanha, os quais em ali chegando, circularam entre os amigos.[16] Alfonso chegou a entrevistar-se pessoalmente com o reformador Melanchton. Há dúvidas, porém, quanto à sua decisão pelo luteranismo,[17] o mesmo não acontecendo com seu irmão, Juan Valdés, que, além de aceitá-lo, empenhou-se por divulgá-lo no país.[18] Outro que fez parte do séquito de D. Carlos, foi Francisco de Angelis, providencial da ordem chamada Angeles em Espanha. Homem da confiança do imperador, na viagem de retorno à pátria deteve-se em Basiléia, onde conversou longamente em Conrado Pellican sobre as opiniões de Lutero, manifestando concordar com este em diversos pontos.[19] Também Alfonso de Virves, monge beneditino, erudito e capelão de Carlos V era tido como luterano.[20] Casos semelhantes foram os dos drs. Ponce de la Fuente, Agustin Cazalla e outros.[21] Algo parecido dar-se-ia anos depois, quando Filipe se transladou à Inglaterra para consorciar-se com a rainha Maria. Entre os que o acompanharam houve alguns que se fizeram adeptos da nova doutrina, cultivando-a secretamente e, de igual sorte, divulgando-a ao regressarem à Espanha. Mas os contatos com os Países Baixos, ao tempo um dos maiores redutos do protestantismo, devido à sua amplitude, foram ainda mais significativos. O intercâmbio comercial, a dependência do mesmo soberano, a permanência ali de Mercadores, de eruditos, de estudantes e de soldados, expunha a todos ao contágio das idéias de Erasmo e de Lutero, muito embora as medidas de caráter oficial visando a proteção dos súditos espanhóis.

Quanto às relações com a Alemanha, aconteceram fatos interessantes. Já vimos como se passaram as coisas no momento que

---

16 M'Crie, Tomas, op. cit., p. 80, 84.

17 Ballesteros y Beretta, A., op. cit., vol. IV, 2ª parte, p. 242.

18 Idem, ibidem, p. 242. M'Crie, op. cit., p. 89-92. Garrido, Fernando. *História das perseguições políticas e religiosas ocorridas em Espanha e Portugal*, p. 150.

19 M'Crie, op. cit., p. 80.

20 Idem, ibidem, p. 85-8.

21 Idem, ibidem, p. 128-31, 138–1941, 95. Ballesteros Y Beretta, op. cit., p. 245.

precedeu a eleição de Carlos V. Depois, em 1527, vamos encontrar alemães e espanhóis combatendo lado a lado, na Itália, as hostes papais, sob as ordens do imperador, situação esta que, sem dúvida, favoreceu o intercurso entre os militantes do mesmo exército. Nem se pense que era fácil a D. Carlos libertar-se da influência alemã. Ela o acompanhava, como a sombra que segue o corpo. As afinidades sangüíneas, os encargos recebidos de Maximiliano, e, enfim, suas constantes aperturas financeiras, constrangiam-no, e aos seus sucessores, a voltarem-se para os banqueiros alemães em busca de numerário e de créditos. Tais favores exigiam compensações, que os Habsburgos se sentiam no dever de dar. Motivo porque lhes tiveram de permitir o comércio dentro de seus reinos e com as Índias, a exploração de minas, contratos para a colonização da Venezuela e Chile, e assim por diante.[22] Algumas concessões já vinham de outros tempos. Lembraremos, por exemplo, que os primeiros impressores na Península foram alemães, achando-se estabelecidos em Saragoça, desde 1473, Enrique Botel, Jorge von Holtz e Juan Planck.[23] Elas, porém, se acentuaram no governo de Carlos V. O nome dos Fugger, dos Welser, dos Imhof, dos Rott, dos Tuch, falam bem alto da importância desses banqueiros na vida econômica da Espanha. Financiadores, contratadores das rendas públicas e das minas mercurosas de Almaden, co-participantes no comércio colonial, necessitavam representar-se por agentes de confiança e de valerem-se dos serviços de gente habilitada, tal como sucedia na exploração das minas. Os alemães saíam-se vantajosamente neste mister. E, por isso, quando se concedeu aos Welser, em 1528, o direito de colonizar a Venezuela, demandava-se deles:

> pasar a las islas Españolas, San Juan y a la dicha vuestra tierra... cincuenta alemanes naturales de Alemanis, maestros mineros a vuestra costa, para que com su industria y saber se hallen las minas y veneros del oro plata y otros metales que oviere en las tierras

[22] SCHORER, Maria Thereza. *Revista de História*. São Paulo, Ano VIII, n. 32, p. 275-353.

> e islas... y que en el buen tratamiento, libertad y execusion que han de tener los dichos alemanes, se guarde lo mismo que están otorgado a los mineros alemanes que residen en Galicia, en los mineros de aquel reino[24]

Vieram uns quarenta e nove, na maioria da Saxônia, epicentro do movimento luterano, coincidência que não nos autoriza a identificá-los com a Reforma, se bem que, anos mais tarde, os bispos e a Inquisição encontrassem nas terras indianas alguns seguidores de Lutero, alemães, holandeses e outros.

A Espanha jamais esteve fechada ao intercâmbio com as nações do continente; nem ainda em pleno regime do exclusivismo, porque ela não podia. Necessitava importar mercadorias para si e para suas colônias, entrando nesse comércio negociantes ingleses, alemães, flamengos, portugueses, italianos e espanhóis, por vias legais e por meio de contrabando. Como, então seria possível evitar contatos sociais, permuta de idéias, entrada de livros proibidos? Tarefa árdua, certamente! E que diríamos dos filhos da terra, que andavam pelo estrangeiro? Alguns de seus mestres ensinavam com brilhantismo nas grandes universidades de Oxford, Paris e Lovaina. A Espanha orgulhava-se também de possuir grandes teólogos. No célebre Concílio de Trento deixaram fama, frei Melchor Cano, Lainez, Bartolomeu Carranza, Pedro Nuñes Vela, notável professor de filosofia clássica, em Lausane, foi um dos que abraçaram o protestantismo. Outro: o mercador Francisco de San Roman, que mantinha transações com Antuérpia.[25] D. Carlos de Seso, ex-corregedor de Toro, de linhagem italiana, figura entre os primeiros adeptos do luteranismo, que ele trouxe quando de uma viagem a Itália, e no rol de seus discípulos o dr. Agustin Cazalla, pregador e capelão de Carlos V.[26] O frade sevilhano, Antonio del Cano, an-

---

[23] TORRE REVELLO. *El libro, la imprenta y el periodismo em America*, p. 13.

[24] *Revista de História*. Ano VIII, n. 32, p. 306.

[25] M'CRIE, op. cit., p. 105.

[26] BALLESTEROS Y BERETTA, A., op. cit., p. 243-4.

dou pela Alemanha e França, foi professor na Universidade de Oxford e acabou livre-pensador.[27] Quando estavam na França aderiram às idéias da Reforma os eruditos Juan Diaz e Jaime Enzinas. Um irmão de Jaime, Francisco de Enzimas (m. 1552), estudou em Lovaina e em Witenberg, berço do protestantismo, onde fez amizade com Melauchton, braço direito de Lutero. Francisco escreveu um livro de Memórias, uma tradução castelhana do Novo Testamento, uma história das perseguições religiosas e diversas obras clássicas.[28]

De certo modo, o movimento renascentista abriu as portas para o luteranismo, em razão de seu interesse pelo estudo do grego, do latim e do hebraico, e do gosto pelos antigos clássicos. Os estudiosos podiam consultar o Antigo e o Novo Testamento nas línguas originais. Fortalecia-se o livre-exame e com ele a crítica; dava-se maior expansão ao pensamento. Erasmo de Roterdão exerceu nesse sentido notável influência em muitos países, inclusive na Península Ibérica, onde granjeou simpatizantes e ardorosos defensores. Suas obras circularam na Espanha mais ou menos livremente até 1527, sendo proibidas em 1538 na língua vulgar. Leigos, clérigos e regulares se orgulhavam de manter correspondência com o autor do *Elogio da loucura*, não escapando nem o inquisidor Alonso Manrique. O próprio Carlos V foi seu amigo. Um dos livros mais combatidos de Erasmo, o *Enchiridion militis christiani,* mereceu ser posto em castelhano pelo eclesiástico.[29] Acontece que o grande humanista, ridicularizando o clero, criticando a igreja, divulgando o Novo Testamento, erguia uma ponte de fácil acesso para a Reforma. Não é destituída de fundamento a expressão que "Lutero chocou o ovo que Erasmo botou". De fato, começando por aquele, muitos terminavam aderindo a Lutero ou a Calvino. Tal foi o caso do beneditino e erudito, Alfonso de Vivres, capelão de Carlos V,

---

[27] BALLESTEROS Y BERETTA, A., op. cit., p. 246.

[28] Idem, ibidem, p. 242. M'CRIE, op. cit., p. 110-1.

[29] BALLESTEROS Y BERETTA, A., op. cit., p. 241.

lançado aos cárceres durante quatro anos pela Inquisição, como luterano, ao fim dos quais foi obrigado a abjurar publicamente na igreja metropolitana de Sevilha.[30] Foi, outrossim, o de Damião de Góis, em Portugal, o de Alfonso de Valdés "secretário das cartas latinas do imperador" e mais propriamente o de seu irmão Juan de Valdés, autor de algumas obras em admirável prosa castelhana. Foi, igualmente, o do jovem humanista catalão, Pedro de Galés, estudante de Direito na Itália e em seguida professor em Genebra (1583) e na França, onde o prenderam, entregando-o à inquisição espanhola, em cujas masmorras findou a existência.[31]

Aí está. Portanto, um outro veículo da propaganda ideológica a literatura por meio de escritos impressos no estrangeiro ou na Espanha. Os livros de Erasmo não foram os únicos. Outros havia que espalhavam ensinos contrários à fé católica considerados nocivos à vida cristã, de autores protestantes, de livres-pensadores, livros de bruxaria, obras dos Alambrados etc. Quem desconhece o nome de Miguel Serveto, espanhol ilustre, descobridor da circulação pulmonar, e ex-secretário do franciscano Juan de Quintana, confessor de Carlos V? Em 1531 Serveto publicou uma obra que escandalizou a católicos e a protestantes devido às suas concepções acerca da Trindade: *De Trinitate Erroribus*, seguida em 1532 por *De Justitia regni Christi et de charitate*, mas a que trouxe maiores amarguras foi a obra polêmica *Christiani Restitutio*. Em conseqüência teve que andar fugido, para afinal, em Genebra, aos 27 de outubro de 1553, perecer condenado na fogueira.[32]

Os autores protestantes, mesmo os espanhóis, produziram uma porção de obras em latim e em castelhano para doutrinação, fortalecimento espiritual, alem das de exegese. Juan de Valdés, prosista dos mais finos, escreveu: *Alfabeto Christiano,* alguns comen-

---

30 Ballesteros y Beretta, A., op. cit., p. 242. M'Crie, op. cit., p. 85.

31 Ballesteros y Beretta, A., op. cit., p. 247.

32 Irwin, C. H. *Juan Calvino*. México: Ediciones Alba, 1947, p. 81-9.

tários às epistolas de São Paulo, *Consideraciones Divinas e Advertencia a los Interpretes de las Sagradas Escrituras.* Valdés viu-se forçado a deixar a pátria, mas fora do país ajudou a difundir o luteranismo, escrevendo em latim e em espanhol.[33] O grande pregador de Carlos V, Constantino Ponce de La Fuente, embora disfarçasse sua afeição para com as doutrinas da reforma nas obras que deu à publicidade, todavia nas que ainda restavam em manuscrito sua culpabilidade ficou evidente, pelo que o Santo Ofício o entregou na prisão. Em 1543 veio à luz, em Antuérpia, o Novo Testamento de Enzinas. Seu patrício, Ferdinando Javara, anteriormente, e ainda nesse mesmo ano e local, imprimiu alguns livros do Antigo Testamento. Em 1543 judeus publicaram em Ferrara duas edições do Antigo Testamento em espanhol, Juan Pérez de Pineda, natural de Andaluzia, exerceu durante certo tempo, em Roma, junto ao papa, o encargo dos negócios do imperador. Em Sevilha abraçou o protestantismo, passando a residir mais adiante em Genebra e na França. Em 1556 saiu da imprensa sua versão espanhola do Novo Testamento, e que haveria de causar apreensões aos inquisidores e pôr a descoberto os redutos protestantes da Espanha. No ano seguinte publicaria os Salmos e logo depois um *Catecismo* e o *Sumário de La Doctrina Christiana*. Como sua última contribuição Juan Pérez destinou toda a fortuna à publicação da Bíblia no idioma pátrio. Esta saiu da prensa em Basiléia, no ano de 1569, graças ao trabalho de Cassiodoro de Reina.[34] Uma edição melhorada por Cipriano de Valera veio a lume em Amsterdã, em 1602; naturalmente combatida sempre pelas autoridades, baseadas no pressuposto de que sua circulação em idioma vulgar fomentava heresias. Mas, apesar dos óbices, as Escrituras, ou partes, chegaram à Península. Daí o alarme do papa Júlio III, em 1550 aos inquisidores, comunicando-lhes ter chegado ao seu conhecimento que livreiros e particulares possuíam grande quanti-

---

[33] BALLESTEROS Y BERETTA, A., op. cit., p. 242. GARRIDO, Fernando. *História das perseguições...*, tomo I, p. 150.

[34] GARRIDO, Fernando, op. cit., p. 175 et seq. M'CRIE, op. cit., p. 121-3.

dade de livros heréticos e de bíblias em espanhol, proibidos pelo catálogo confeccionado pela Universidade de Lovaina. Contudo a introdução prosseguiu, segundo evidenciam os fatos e a Pragmática de 1958 confirma.

Esta prática vinha de longe, pois já em princípios de 1519, Juan Froben, famoso impressor em Basiléia, enviara à Espanha certa quantidade de tratados, de uma série escrita por Lutero, que ele, Froben, acabara de imprimir.[35] Estavam em latim e se destinavam a pessoas ilustradas. Outros e mais outros chegariam quase sem cessar de ano para ano. Todo o cuidado resultava infrutífero! O alarme dado em 1550 pelo papa encontrou excelente acolhida por parte do rei Carlos e de Felipe, quando regente. Os portos marítimos e as passagens terrestres foram submetidos a rigorosa vigilância. Mas os afoitos luteranos também redobraram de cautelas, conseguindo ludibriar as autoridades. A Pragmática de 1558 assim se expressa a propósito:

> y que los hereges que en estos tiempos tienen prevertida & dañada tanta parte de la christiandad procuran com grande astucia por medio de los dichos libros, sembrando com cautela y disimulacion que ellos sus herrores [...] (p. 2)

Um exemplo da habilidade e da coragem empregadas nesse tráfico nos é dado por Julián Hernández, indivíduo humilde, natural de Villaverde, no distrito de Campos. Parece que ele trabalhava em Genebra como amanuense de Juan Pérez. Em 1557 incumbiu-se de uma viagem por terra a Espanha, levando dois grandes sacos repletos de traduções das Escrituras e outros livros protestantes, em espanhol. Entregou-os em Sevilha em casa de um dos correligionários principais, que rapidamente os enviou a amigos em diversas partes do país.[36] E assim o protestantismo fazia adeptos e se organizava em congregações. Nobres, eruditos, clérigos e homens

---

35 M'Crie, op. cit., p. 79.

36 Idem, ibidem, p. 125.

simples filiaram-se secretamente às mesmas, em Sevilha, Valadolide e comarcas circunvizinhas.

Em fins de 1557 os teólogos agregados à Corte de Felipe II, em Bruxelas, descobriram, por meio de espias, terem-se enviado os ditos livros à Espanha e o comunicaram aos inquisidores. Estes puseram-se a campo e encontraram Julián Fernández e por meio dele todos os membros das congregações supra referidas. Centenas foram lançados aos cárceres do Santo Ofício. Nesse mesmo ano a Espanha e a Sé Romana firmavam a paz entre si. Diante do ocorrido, Paulo IV, a 15 de fevereiro de 1558 fortalecia ainda mais a autoridade do Santo Ofício, e Filipe, por sua vez, concedia a 8 de setembro a célebre Pragmática de que ora nos ocupamos. Ela reflete, por conseguinte, uma série de situações.

II

A natureza da Pragmática

Fato interessante na legislação de Castela é a repetição de leis, sobre matérias tratadas anteriormente. Quando não se ignorava o já decidido, fazia-se de conta que se o ignorava, ou buscavam-se subterfúgios para torcer a lei. Ora, de há muito se vinha censurando a literatura produzida no país; proibira-se a entrada de livros impressos no estrangeiro, mas não se atendia cabalmente a uma exigência nem a outra. Menosprezara-se a "pregmática de los señores reyes catholicos de gloriosa memoria" praticando o que ela objetivara inibir. De sorte que "nilo probeido por la dicha pregmática ni'las diligencias que los dichos inquisidores y prelados hazen no há bastado ni basta" e, em face do perigo protestante, conviram as autoridades em reprovar a lei e em adotar medidas mais drásticas. Filipe atribuiu ao seu rescrito, conforme já frisa-

mos, o valor de lei, criando os corretivos que julgava suficientes para cortar o mal. Por conseguinte, a Pragmática é um documento preciso, minucioso, sobre a literatura no país.

Dava-se a Filipe na consciência de estar providenciando sobre

> cosa y negócio tan importante al seruicio d'Dios nuestro señor y nuestro, y al bien y beneficio de los nuestros subditos y naturales [...] (p. 2).

Declaração que bem se enquadra em sua personalidade e em seus propósitos. Sua vida toda, de católico e de estadista, aí está refletida. Descendente de católicos, educado por ministros da religião, tendo recebido um patrimônio alicerçado na fé católica, o jovem rei considerava-se o defensor de toda essa herança e, bem assim, do Cristianismo. Se há alguma coisa que muito tenha influído na atuação de Filipe, não resta dúvida serem os conselhos que nesse sentido lhe deu o pai. Carlos V, embora em desacordo político com os papas, e até acusado de heresia, conforme também se daria com Henrique VIII da Inglaterra, sempre se mostrou católico firme, comprovando-o desde o início do seu governo. A 28 de setembro de 1520, ordenou fossem queimados os livros luteranos chegados a Flandres.[37] Quando o papa Clemente VII (1534) baixou uma bula contra os mouros de Aragão, Valença e Catalunha, Carlos foi inexorável em sua execução.[38] Em 1546 mandou organizar um índice de toda literatura proibida procedente da Alemanha. Por isso, quando em 1543 se encontrou enfermo, em Augsburgo, enviou ao filho uma larga Instrução (10-1-1548), para orientá-lo, no caso de vir a falecer, e nela, demonstrando seu zelo para com a fé, recomenda-lhe, antes de tudo

---

[37] Ballesteros y Beretta, op. cit. p. 239.

[38] Lafuente, Modesto et al., op. cit., p. 266.

> la defensa y mantenimiento de la fe en todos sus reinos, estados y señorios; la prosecución del concilio que él habia congregado com tanto trabajo y dispendios para la extinción de las herejias de Alemania; el acatamiento y respeto que debia mostrar à la Santa Sede [...][39]

e acrescentava que respeitasse ao papa em virtude da dignidade de seu lugar, e não tanto por sua pessoa; que se esforçasse pela eleição de um melhor, quando aquele falecesse; que tudo fizesse pela Igreja, mas sem prejudicar os próprios reinos. Mais tarde ao abdicar os Países Baixos, em outubro de 1555, perante um auditório solene, derramando lágrimas, repetia ao herdeiro:

> Tened inviolable respeto à la religion: mantened la fé católica en toda su pureza: sean sagradas para vos las leys de vustro país; no atendeis ni à los derechos ni à los privilegios de vustros subditos [...][40]

Dois anos depois, para desgosto do ex-rei de Espanha, retirado, agora, no mosteiro de São Justo, descobria-se a existência do luteranismo em Castela. Consternado pelo acontecido, escreve a Filipe, à princesa regente, aos do conselho da Inquisição e a outras pessoas, excitando-as a aplicarem aos hereges denunciados e aos já presos os mais rigorosos castigos. Na carta ao filho, datada em São Justo, aos 25 de maio de 1558, assim se expressa:

> Hijo, este negro negocio que acá se ha levantado me tiene tan escandalizado cuanto lo podeis pensar y juzgar. Vos vereis lo que escribo sobre ello à vuestra hermana: es menester que escribais y que lo proveais muy de raiz, y com mucho rigor y recio castigo y porque se que tenéis más voluntad, y habéis más hervor que yo lo sabia ni podia decir ni desear, no me alargaré mas en esto. De vuestro buen padre – Carlos[41]

---

39 LAFUENTE, Modesto et al., op. cit., p. 91-2.

40 Idem, ibidem, p. 110.

41 LAFUENTE, M. et al., op. cit., p. 137.

Na carta à regente, Carlos recomenda-lhe a máxima energia contra os hereges, pois no caso de Flandres ele havia ordenado "queimar vivos aos contumazes, e aos que se reconciliassem cortar-lhes as cabeças", devia ela portanto, fazer o mesmo na Espanha, "sin excepción de persona alguna", e lhe mandou o seu mordomo particular, Luiz Quijada, para, com esse propósito, orientá-la pessoalmente.[42] Parece que foi nessa ocasião que ele se arrependeu de não ter agido com Lutero conforme dele se esperara.

Se nos lembrarmos, agora, que Felipe II acabara de reconciliar-se com o papa Paulo IV (setembro de 1557), e com os franceses dera os primeiros passos para o tratado de Chateau-Cambresis, melhor se poderá compreender o espírito da Pragmática de 1558.

Afora o preâmbulo, em que o rei se dirige a todas as autoridades de seus reinos e senhorios, e lhes expõe as razões do régio documento, entra diretamente na parte legislativa. A matéria está distribuída em diversos capítulos, ou seções, assim sintetizados por nós:

> 1. – *Observações gerais*: extensivas a livreiros, mercadores de livros e a pessoas de qualquer estado e condição a fim de que não introduzam nem vendam nem conservem em seu poder qualquer obra impressa ou por imprimir das que são proibidas pelo Santo Ofício, seja qual for a língua, sob pena de morte e perda dos bens. Que os já existentes sejam queimados. Ordena à Inquisição imprimir o catálogo e o memorial dos livros proibidos, devendo o mesmo ser exposto pelos livreiros e mercadores à vista do público;
>
> 2. – *Da introdução de livros*: proibe-se, sob pena de morte, que livreiros e outras pessoas tragam aos reinos de Castela livros

[42] Lafuente, M. et al., op. cit., p. 137.

em romance, impressos fora, ainda que sejam nos reinos de Aragão, Valença, Catalunha e Navarra, não sendo impressos com real licença, concedida pelo Conselho; e quanto aos trazidos anteriormente à Pragmática, devem apresentá-los ao corregedor ou alcaide-maior, cabeça do partido, o qual enviará aos do Conselho a lista dos que devem ser examinados, sem que no ínterim possam ser vendidos nem retidos pelos livreiros ou interessados. Os transgressores ficariam sujeitos ao confisco dos bens e desterro perpétuo do reino de Castela;

3. – *Da impressão de livros:* proibe-se a impressão de qualquer livro ou obra, em latim, romance ou outra língua sem ser apresentado previamente ao Conselho e examinado por aqueles a quem compete, a fim de que seja outorgada a licença. Os livros ilegalmente impressos seriam queimados publicamente e os infratores sofreriam o confisco e a pena de morte;

4. – *Do modo e forma de obter licença*: no caso da impressão de novo livro, o original devia ser apresentado às autoridades para exame. E então, para evitar qualquer alteração posterior, um dos escrivães de câmara o rubricava folha por folha e cada plano, expressando no fim o número delas, assinalando as emendas ou correções que existissem. Este era o original que servia de modelo para a impressão, terminada a qual devia ser devolvido ao mesmo Conselho e um dos exemplares impressos. Cada livro conteria a licença, a taxa, o privilégio, se o houvesse, o nome do autor, o do impressor e o lugar da impressão. Este mesmo procedimento se observaria nos casos de reimpressão. Os que imprimissem, assim como os que mandassem imprimir ou vendessem livros sem observar e cumprir as referidas prescrições, ficariam sujeitos ao confisco dos bens e a desterro perpétuo dos reinos. No Conselho devia registrar-se em livro próprio e anotar-se nele, com toda

especificação, as licenças outorgadas, nomes das pessoas e a data;

5. – *Das exceções ao proibido*: a fim de evitar dificuldades permitia-se que os livros missais, breviários e diurnais, livros de canto para as igrejas e mosteiros, em latim ou em romance, cartilhas para ensinar as crianças, *Flos sarctorum,* constituições sinodais, artes de gramática, vocabulários e outros livros de latinidade, que naqueles reinos fossem impressos, poderiam sê-lo sem a licença do Conselho desde que não fossem obras novas e tivessem a dos prelados e ordinários, que seria posta no princípio de cada livro. De igual modo se poderiam imprimir os relativos ao real ofício e à Inquisição, se licenciados pelo inquisidor geral, assim como relativos à Cruzada, com a permissão do comissário geral;

6. – *Das obras e livros manuscritos*: versando eles matérias da Sagrada Escritura e de coisas concernentes à religião, não podiam circular livremente, a menos que fossem apresentados ao Conselho e recebessem licença para tanto. E, se, por acaso, fossem impressos e postos em circulação, o transgressor sofreria a queima de todos os livros, e confisco de bens e a pena de morte;

7. – *Da execução da Pragmática*: competia às audiências civis e eclesiásticas, superiores e inferiores, visitarem as livrarias, tendas e livreiros e mercadores, as bibliotecas de particulares, eclesiásticas ou seculares, e se encontrassem livros proibidos, ainda que impressos com licença real deviam remeter uma lista ao Conselho para o seu pronunciamento. Ordenava-se também aos gerais, provinciais e priores das ordens visitarem todos os anos as bibliotecas dos mosteiros e as que pertencessem, em particular, aos frades, dando disso um relatório. Em Salamanca, Valadolide e Alcalá tal visita era da obrigação de dois doutores ou mestres nomeados por essas universida-

des, que agiriam juntamente com os prelados e os representantes da Justiça real;

8. – *Das penas*: o resultado das penas seria aplicado do seguinte modo: uma terça parte para a câmara, a outra terça para o juiz e a última para o denunciante.

A ninguém, nas jurisdições do Reino, se isentava de cumprir a lei. De modo que, para evitar ignorância da mesma e pretexto para sua guarda, ordenava Filipe II:

> que esta nuestra carta sea publicada en nuestra corte y en todas las ciudades villas y lugares de los nuestros reynos e señorios, e las plaças & mercados y otros lugares acostumbrados, por pregonero y ante escrivano publico, y los unos ni los otros no fagades ni fagan ende al so pena de la nuestra merced & de diez mil maravedis para nuestra camara (p. 7, folha 4).

Nela vemos refletido o espírito teocrático tão do sabor dos governantes espanhóis, desde Fernando e Isabel e mais acentuado com o rei Carlos e Filipe, seu filho. Se antes já se delimitava o uso da imprensa e o tráfico de livros, agora o cerceamento ainda mais se confinava, sujeitando os infratores a penas rigorosíssimas. E o pior é que o castigo não só atingia o delinqüente, mas também aqueles que muitas vezes nada tinham a ver com a transgressão: isto é, os familiares e descendentes, porque uma das disposições determinava o confisco de todos os bens, deixando os herdeiros, em conseqüência, à mingua de recursos. Isto para nada se dizer da volúpia que suscitava nos ambiciosos, induzindo-os a denunciarem pessoas inocentes ou apenas suspeitas, a fim de co-participarem de seus bens. A história o comprova. Talvez o exemplo mais eloqüente seja o do venerável Bartolomeu Carranza, injustamente perseguido pelo fato de ocupar o rendoso arcebispado de Toledo.[43] Os prejuízos culturais, esses, então, foram incalculáveis. E como não bastasse o que na lei se preceituava, Filipe fez publicar em Aranjuez,

[43] LAFUENTE, M. et al., op. cit., vol. IX, p. 186; BALLESTEROS Y BERETTA, p. 244-5.

a 22 de novembro de 1559, uma nova pragmática, visando impedir o prosseguimento da entrada de idéias protestantes na Espanha: todos os súditos eclesiásticos ou leigos ficavam proibidos de estudar, ou de ensinar ou estagiar no estrangeiro, e os que lá estivessem deviam regressar no prazo de quatro meses, incorrendo na perda de bens, desterro e perda de direitos civis.[44] Por uma outra, de 1598, todos os livros passavam a ser taxados pelo Conselho e pela de 1610, proibia-se a impressão no estrangeiro dos livros manuscritos no Reino.[45]

Amparada pelas leis e bem assim por novo breve papal, de 15.2.1558, e por uma bula de 6.1.1559, a Inquisição agiu com rapidez e energia. Centenas de luteranos foram presos e executados nos autos de fé de Valadolide (21 de maio de 1559; 8 de outubro de 1559), de Sevilha (24 de setembro de 1559; 22 de dezembro de 1560), alem de outros lugares.[46] As colônias da América sofreriam as conseqüências do mesmo espírito político-religioso dos reis da Espanha.

III

A legislação colonial

Adiantaremos que a legislação referente às Índias Ocidentais se apresenta ainda mais restritiva e fechada. Iniciou-se bem cedo a controlar o embarque de mercadorias e de pessoas para a América. Em 1501 Fernando e Isabel fizeram circular na Espanha uma cédula vedando a ida de passageiros às Índias para qualquer fim, sem a licença real, e em 1503 organizava-se em Sevilha a Casa de

---

44 Lafuente, M. et al., op. cit., p. 195.

45 Quesada, Vicente G. *La vida intelectual en la America Española*, p. 45 et seq.

46 M'Crie, op. cit., p. 167-92. Ballesteros y Beretta, op. cit., p. 244-6.

Contratación para o controle oficial de ambas as espécies, embora o porto aí localizado não se prestasse ao comércio que o Novo Mundo estava a exigir. Em 1524 o rei Carlos delegava à Casa amplos poderes no referente ao comércio com as Índias, que a criação do "Consulado de Mercadores" de Sevilha, em 1543, restringiu em parte. À medida que a emigração e as transações com o Novo Mundo se desenvolviam, maior era o vulto desse movimento, as suas complicações e a burocracia, demandando dos seus três oficiais (tesoureiro, contador e feitor), naturalmente ajudados por auxiliares, mais do que estava ao seu alcance. E isto durou cerca de cento e vinte anos, o que nos mostra quantas deficiências apresentaria tal controle. No começo exigia-se somente a declaração das mercadorias embarcadas, perante o escrivão de bordo e referendada pelo capitão do navio, entregando-se uma cópia à Casa de Contratación. Mais tarde passou-se a exigir que os artigos fossem declarados perante os funcionários da Casa e registrados no livro oficial existente a bordo. Feito isso nada mais podia ser embarcado, deixando o capitão e o mestre uma fiança de 10.000 ducados em garantia de sua fidelidade e que tinham direito a levantar no regresso, mediante a apresentação de um recibo, emitido pela autoridade do porto de destino, na América.[47] Só em 1660 seria abolido o registro e bem assim as taxas.

A princípio apenas os habitantes de Castela e Leão tinham direito de passar às Índias, e os estrangeiros somente em casos excepcionais, mediante concessão da rainha Isabel. Porém o rei Carlos foi muito mais liberal, pois em 1522, concedeu ao alemão Jacobo Fugger o comércio de especiarias das Molucas através do estreito de Magalhães, e aos Welser, de Augsburgo, em 1523, o privilégio de terem feitorias em Sevilha e São Domingos e exercerem atividades com as colônias.[48] Em 1528 seguiram-se os acordos com os Welser

[47] HARING, Clarence H. *Comércio y navegación entre España y las Indias en la epoca de los Habsburgos*, p. 76.

[48] HARING, Clarence H., op. cit., p. 124-5.

para o envio de 50 mineiros alemães à Venezuela para conquista e colonização da mesma, e para o fornecimento de 4.000 escravos.[49] Como, entretanto, a Coroa estava mais onerada com os Fugger do que com os Welser, Carlos também ofereceu àqueles banqueiros facilidades para a exploração colonial no Chile. A empresa dos Welser substituiu por uns dez anos, mas a dos últimos nem se chegou a realizar. Lembraríamos ainda que a primeira imprensa que, de fato, se estabeleceu na América foi a do alemão Juan Cronberger, na cidade do Novo México, em 1539. O regionalismo do rei durou pouco e fora determinado por suas condições econômicas. Ele próprio foi excluindo os estrangeiros do comércio com as Índias, e ainda que mantivesse os privilégios concedidos a alguns deles, em instruções secretas dadas ao Conselho em 1549, mandava-lhe encontrar excusas.[50] Com Filipe II, desde 1556, todo o comércio passa a ser monopólio exclusivo dos espanhóis, embora estes não estivessem em condições de abastecer e nem de povoar tão grande território. As conseqüências dessa política seriam danosas para a mãe pátria e para os súditos americanos. Incentivou o contrabando e o desleixo para com a própria lei, exigindo a adoção de nova regulamentação e mais severos corretivos. Porém as aperturas do tesouro real levavam a Coroa a suavizar de quando em quando as restrições, concedendo a estrangeiros o privilégio de irem negociar nas Índias pelo prazo de dois anos, em troca de compensações pecuniárias.[51] Os cristãos-novos, sobretudo portugueses, foram os que mais vantagens tiraram desse comércio, especialmente desde a anexação de Portugal, em 1580. As atas da Inquisição nas Índias Ocidentais comprovam sobejamente suas atividades na América.[52] Entretanto, esta foi estabelecida aqui apenas em 1569. Todavia

---

49 *Revista de História*, ano VIII, n. 32, 1957, p. 303 et seq.

50 HARING, Clarence H., op. cit., p. 128.

51 LEA, H. Ch. *The inquisition in the Spanish dependencies*, p. 198 et seq.

52 MEDINA, José Toribio. *Historia del tribunal de la inquisición de Lima...; La inquisición en el Rio de la Plata; La inquisición en Chile*.

muitas foram as pessoas que vieram para as Índias servindo-se de documentos falsos, ou com licença para as Canárias, ou embarcadas clandestinamente após a visita do inspetor, ou disfarçadas, ou desembarcadas de navio estrangeiro sob pretexto de acidente ou mesmo amparadas por concessões legais.[53]

Concluímos, então, que havia dois meios de introdução para a literatura nas Índias Ocidentais: o regular, permitido, normal, e o irregular, subreptível ou de contrabando.

Já vimos qual era o procedimento nos reinos de Espanha e como se realizava o intercâmbio com a América. Só os livros cuja circulação fora permitida pelas autoridades poderiam ser embarcados, e os que se escrevessem nas colônias sujeitavam-se às mesmas exigências, pois lá é que, forçosamente, se haveriam de imprimir à falta, nas Índias, de tipos e de maquinário. Ainda hoje se discute se realmente Esteban Martin, em 1533, publicou a *Escola espiritual para llegar al cielo,* de São João Clímaco, e traduzida do latim para o castelhano pelo dominicano Frei Juan de la Magdalena. Há quem atribua a publicação a Juan Pablos (Paoli), encarregado no México da imprensa e das representações de Juan Cronberger, ao qual já nos referimos. Ele obtivera o monopólio da impressão de livros na Nova Espanha por dez anos e também o da importação. Em 1559 Juan Pablos adquiriu a oficina dos herdeiros de Cronberger, mas, até aí, dera ele a público trinta e quatro trabalhos, dos quais quatro eram teológicos ou filosóficos e uma coleção de leis.[54] No ano de 1531, pela Real Cédula de Ocaña (4 de abril) novo impedimento se acrescentou à literatura destinada às Índias: ficavam proibidos os livros do tipo Amadis, por serem considerados nocivos à educação dos naturais, embora fosse tão apreciada pelos espanhóis no Reino e na América. Entretanto os oficiais da Contratación não lhe deram muito crédito, pois tornou a repetir-se em cédulas de 1543 e

---

[53] HARING, Clarence H., op. cit., p. 138.

[54] TORRE REVELLO, op. cit., p. 101; TUDELA, José. *El legado de España a America*, v. I, p. 320-2; CUEVAS, M. *Historia de la Nación Mexicana*, capítulo XI.

nas Ordenações de 4.11.1552, ocasião esta quando se estipulou que ninguém levasse para as colônias do Novo Mundo livros de matérias desonestas, mas apenas as de real utilidade, sobretudo as referentes à religião cristã. Aliás, tanto os impressos na América, como os importados, foram na sua maioria de natureza religiosa. Calcula-se entre 75% a 80% o total destes últimos (teologia, liturgia, catecismos, biografias de santos etc.). Mas também os clássicos em grego e latim, livros de história, de jurisprudência, arquitetura, gramática e outros se encontravam em algumas bibliotecas. Por estranho que pareça, lia-se muito relativamente. Basta dizer que as consignações em meados do século XVI, para um só correspondente atingiam entre 20 e 40 caixotes por remessa. Em 1601 um deles recebeu numa só remessa dez mil volumes.[55] Inclusive clérigos aparecem no comércio de importação e de venda de livros. Os tratados sobre a própria América gozavam na época que grande procura. Interessados, porém, em sua política exclusivista, Filipe II e Filipe III proibiram a impressão daquelas obras de dissessem respeito às Índias, salvo quando examinadas e autorizadas.[56] Mas, a prática foi bem outra. Não só se imprimiram tais livros; receberam-se, outrossim, muitos dos proibidos.

Acontece que a legislação comportava duplicidade de interpretações e de aplicações em face da complicada e monótona burocracia castelhana. À Casa de Contratación, por exemplo, competia receber a declaração dos livros e embarcar. Quem, no entanto, autorizava o despacho, era a Inquisição de Sevilha, e esta, por mais de uma vez, permitiu a passagem para as Índias de livros proibidos, até mesmo heréticos, destinados a clérigos de sua confiança. Dentre eles destacaram-se os de Amadis, os de autores místicos, os de Erasmo e uma porção de bíblias impressas em Lungduni nos anos de 1531, 1532, 1543, 1546, 1549 e 1551 pelos famosos impressores,

---

55 Haring, Clarence H., *The Spanish Empire in America*, p. 243-4.

56 Cédulas de 21.9.1556, 14.8.1560, 14.5.1668 e outras, prova evidente de que não se obedecia às mesmas.

os Giunta e os Grifimm.[57] Mas, em aqui chegando, os inquisidores coloniais, agindo sob critério diverso, aprendiam a quanto lhes caíam nas mãos, no que contavam com o incentivo de Filipe II. Pela Real Cédula de 9 de outubro de 1556, de Valadolide, determinou ele aos oficiais dos portos indianos verificarem se os livros recém-chegados estavam de acordo com os "expurgatórios" da Inquisição e, em caso contrário, entregá-los às autoridades eclesiásticas ou aos delegados do Santo Ofício.[58] A 18.1.1587 renovava a decisão anterior, mas, agora solicitava aos prelados para que eles insistissem junto aos ditos oficiais no fiel cumprimento daquele dever, porque devido à tolerância dos peninsulares, à leniência das alfândegas coloniais e ao contrabando, os livros continuavam chegando.

A Real Cédula de 14 de agosto de 1560, exigindo que os manuscritos redigidos nas Índias fossem submetidos à aprovação do respectivo conselho, causou grandes entraves à imprensa colonial e roubou o estímulo aos que se sentiam inclinados a escrever. Àquela, ajudando a desviar para outras partes o alimento com que se nutria; a estes, por obrigá-los a censuras, a maiores despesas e a delongas. Já antes de ser encaminhado à Espanha, devia o manuscrito passar aqui por uma primeira censura. Se aprovado, o autor teria ele próprio de o conduzir ao Reino, ou confiá-lo a alguém, correndo em ambos os casos uma série de perigos. E, ao fim de tudo, que garantias teria que a licença lhe seria dada? Para resolver a dificuldade, alguns iam diretamente ao Conselho de Castela, em vez do Conselho das Índias e da Inquisição, outros mandavam imprimir o original em Roma, Londres, França ou nos Países Baixos, secretamente, ou então nas imprensas coloniais, mediante licença das autoridades locais. Mas, afora os livros dessa natureza e os de cunho religioso, havia aqueles que se podiam publicar sem grandes entraves, como sejam: vocabulários, livros jurídicos e de ciência.

---

[57] TORRE REVELLO, op. cit., p. 95-7.

[58] Idem, ibidem, p. 44-5.

As cartilhas tinham sido dadas em "privilégio" a certas instituições.[59]

O controle exagerado acabaria por despertar meios de subterfúgio, ainda mais em se tratando do Novo Mundo, borbulhante de energias, seduzindo por suas riquezas, vulnerável pela extensão de suas costas. O contrabando e a imigração sub-reptícia desempenhariam papel de capital importância na história ibero-americana. Sob mil disfarces conseguia o emigrante iludir a vigilância das autoridades responsáveis ou servir-se de um certificado falso. Escreve Haring em sua valiosa obra:

> La elaboração de certificados falsos llegó a constituir una profesión en Sevilla [60]

Nem a organização da Casa de Contratación estava em condições de exercer tão severo controle. E, de outro lado, temos a Coroa, sempre à mercê de banqueiros e comerciantes, impedida, por isso mesmo, de agir, no mais das vezes, com o necessário rigor. Ao rei Filipe interessava que as frotas seguissem no prazo certo e retornassem quanto antes com os ansiados metais preciosos. Maiores responsabilidades se iam transferindo, então, para os oficiais aduaneiros da América, mas estes também confiavam nos de Sevilha e não levavam muito a sério os seus deveres. Era da obrigação do presidente e dos juízes da Audiência, assistir aos desembarques; todavia, nem sempre o faziam, quando residiam longe do porto, ou porque relegavam a tarefa àqueles oficiais. Durante muito tempo aceitavam-se simplesmente as declarações dos comerciantes e, a partir de 1624, nem isto se exigia, passando-se a cobrar as taxas por volume, a peso. Além do que, os monopolistas sevilhanos insistiam em manter sigilo sobre as mercadorias, a fim de que, nas feiras de Porto Belo e Vera Cruz, elas alcançassem preços vantajosos.[61] Alguns

---

[59] Quesada, Vicente G., op. cit., p. 51; Torre Revello, op. cit., p. 54.

[60] Haring. Clarence H. op. cit., p. 138.

[61] Idem, ibidem, p. 115.

chegaram a obter licenças especiais, isentando-os da obrigação de exibi-las em trânsito. Os livros, em certos casos, gozaram dessa regalia. Juan Cronberger, por exemplo, dono de uma imprensa e mercador de livros em Guadalquivir, recebeu em 1539 o privilégio, extensivo aos filhos, de

> llevar a Mexico cartillas y otras cualesquier impresos y libros de todas facultades y doctrinas, podendo venderlos com ciento y ciento de ganancias[62]

Em 1653 o livreiro G. Gabriel de Lira, de Madri, obteve, também, o direito. Mas, entre um e outro, houve outros casos.[63] Medina nos conta de um impressor francês, Pedro Ochart, radicado em Nova Espanha, submetido em 1572 a processo inquisitorial por haver louvado certos livros que continham opiniões luteranas.[64] De outros modos como para cá se passava a literatura proibida, temos uma porção de exemplos. Em 1549 o livreiro sevilhano, Alonso Gómez, enviou pela nau Concepción, com destino a Nombre de Dios, dois cofres com livros, sob o rótulo "Libros de Teologia", que a Casa de Contratación deixara de examinar. Ao chegarem à América, diversos deles foram confiscados. Alguns disfarçavam-nos pondo-lhes capas diferentes, ou imprimindo-os sob o nome de autores indiscutíveis, ou ainda de outras maneiras, especialmente no século XVII.[65]

Resta-nos acrescentar que os traficantes estrangeiros e os corsários de nações inimigas contrabandearam nos portos indianos mercadorias de toda espécie, inclusive livros heréticos, com a venalidade dos próprios funcionários públicos. A região do Rio da Prata, sobretudo, foi das mais favoráveis a esse comércio,[66] em vir-

---

62 TORRE REVELLO, op. cit., p. 98. Apud *La imprenta en México* – Introdução de José Toribio Medina.

63 Idem, ibidem, p. 101.

64 MEDINA, J. T. *La imprenta en México*, v. I, p. 436. Cf. citação de Revelllo, op. cit., p. 101.

65 TORRE, Revello, op. cit., p. 101.

66 *Revista de História*, ano IV, n. 15, 1953, São Paulo, p. 195 et seq.

tude de suas condições gerais, e porque, dali, se atingia o Chile e o Peru. Os livros tinham boa aceitação no Planalto e davam lucros compensadores, graças ao ouro de Potosí e à abundância de prata. Os portugueses enviavam para cá, anualmente, dezenas de navios com mercadorias de procedência britânica, flamenga e francesa. Os ingleses tinham suas vistas voltadas para as costas do Pacífico, tendo Medina verificado existir ali uma corrente anglófila. De fato, mais de uma dezena de corsários daquela nacionalidade caiu prisioneira, aparecendo diversos deles nos autos inquisitoriais de 1587, 1592 e 1594 e dos quais se destacam Richarte Ferroel, Juan Drac, primo de Sir Francis Drake, Enrique Axli (Oxley?), Richarte Aquines (Hawkins) e outros. Uns foram condenados à pena de morte, por se confessarem luteranos, outros receberam menores condenações, por se haverem retratado.[67] Traziam em seu poder alguns livros para uso pessoal e para comércio. Se perseguidos, alijavam-nos às praias, tal como sucedeu em Buenos Aires, nos anos de 1628 e 1629.[68] Na região do Caribe incursões semelhantes realizavam sobretudo holandeses e franceses. Os primeiros fixaram-se mesmo nas costas da Venezuela, onde já de há muito eram conhecidos, traficando escravos, telas e outras mercadorias, por cacau, tabaco, ouro, pérolas e sal. Basta dizer que nas proximidades de Puerto Cabello possuíam eles uma igreja protestante.[69]

Não obstante as precauções, as colônias corriam o perigo de contágio com as crenças judaica e protestante. Muitos "marranos" tinham conseguido passar-se à América. A literatura proibida também aqui penetrou. Luteranos campeavam entre a população. Corsários realizavam quase impunemente o contrabando. Havia sérias queixas contra a vida e crenças do clero. Alarmado com a situação,

---

67 Medina, J. T. *Historia del tribunal de la inquisición de Lima*, op. cit., p. 232-65.

68 Idem, *La inquisición en el Rio de la Plata*, op. cit., p. 153; *Historia del tribunal de la inquisición de Lima*, op. cit., p. 330.

69 Haring, Clarence H. *Comercio y navegación*..., op. cit., p. 149.

escrevia a 23.12.1657 ao inquisidor-geral de Espanha, o licenciado Martinez:

> Si Dios nuestro Señor no envia algun remedio, estamos com temor no vengam estas províncias a ser péores que las de Alemania

e a sua opinião foi corroborada pelo testemunho de frei Juan de Bivero, de Cuzco, em 1568, e pelo do bispo de Quito, em 1569.[70] Urgia tomar providências rigorosas e imediatas. Um órgão dotado de amplos poderes, com capacidade para agir *in loco* devia ser estabelecido. E assim, por Cédula Real de 25.1.1569, criava o rei Filipe II as inquisições do México e do Peru. O espírito que ditou a Pragmática de 1558, transparece neste documento colonial, conforme se infere das seguintes expressões:

> Y porque los que estan fuera de la obediencia y devocion de la santa Iglesia católica romana obstinados en sus errores y heregias, siempre procuran pervetir y apartar de nuestra santa fe católica a los fieles y devotos christianos, y com malicia y pasion trabajan com todo estudio de traerlos a sus dafiadas creencias, comunicando sus falsas opiniones y heregias, y divulgando y exparciendo diversos libros heréticos y condenados, y el verdadero remedio consiste en desviar y excluir del todo la comunicacion de los hereges y sospechosos, castigando y extirpando sus errores [...][71]

Ficava assim, constituída a Inquisição também nas Índias Ocidentais.

Os inquisidores gerais imediatamente se puseram a caminho. Os do Peru, já a 1º de junho, se achavam em Nombre de Dios, quando receberam o processo de um tal Baptista, luterano, do Prata, e sentenciaram a dois sectários do Islão. A 28 de novembro assentavam residência em Lima, designando, ato contínuo, comissários eclesiásticos para a inspeção nos portos e, para o interior, visitadores de sua confiança, o que dá bem idéia de sua pressa em

---

70 MEDINA, J. T. *Historia del tribunal de la inquisición de Lima*, p. 34-5.

71 Idem, ibidem, p. 37.

agir. Do édito inquisitorial, lido publicamente na igreja maior de Lima, a 29.1.1570, destacamos, a propósito, o trecho abaixo:

> Y si saben que alguna o algunas personas hayan tenido y tengan libros de la secta y opiniones del dicho Martin Lutero y sus sequaces e el alcoran y otros libross de la secta de Mahoma o biblias en romance o otros quales quiera libros de los reprobados por las censuras y catálogos dados y publicados por el santo oficio de la Inquisicion [...] las traiga y presente ante nos en el término aqui contenido[72]

Seu rigor foi idêntico, senão maior que o adotado na Espanha. Mas os preconceitos impediram-na de julgar sem paixões. Aos seus olhos todo português passava por judeu ou marrano, embora tivesse para isso motivos plausíveis; qualquer corsário, inglês, flamengo ou francês era considerado luterano, e até que provasse o contrário penaria nos cárceres. Suspeitava de todo estrangeiro. Vigiava toda literatura. Clérigos e regulares não escapavam à censura, e se necessário, também os castigava. Diversos deles foram penitenciados por suas idéias ou proposições. É possível que alguns já as esposassem na Península, pois numa carta de frei Juan de Rivero, escrita a Filipe II, nos começos de 1568, queixava-se dos prelados que enviavam à América, taxando-os de "frailes inquietos, apóstatas e insufribles".[73]

Sobem a dezenas os condenados à morte por heresia, judaizantes, luteranos e islamitas. Alguns foram processados por possuírem livros proibidos. Por exemplo, um tal Juan de Salas ou Cláudio Xalumo, de Paris, tinha um livro do rei Henrique IV, da França, contendo o édito de pacificação entre católicos e protestantes, e no qual o autor fazia uma exposição sobre a liberdade de consciência. Um outro, o português Álvaro Rodrigues, possuía um livro em pergaminho, que sempre se recusou mostrar ao comissário.[74]

---

72 Medina, J. T. op. cit., vol. I, p. 25-6.

73 Idem, ibidem, p. 29.

74 Idem, ibidem, p. 306-7.

A situação na América portuguesa apresenta-se um pouco diversa, até à ascensão de Filipe (1580) ao trono lusitano. D. Manuel e seus sucessores permitiam a estrangeiros traficar com as colônias brasileiras, desde que o fizessem com fins pacíficos, a curto prazo, e pagassem as taxas a eles estipuladas. Não havia restrições ao comércio direto do Brasil com os países estrangeiros.[75] Aos bispos competia zelar pela sanidade religiosa, processando e disciplinando os faltosos, coisa raríssima nos anais de nossa pátria, graças ao espírito do seu clero e ao modo porque atuou aqui o Santo Ofício.

Com o advento de Filipe o quadro se modificou. Intensificaram-se as restrições. A Espanha estende às colônias portuguesas as normas que caracterizavam a sua política. Mas, incapaz de eliminar desde logo os hábitos adquiridos, vemos manter-se ainda por muito tempo velhos costumes comerciais, porém agora na forma de contrabando. Por volta de 1600 o comércio foi totalmente proibido aos estrangeiros, resultando daí conseqüências muito semelhantes às que produziram o exclusivismo dos Habsburgos nas Índias de Castela. Tal situação prolongou-se até 1640, quando, de novo, os portugueses recuperaram o trono, na pessoa de D. João IV, não conseguindo, contudo, reaver algumas de suas melhores possessões, conquistadas pelos inimigos da Espanha católica, os holandeses. Reflexo de sua filosofia político-religiosa.

Durante os sessenta anos do domínio filipino, o Tribunal da Inquisição visitou o Brasil pelo menos duas vezes. Deu-se a primeira de 1591 a princípios de 1596, exatamente numa época de grande atividade do Santo Ofício em Portugal, sob a chefia do licenciado Heitor Furtado de Mendonça, exercendo suas funções na Bahia, Pernambuco, Tamaracá e Paraíba. Dos nove livros da visitação, redigidos pelo notário Manuel Francisco, alguns são hoje conheci-

[75] PRADO JÚNIOR, Caio. *História econônica do Brasil*. 3. ed., 1953, p. 52.

dos.[76] A segunda teve lugar em 1618, sendo inquisidor D. Marcos Teixeira,[77] e uma terceira realizou-se mais tarde. Lembraremos que, à frente do vice-reinado de Portugal, governava o país lusitano e suas colônias, o cardeal Alberto, inquisidor-geral deste reino e sobrinho de Filipe II.

Conclusão

A legislação dos Habsburgos espanhóis assemelha-se em muitos aspectos à de outras nações ocidentais da época, marcada, porém, por seu acentuado espírito nacionalista, católico e exclusivista, que se explica, antes de tudo, pelo estímulo recebido da fé cristã durante a longa campanha da Reconquista. Estado e Igreja tornaram-se como duas faces de uma só moeda. A integridade do todo dependia da conservação de cada parte. Se prejudicada a religião, o organismo estatal sofreria os efeitos. Importava, pois, defender a fé e salvaguardar a estabilidade do Estado, que, para Carlos e Filipe, não constituíam apenas uma questão nacional, mas de interesse para a religião católica no quadro mundial. Liberta a Espanha e seus domínios da heresia, seria possível defender a cristandade. Portanto, toda idéia contrária à religião nacional ou ao regime político devia sofrer combate. Somente livros e obras encaixados naquelas normas seriam permitidos. A presença de cidadãos estrangeiros, apenas em condições excepcionais.

Com a descoberta do Novo Mundo, a filosofia político-religiosa de Castela estendeu-se às colônias hispano-americanas. As

---

[76] ABREU, J. Capistrano. *Um visitador do Santo Ofício à cidade do Salvador*. Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Ensaios e estudos (Crítica e História). PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil* (1530-1626).

[77] VARNHAGEN, Adolfo F. *História geral do Brasil*, 4. ed., 1943, v. II, p. 101-17. Anais da Biblioteca Nacional, XLIV, p. 162.

riquezas nelas encontradas fortificaram ainda mais o exclusivismo, especialmente no governo de Filipe II. E assim publicaram-se leis desde Fernando e Isabel, destinadas à proteção de seus reinos e territórios. Mais e mais se restringia o comércio aos estrangeiros e a livre expressão do pensamento. A Pragmática de 1558 outra coisa não é senão um dos pontos altos do modo de sentir e atuar dos Habsburgos. A de Aranjuez, aos 22 de novembro de 1559, ordenando regressar ao Reino os que estivessem lecionando ou estudando fora e proibindo a saída de outros com esses objetivos, bem como a de 27 de março de 1569, submetendo à licença do Conselho de Castela toda literatura, inclusive missais e livros de reza, estão pautadas todas elas pelo mesmo espírito. Em 1617 revogaram-se as licenças anteriores, que visavam imprimir fora.[78]

Tais medidas, se úteis, por um lado, revestiam-se, por outro, de feição negativista. Elas limitavam a faculdade criativa dos súditos, impedindo-os de transporem as divisas estabelecidas pela Igreja e pelo Estado. Ir além, correspondia a desafiar a morte. Era preciso saber como pensar. Por isso as ciências profanas sofreram prejuízos e, de igual sorte, o espírito indagador e científico.[79] Exemplo eloqüente é o de soror Juana Inês de la Cruz, a qual dizia

> haber-se abstenido de polémicas filosófico-teológicas por temor de la inquisición

voltando-se para a poesia, mas repreendida agora, por seu bispo, pelo fato de escrever versos, abandonou o estudo e desfez-se de sua estimada biblioteca.[80] Pessoas eruditas tiveram que comparecer perante o Santo Ofício. Nem a mais sólida ciência, nem a doutrina mais ortodoxa e pura, e nem a virtude mais acendrada, estavam livres de suspeitas. Diz a respeito o ilustre historiador Lafuente:

---

78 TORRE REVELLO, op. cit., p. 27-8.

79 LAFUENTE, op. cit., vol. XI, p. 39-40.

80 QUESADA, Vicente G., op. cit. p. 47.

> como era posible que el pensamiento y la inteligencia no se considerasen ahogados y comprimidos, y que pudieran tomar el vuelo y la expansion que producen las ideas fecundas?[81]

Todavia, por absurdo que nos pareça, foi essa a "Idade de Ouro" da vida intelectual de Espanha, quando se escreveram obras de grande valor poético, de naturezas várias, além das históricas, didáticas, humanísticas, religiosas e até científicas. Mas pouco se produziu no terreno político, filosófico e na pesquisa. Também na América se escreveu e imprimiu. Entre os muitos nomes da literatura espanhola, lembraríamos os do lírico frei Luís de Leon, do notável Lope de Vega, do português Sá de Miranda (que escreveu em castelhano), do teatrólogo Juan de la Cueva, do dramaturgo Cristóbal de Virués e do insigne Miguel de Cervantes. E que diríamos de cronistas e historiadores, como D. Diego Hurtado de Mendoza, Cabrera de Cordoba e padre Juan de Mariana? Poderíamos olvidar o de Serveto, o do anatomista Juan Valverde de Amusco e o de seus geógrafos e cartógrafos? [82]

---

[81] LAFUENTE, op. cit., p. 41.

[82] PALÊNCIA, Angel González. *La España del Siglo de Oro*. New York, 1939. PFANDL, Ludwig. *Historia de la literatura lacional en la edad de oro*. Barcelona, 1933. LAFUENTE, op. cit., BALLESTEROS Y BERETTA, op. cit., p. 283 et seq.

Espaço IV

De Wilberforce à Independência do Brasil

Transcorre a 24 de agosto o aniversário do nascimento do filantropo inglês William Wilberforce, cujo nome jamais será esquecido, em virtude da longa batalha que sustentou para abolir a escravatura negra do mundo ocidental. A fortuna que herdou aos nove anos, com a morte do avô e do pai, consagrou-a a essa benemérita cruzada, quando bem a poderia ter dissipado em coisas vãs, perigo a que, realmente, esteve exposto na mocidade, não fora a influência do seu ex-professor Dr. Isaac Milner. Durante uma viagem que juntos fizeram a Nice, o companheiro e amigo levou-o a abraçar a fé evangélica, e isso lhe alterou profundamente a filosofia da vida. Wilberforce contava então vinte e cinco anos de idade e já há quatro ingressara na política, ocupando agora uma cadeira na Câmara dos Comuns.

Em face da memorável experiência que alcançara, Wilberforce resolve aplicar à vida pública os princípios do Cristianismo e por meio deles encontrar a solução para os problemas que afligiam a Pátria. Apóia, em conseqüência, a campanha que os Metodistas e outros realizam em prol do reerguimento moral da Inglaterra. Quando em 1786 Thomas Clarkson publica uma obra contra a escravatura e decide organizar um movimento para combater o execrado comércio, há semelhança ao que os Quakers há muito vinham fazendo e também os Wesleyanos, Wilberforce coloca-se do seu lado, com o que passa a tornar-se um dos esteios da árdua peleja. Tempo, dinheiro, talentos, horas de lazer, tudo lhe devotou. Nada o demoveria do nobre ideal, ainda quando, a animá-lo, se encontrava William Pitt, antigo condiscípulo nos bancos escolares. Amizade sólida esta, pois nem a morte os separou, tanto assim que

Wilberforce, falecido em julho de 1833, foi sepultado ao lado de Pitt, na Abadia de Westminster.

O tráfico negreiro tinha uma longa história. Iniciado em meados do século XV pelos portugueses, ao que parece, logo despertou a ambição de muita gente. As ilhas do Atlântico e a seguir o Novo Mundo se converteram em sorvedouro do braço servil africano. Até os defensores do indígena americano, e por causa dele, consentiram na escravização do miserável negro, como o célebre padre Bartolomeu de las Casas. Portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses, todos queriam o monopólio do cobiçado comércio. E assim, decorrido algum tempo, a Inglaterra veio abocanhar a presa há muito perseguida. Em 1791 os britânicos exportavam cerca de 38.000 "peças", o dobro de todas as demais nações juntas. Só o Estado de Virgínia, na América, possuía então perto de 200.000. Todavia, não faltavam razões aos comerciantes, aos donos de navios, aos proprietários de lavouras, e enfim, aos demais exploradores da raça negra, para manterem o tráfico. Mas já não era mais possível continuá-lo. Antes que motivos econômicos viessem exigir a cessação, sobrepuseram-se os de natureza espiritual, para, depois, caminharem de mãos dadas.

Os evangélicos, particularmente os Metodistas e os Quakers, o notável pregador George Whitefield, e elementos do clero anglicano, além de Adam Smith, Sir Richard Steele, Baxer, e poetas da envergadura de Pope, Dryer, Cooper e outros, secundados por uma plêiade de políticos idealistas, moviam o sentimento público. Em 1774 João Wesley trazia a lume os seus *Pensamentos sobre a Escravatura*, de onde extraímos um trecho, que bem mostra o espírito: "Metade da riqueza de Liverpool é derivada da execrável soma de todas as vilanias comumente denominadas comércio de escravos. Praza a Deus que esse comércio desapareça. Que nunca mais roubemos e vendamos a nossos irmãos como animais, nunca mais os assassinemos aos milhares e dezenas de milhares".

Dois anos após, David Hartley pedia nos Comuns fosse aprovada moção em que condenava o referido comércio, mas os colegas a rejeitaram. A luta haveria de ser renhida e prolongada. Em 1791 é Wilberforce que tenta demover o Parlamento, e de novo o projeto é vencido. Nessa ocasião, entretanto, recebeu o estímulo encorajador de um respeitável ancião, já por demais conhecido no império. Tratava-se de João Wesley. Era a última carta que escreveu e nela dizia, entre outras coisas: "Não se canse de fazer o bem. Continue, em nome de Deus, e com a força do seu poder, até que a escravidão americana, a mais vil que houve sob o sol, se desvaneça diante desse poder".

Não se desanimou o grande abolicionista. Em 1796 foi derrotado na Câmara dos Lords, mas triunfou nos Comuns. Até que em 1807 a vitória foi ganha. Faltavam a Espanha, Portugal e França para conquistar e, por isso, quando se reuniu o Congresso de Viena, em 1815, após a derrota de Napoleão, solicitou a Castleraigh, representante da Inglaterra no conclave, não assinasse qualquer tratado com as referidas nações, a menos que se comprometessem a abolir a escravatura em seus domínios. Ela se convertera, agora, em paladina do abolicionismo, norteando-se daí em diante por essa política, inclusive no concernente às jovens nações americanas. Assim, quando o Brasil, em 1822, se separou de Portugal e pediu à Inglaterra o reconhecimento da Independência, esta lhe exigiu, antes de tudo, que primeiro resolvesse o problema da escravatura. Já a 18 de setembro daquele ano, Caldeira Brant, nosso representante em Londres, correspondendo-se com José Bonifácio, o advertia: "Nem mais um dia de comércio de escravos, cuidemos de atacar o mal quanto antes e ganharemos ao nosso tempo popularidade incrível na Inglaterra". E no entanto, como sabemos, o problema era dificílimo para a nossa Pátria, cuja subsistência dependia da lavoura, e esta mantida pelo braço escravo. Canning não cedia de forma alguma. Os anos se passaram. Outras nações reconheceram o passo dado por D. Pedro, exceto a Grã-Bretanha,

até que surgiu o acordo de 1826, em vista do qual o tráfico negreiro seria considerado pirataria, três anos depois. E ainda sob pressão do Reino Unido é que o governo brasileiro estabelece as leis de 1831, 1850 e 1871, todas no sentido de eliminar o escravagismo. Bem andaram as autoridades em resolver por partes a magna questão. A sombra de Wesley e de Wilberforce ainda pairavam, embora desvanecidas, nos céus do Cruzeiro do Sul. Os destinos dos povos cruzam-se às vezes no longo caminho da História.

Espaço V

Fundamentos basilares do escravismo afro-brasileiro

É assunto inesgotável o do escravismo negro, não obstante as muitas obras já escritas. Apesar de tudo, apresenta ainda hoje aspectos obscuros e mal compreendidos, a exemplo do que vamos abordar a seguir, ou seja o da base estrutural, com fundamento no antigo Direito português. Na verdade, os estudiosos têm-se preocupado mais com o problema das importações, distribuições regionais e preços por cabeça.

Lembraremos inicialmente que o regime escravista remonta a tempos imemoriais, quando o homem começou a dominar o próximo pela força ou pela astúcia, servindo-se do mesmo em proveito próprio. Foi a origem da lei do mais forte, adotada outrossim por tribos e povos, sem excluir os Gregos, os Romanos e os Árabes. E, de fato, se quisermos encontrar os fundamentos do moderno escravismo, achá-lo-emos facilmente na pátria dos Césares. Sabe-se, pois, que à medida que o Império se ia expandindo por meio de conquistas territoriais, indivíduos de todas as partes e categorias eram submetidos ao seu domínio. O acervo de subjugados em Roma tornou-se tão grande a ponto de gerar revoltas e de obrigar à criação de um complexo instituto jurídico. Assim, segundo o Direito estatuído, o escravo se tornava um apátrida, sem o privilégio da liberdade, da cidadania e da família, sem o direito à aquisição de bens, pois tudo quanto adquirisse pertenceria ao seu senhor. Este, por conseguinte, podia aliená-lo, e em princípio, até matá-lo. Não exageremos, todavia, visto que, pelo direito quiritário, a liberdade ou manumissão era possível, além de várias formas de alforria que lhes eram facultadas pela legislação pretoriana. Atentemos, então,

para o fato de que os romanos também se estabeleceram na Península Ibérica e ali deixaram traços indeléveis da sua influência cultural, e da qual, por seu turno, somos herdeiros descontentes. Deles e dos visigodos nos vieram normas, praxes e costumes acerca do elemento servil por meio das Ordenações Afonsinas, primeiro, e mais tarde recompiladas nas Manuelinas e Filipinas. Obviamente, elas atingiram de igual modo as possessões territoriais no além-mar. No Brasil, por exemplo, vigoraram até fins de nosso segundo Império. Retroagindo no tempo, e vistos os fatos à luz das influências históricas, bem como das causas que os produziram, não devemos estranhar a avalanche de cativeiros injustos infligidos contra os naturais habitantes da África e da América; nem nos admiramos de que os mesmos fossem tratados como simples objetos ou seres inferiores, pouco acima das bestas cargueiras. O escravismo constituiu, portanto, uma herança do passado. Portugal não o inventou, mas apenas lhe imprimiu nova vida graças às circunstâncias e aos eventos em que se viu envolvido nos tempos modernos.

Portugal tornou-se escravista por excelência

Arrazoemos a propósito, ou melhor, relembremos acontecimentos já conhecidos de há muito. Iniciemos por dizer que ao tentarem atingir a Índia pelo Atlântico Sul, os portugueses foram bordejando a África Ocidental e contatando com os seus habitantes ao longo do extenso litoral, até que, por fim, se estabeleceram ali. Estava encontrada a fonte inexaurível de escravaria para os serviços nas colônias ibero-americanas no outro lado daquele oceano. De Angola afirmaria ao rei no ano de 1591, Abreu de Brito, que o manancial jamais se esgotaria.

A época coincide com o necessário aproveitamento econômico das ilhas adjacentes à metrópole e ao do Brasil recém-desco-

berto. Mas Portugal, não obstante, carece de mão-de-obra, porquanto sua gente mal chega para suas fainas agrícolas e para as ocupações marítimas. Por isto, recorre primeiro a escravos mouros e canários e, a seguir, a negros africanos, sem excluir em determinadas fases o indígena brasileiro. É que a indústria açucareira nos séculos XV a XVII o exigia, de par com a mineração na América Espanhola. No XVIII patenteou-se a demanda por causa do ouro e no XIX as extensas lavouras cafeeiras.

As razias tanto na África quanto no Brasil se justificavam, no geral sob o pretexto de guerras justas, conforme sucedera durante o expansionismo romano. Ademais, sem escravos pereceriam canaviais e engenhos, faltaria açúcar no comércio e os escambos seriam quase impossíveis por escassez de aguardente e de tabaco, muito estimados na Guiné, em Angola e noutras partes. Do Peru e do México, por semelhantes razões não sairiam prata e nem ouro. Da África: marfim e plantas tintureiras, especialmente. As finanças de Portugal e da Espanha se estiolariam. Os interesses materiais a tudo se sobrepunham. Invocaram-se, inclusive, motivos de natureza religiosa, que tal o de trazer o pobre indígena à fé cristã. A igreja, *ipso facto* também desfrutava de sistemas por meio de ofertas para obras pias, dos dízimos e de outras maneiras. É sintomático esclarecer que a Ordem de Cristo obteve o direito de receber a vintena dos escravos procedidos da Guiné, conforme autorização subscrita por D. Manuel a 22 de fevereiro de 1502 (B.N.L. – Fdo. Geral, Ms. 737.)

O domínio territorial e os monopólios portugueses

As terras conquistadas e as descobertas em ambas as margens do Atlântico Sul tornaram-se domínios de Portugal segundo as normas então em vigor, ou sejam as bulas de Alexandre VI e o

Tratado de Tordesilhas. E conseqüentemente foram incorporadas de direito ao patrimônio da Coroa juntamente com os bens que lhe vinham de antanho, uns recebidos por herança, outros por despojos de guerra, outros por confiscos ou ainda pela incorporação de quantos jazeram sem legítimos descendentes. Neles estavam compreendidos além de imóveis, os portos, os rios, os minérios, as salinas, as estradas e mesmo certos produtos originários de setores alheios ao régio senhorio. Assim, pois, fica evidente a faculdade de explorá-los como bem entendesse, servindo-se do organismo estatal. Pelo visto, podia, também, cobrar as porcentagens (alfândegas e portos secos), as alcavalas, as sisas, as dízimas, os diversos impostos e taxas. E por não os direitos, os tributos e as demais vantagens peculiares às áreas insulares, às regiões das África e ao território do Brasil? É o caso muito particular da urzela, da ibirapitanga, do marfim e de tantos outros, os quais se constituíam igualmente em fontes de renda da Fazenda Real.

A Coroa, entretanto, adotou desde cedo, em plena Idade Média, a praxe de ceder a determinados intermediários, por arrendamento, durante curto espaço de tempo e mediante uma remuneração, algumas das referidas áreas, bem como certos encargos e funções. Surgiram por conseguinte os chamados rendeiros, contratantes, enfiteutas, foristas e emprazadores ligados ao Erário Régio. Nunca, porém, a Coroa abriu mão da soberania sobre tais haveres e recursos. Jamais renunciou ao exclusivismo. Manteve para si durante séculos o monopólio dos mesmos.

O escravismo encaixou-se perfeitamente dentro dessa filosofia econômica, em diapasão com o Mercantilismo vigorante na época. O Estado o explorou confiando-o a particulares na forma de contratos temporários, mas, no geral, contínuos, embora cedidos às vezes a companhias de comércio. O negocio sempre lhe interessou de maneira muito estimulante, por ser fundamental ao latifúndio açucareiro nos dois séculos iniciais da colonização, e mais tarde às atividades mineralógicas, seguindo-se já no XIX as absorventes lavouras do café.

É destituído de seguro fundamento o arrazoado de Maurice Goulart ao afirmar que o Governo português "relegou desde cedo aos colonos do Brasil o exercício do tráfico negreiro, mais do que à Coroa" (p. 174), estribando-se para tanto na *Instrução* de Martinho de Melo Castro ao marquês de Valença, Governador da Bahia, contemporâneo de Pombal. Repete o autor de *A escravatura africana no Brasil* que o haver Portugal deixado nas mãos dos habitantes da Bahia e de Pernambuco o referido negócio, era coisa para se lamentar, excluindo dele inteiramente os comerciantes reinóis. Mas, na verdade, o fato merece considerações especiais, porquanto o mesmo texto esclarece que um dos motivos estava na inexistência na Metrópole de "tabaco", geritiba ou cachaça, açúcar e outros gêneros próprios para o comércio nas costas da África", e isso para nada se dizer sobre o terremoto de Lisboa, os males provocados pela Inquisição, a concorrência do açúcar antilhano, o declínio da mineração, bem como o enfoque dado no momento à formação de companhias quer para o Oriente quer para o Brasil.

Pergunta-se, então, por que o arrendamento dos direitos alusivos ao tráfico negreiro? – Não seria preferível que o próprio Estado o explorasse em vez de cedê-lo a terceiros, e ainda com a desvantagem de perder somas consideráveis a favor dos contratadores? O notável acontecimento também comporta explicações.

Temos ciência de que as circunstâncias prevalecentes no Reino não ensejavam outra solução às autoridades. Tome-se, por exemplo, o patrimônio físico e computemo-lhe os dispersos direitos a cobrar, sem que o País dispusesse de elementos capacitados para os devidos fins. A administração geral padecia de semelhante mal. Muitos eram analfabetos. O português ocupava-se via de regra na agricultura ou na atividade marítima.

Outro fator ponderável se reflete nas crises intermitentes com que o Erário se debatia em conseqüência da balança internacional. Mas, além disso, pesavam os gastos com o vasto império: admi-

nistração e defesa, acrescidos pelos empréstimos, "padrões de juros" e tenças. Lançavam-se fintas e pediam-se donativos, sem que, no entanto, a receita cobrisse os débitos. Assim sucedeu até ao achamento do inexaurível ouro brasileiro.

Os arrendamentos, por conseguinte, estavam sempre na ordem do dia sob a forma de monopólios ou de simples privilégios. A transação convinha aos dois lados envolvidos diretamente: Coroa e contratantes. Àquela, primeiro, porque os bens e os direitos deixavam de ser estáticos e se tornavam dinâmicos, gerando recursos financeiros e criando instrumentos de trabalho. Segundo, porque movimentavam o comércio e beneficiavam inúmeras pessoas. Em terceiro lugar, porque muito embora a Coroa tivesse que efetuar gastos com a manutenção de feitorias na África, além da administração oficial do Brasil, os contratos compensavam os dispêndios. Noutras palavras, o Governo explorava o régio patrimônio com o desembolso de parcas quantias. O sistema também lhe facultava conservar a soberania em todos os territórios, fiscalizar a execução dos contratos e manter a autoridade neles. Ademais, por esse meio podia suprir os colonos do que lhes era indispensável. Sucedia, outrossim, que os contratadores se sujeitavam ao pagamento de 1% para "obras pias", cera para as igrejas, e os dízimos provenientes de diversos artigos ou produtos.

O arrendatário, por sua vez, também colhia vantagens do negócio. Entre elas de representar a Coroa no referido mister e de ao mesmo tempo desfrutar da proteção oficial enquanto vigesse o acordo. O monopólio, ainda que temporário, era exclusivamente seu. Em vez de temer concorrentes, podia impor-lhes condições.

Houve ao tempo do rei Venturoso tentativas no sentido de abolir tal sistema, de modo a que tudo corresse a favor da Fazenda. Porém, inexistindo as desejadas condições, voltou-se atrás no ano de 1516, e aos cristãos-novos se descerrou o privilégio que vinham gozando até há pouco. E mais: D. Manuel fez o possível para retê-

los no País, visto considerá-los úteis à nação. Entregando-lhes os contratos, alimentava-lhes as aspirações mercantilistas, tão peculiares aos seus pendores.

Por que os cristãos–novos?

A pergunta engloba sobejas razões.

Ignora-se quando chegaram à Península. Talvez mesmo anteriores aos romanos no tempo dos gregos ou dos fenícios. O certo é que já eram numerosos durante a monarquia dos Avis e mais ainda no começo do século XVI, constituindo agora uma fração expressiva da burguesia portuguesa. Um enviado diplomático de Veneza, que por lá andou, informava em 1506 que os marranos constituíam a terça parte dos *che sono cittadini e mercantini* porque as classes simples e a dos grandes eram de cristãos na maioria.[1]

Na verdade, a ascendência comercial e financeira fora notável no reinado de D. Sancho II (1223-1247) e nos seguintes até ao de Afonso II (1438-1481) no espaço de duzentos anos. Gozaram eles da proteção dos monarcas devido ao conhecimento das letras, tino administrativo e desenvoltura no comércio. Por exemplo, a 14 de abril de 1473 decidiu o Soberano proteger aos que fossem em navios a outros lugares, mesmo ao estrangeiro, afiançando que levaria a mal os atos cometidos por quem lhes apressasse as embarcações ou as fazendas, e se necessário procederia com represálias.[2] Sucede que uma década mais tarde reclamam os representantes nacionais nas Cortes de Évora contra o fato de que os judeus açambarcavam o açúcar da Madeira e dominavam também os contratos da Coroa. El-rei, porém, negou a petição, ciente de que os

---

1 Apud, SARAIVA, A. J. *A inquisição portuguesa,* p. 21.

2 GAMA BARROS, H. da. *História da administração pública em Portugal,* t. X, 2. ed., p. 325.

cristãos procediam pior quando os tomavam em arrendamento e não eram cobradores eficazes.[3] Vê-se no Código Afonsino, liv. II, tit. 68, que os hebreus costumavam tomar a seu cargo as dízimas, as ofertas e as esmolas das igrejas, conventos e capelas, como igualmente as rendas das Ordens Honoríficas e a direção dos bens pertencentes a elementos do clero e da fidalguia. E assim foi de reinado em reinado, tanto que D. Manuel alcançou o apelido de "El-rei judeu" por lhes ser deveras simpático. Estabelecida depois a Inquisição em Portugal, lamentou-se D. João III por escassearem os contratadores das rendas oficiais visto o elevado número de emigrantes para o estrangeiro. A receita caiu; muito dinheiro transpôs as fronteiras. Mas, felizmente, grande parte da nação hebréia ainda ficou. Acobertados pelo batismo cristão passaram a identificar-se com o catolicismo e a desfrutar dos mesmos direitos e privilégios conferidos aos demais habitantes.

Ao iniciar-se o século XVII causam gritaria em todo o Reino por deterem numerosos aprazamentos. Vejamos: as rendas marítimas achavam-se a cargo de Manuel Gomes da Costa, Jorge Roiz Solis e Pero de Baeça; as do Consulado correram primeiro pelas mãos do referido Manuel e depois pelas de Fernão Lopes; as terças pelas de Luís Fernandes Monsanto e Francisco Oliveira Paredes; o apresto para as naus da Índia passou a Jorge Roiz Solis e a Cosme Dias; os monopólios da África moviam-se por intermédio de um consórcio encabeçado por Manuel Gomes D'Elvas, mas, enquanto isso, os rendimentos dos Açores e Madeira eram levantados por Gabriel Ribeiro e Francisco Roiz Vitória. A Terra de Santa Cruz não escapou. E assim aconteceu durante longos anos. Com sobejas razões os acusa um documento proveniente do Santo Ofício em 1602 dizendo que eles dominavam o tráfico de escravos" e na fazenda se melhorarão tanto que são os que têm o dinheiro, os contratos, as mercadorias e o maior poder do Reino" (A.N.T.T., Inquisição, cod. 1507).

---

[3] GAMA BARROS, H. da., op. cit., p. 150.

Os cristãos–novos e o escravismo

Por que eles e não outros mercadores?

Já vimos que os hebreus sefardins estavam engajados em uma diversidade de cargos e funções, sobretudo as de natureza comercial. Os cristãos, por outro lado, desprezavam tais negócios, entretidos que andavam no amanho do solo e nas ocupações marítimas. Faltava-lhes de par com isso o estímulo para lucros vantajosos, pois a Igreja condenava a usura, ao passo que os sefardins os buscavam avidamente, tanto mais que os descobrimentos de novas terras, os produtos exóticos e os arrendamentos surgidos em conexão lhes aguçaram a cupidez.

Não havia ramo no comércio do qual estivessem ausentes, desde pequenos feirantes a compradores de minérios preciosos. As valiosas especiarias do Oriente e o açúcar produzido nas Américas percorriam meio mundo graças a manobras suas. Eram não somente distribuidores do adoçante, mas seus produtores em grande escala. Ora, como este dependia forçosamente da mão-de-obra escrava, atiraram-se ao tráfico negreiro, monopolizando-o, e ao do tabaco, muito usado nos escambos da África.

Nenhum motivo, pois, assistia aos sefardins para menosprezar o escravismo, mesmo porque as circunstâncias e a mentalidade o favoreciam. Não tinham os próprios ancestrais vivido sob tal forma de sujeição em diversas épocas da História? Ainda ao tempo de el-rei d. João II e de D. Manuel muitos o tinham sido. Acrescente-se, ademais, que o negócio se assemelhava a tantos outros. Exigia vocação mercantil também e eles a possuíam. A demanda por capitais de giro podia ser resolvida em família ou com o auxílio de empréstimos, ou associando ao empreendimento algum sócio, ou ainda por meio de fiadores. A burguesia dispunha de recursos. A sua rede comercial se espraiava pela Europa afora, e isto possibilitava todas as transações. Do Norte, por exemplo, desciam certas

mercadorias indispensáveis aos escambos, ao passo que da África e do Brasil retornavam marfim, plantas tinturiais e açúcar, especialmente.

Nem se deve olvidar que ponderável tonelagem de navios empregados nos transportes atlânticos pertencia aos judeus ibéricos. No começo do século XVII Manuel Gomes da Costa sozinho possuía cinco, mas outros congêneres não ficavam atrás. Predominavam no conjunto, e este foi o testemunho do conselheiro da Coroa em Portugal, Tomás Hibio Calderon, no parecer dado ao rei a 6 de maio de 1639: "os donos destes navios, que navegam aquelas partes, ou são todos de cristãos-novos, ou têm parte neles", aludindo ao emprego de marujos estrangeiros nas viagens ao Brasil (Arquivo histórico ultramarino, Bahia, cx. 3, doc. 884). Portanto, abstraindo-se a elevada quantidade de embarcações em poder dos hebreus portugueses, concluiu-se que a indústria açucareira e o tráfico negreiro seriam quase impossíveis sem a participação desses homens.

A política ibérica quanto aos territórios ultramarinos revelou-se comumente deveras exclusivista só permitindo neles o comércio e o ingresso dos nacionais; os estrangeiros apenas por meio de licenças muito especiais. Para o Brasil a medida vigorou até bem tarde. Isto, porém, não afetou de maneira absoluta os judeus sefardins porque, além de súditos do rei português, muitos tinham abraçado o catolicismo, religião oficial do Estado, e, por conseguinte, era-lhes mais fácil locomoverem-se para todas as partes, usando outrossim a língua adotada em todos os recantos do Império. (Cristãos-novos escravistas no século XVI...).

Eis, então, porque também já em meados do século XVII se cogitou em Portugal na formação de companhias de comércio para alimentar o tráfico ao longo do Atlântico Sul com o Oriente. Ao padre Vieira coube inicialmente levar avante a idéia. Lembrou-se, para tanto, de que os judeus, mesmo os expatriados, eram filhos do Reino, amavam-no, tinham capitais e de tradicional experiência

no comércio euro-asiático. Tratava-se dos bem conhecidos "homens de negócio" expressão que vulgarizou dali por diante. De modo que assim surgiu a Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1640, a qual, porém, não se envolveu com o escravismo.

Só a partir de 1670 é retomado o assunto alusivo às companhias. Até então a Europa Ocidental se envolvera em guerras. A crise batera às portas de muitas nações, incluindo as ibéricas. Todas sentem os seus efeitos. Mas agora a paz volta a reinar. Portugal, Inglaterra, França, Holanda e Espanha firmam acordos de amizade e de comércio. A época favorece a formação de novas companhias, quando, mais uma vez, entra em foco a figura do padre Vieira: Índia e Guiné-Cabo Verde estão na pauta. A participação dos homens de negócio, hebreus, é considerada indispensável. Mas o Santo Ofício reage de maneira acintosa sob a alegação de que pelos contratos nada impedia que os agentes nas Índias de Castela fossem desta referida etnia semita. Contudo, no começo de 1675 vinha à luz a Companhia de Cacheu, por tempo de seis anos, encabeçada provavelmente por elementos da progênie, pois além dos dois nomes identificados se afirma que os de outros "se não declararão por hora...". Entre as suas finalidades estatuía-se o suprimento de escravos às partes da Castela (Arquivo histórico ultramarino, cód. 296, fl. 15 v. et seq. – Índice Cronológico, t. IV, p. 240). Anos depois, em 1680, idealizou-se a criação de outra empresa, nela entrando a participação de mercadores espanhóis. E ainda outra vez surgiu como contravo o problema alusivo aos hebreus. Alegou-se que eles introduziram nas Índias a heterodoxia em desabono do catolicismo. Afinal contornou-se o mal apresentando como exigência contratual "que se os quatro feitores portugueses assistentes em Índias fossem presos pelo Sto. Offo. serião só as pessoas, mas nenhum modo represadas no fisco as faz.das" (Biblioteca Nacional de Lisboa, Ms. 213, doc. 30, fl. 1).

Em 1632 surgiu a Companhia do Corisco. Destinava-se ao Grão Pará e Maranhão e ao que parece por sugestão do padre

Vieira. À frente da mesma achava-se um tal de Pascoal Pereira Jansen. Em três anos ficou sem introduzir escravo algum, de sorte a gerar revolução chefiada por Emanuel Beckmann, judeu poderoso sediado no Maranhão com engenho e lavouras. A carência prejudicara em muito a economia local (Instituto histórico e geográfico brasileiro, Conselho Ultramarino, X, p. 55 v. e 71 – sobre Beckmann veja-se *Cad. do Promotor* n. 58, fl. 48 et seq. Ms. da Inquisição, A.N.T. Tombo, Lisboa).

O problema alusivo à penetração dos judeus portugueses no tráfico de escravos africanos para as Índias voltou ao cenário em 1686 e 1698, evidenciando que continuavam identificados com essa atividade. De fato organizou-se mais uma companhia, mas a guerra da sucessão interrompeu o contrato quando os agentes já se encontravam atuando na América Espanhola (Georges Scelle, *La traite negriére aux Indes de Castille*, v. I, p. 746).

Se passarmos ao século XVIII constataremos igualmente que os cristãos-novos permanecem ligados ao negócio do tráfico negreiro, como indivíduos ou fazendo parte de companhias. Nas duas fundadas ao tempo do marquês de Pombal, a do Grão Pará Maranhão (1755) e a de Pernambuco – Paraíba aparecem sob a expressão "homens de negócio". O Marquês pretendeu eliminar por essa forma a influência dos ingleses na economia portuguesa, desviando capitais para as novas empresas, alijando-os do tráfico e suprindo aquelas áreas importantes com a necessária mão-de-obra. Lembre-se que o ouro brasileiro escapulia em grande parte para as Ilhas Britânicas. O sistema de monopólios ainda foi mantido.

Como funcionava o monopólio escravista?

Conforme adiantamos, o arrendamento dos bens da Coroa por meio de contratos já constituía uma praxe em fins da Idade Média e logo se aplicou à África Ocidental e ao Brasil. O primeiro dentre estes foi cedido ao burguês lisboeta, Fernão Gomes, em 1469, para o comércio exclusivo da Guiné, por cinco anos. Embora na

forma de monopólio vedava-lhe a pimenta malagueta, certas especiarias, animais e minérios preciosos, os quais ficavam reservadas à Fazenda Real. Em bases mais ou menos semelhantes foi arrendado o novo território de Santa Cruz (depois Brasil), em 1501, a um comércio de cristãos-novos chefiados por Fernão de Loronha.

Para a exploração do tráfico de escravos negros a Coroa seguiu de igual modo o processo dos contratos monopolistas, confiando-os à supervisão do Conselho da Fazenda e da Casa da Índia, órgão a que estavam afetas também a Mina e a Guiné, mas a última palavra cabia sempre a el-rei.

Assim, ao iniciar-se qualquer novo acordo, ou quando estivesse a findar o antigo, deviam os Vedores anunciar ao público a natureza do arrendamento e as condições estipuladas pelo executivo fazendário. Era chegada, então, a vez de atuarem os corretores à procura de interessados com vistas a esse tipo de negócio, porquanto a classe se ocupava também com outras espécies de transações. Não raro ocorriam disputas entre os primeiros, assim como entre os postulantes ao monopólio. Só em Lisboa, no ano de 1552, ocupavam-se no mister escravista nada menos que doze, mas o número cresceria à medida que a colonização tomava impulso.

O monopólio tem forçosamente que reger-se por meio de um acordo ou contrato, evidentemente de natureza bilateral e, por isso, moldável à vontade do traficante que o aceita na íntegra ou inova as condições apresentadas pelo Conselho. Uma coisa, porém, jamais conseguirá mudar, que é a exigência de fiadores. Estes, por seu turno, precisam oferecer garantias suficientes, além das exibidas pelo próprio contratador. Outra questão imprescindível é a de firmar a quantia total a pagar e estabelecer a sua distribuição em quotas, a parte a satisfazer na Fazenda e a parte a entregar aos tesoureiros nas feitorias da África: seria tudo em dinheiro ou também em roupas e outros artigos para as forças de ocupação?

Todavia, ao arrendatário importavam, igualmente, os direitos e os privilégios a usufruir. Eram aliás de suma valia, a saber: o exclusivo do trato, desde a origem até a colocação final das "peças" dentro do tempo estatuído; a nomeação de procuradores e de feitores; a transferência para terceiros de parte ou ramos do contrato; a permissão para que outros traficantes de menor alçada retirem escravos por meio de "avenças", isto é, pagando a ele os preços e os respectivos tributos; o ressarcimento dos créditos como se estes fossem devidos à Fazenda; a prestação de contas seis meses após finalizado o prazo do Contrato; o livre trânsito; a isenção do serviço militar, a fim de bem conduzir o empreendimento e, por último, um direito de capital importância: a proteção da vida para si, para a família e para os subalternos, em vista dos perigos a que estariam expostos.

Chegadas as coisas a este ponto, os conselheiros da Fazenda mandavam efetuar sindicância sobre o arrendatário e respectivos fiadores, especialmente quanto aos imóveis que possuíam, créditos e reputação moral. E mais, se aquele já desfrutava de experiência bastante no rumo dos negócios. Em caso positivo, um parecer era enviado a S. Majestade para a decisão final. Todavia, o Soberano rodeava-se de novos percalços antes de expedir o alvará de correr, se algo de suspeito lhe chegasse aos ouvidos e, assim, de fato, por diversas vezes, não concedeu o monopólio a alguns indivíduos. A vigilância, porém, subsistia até o cumprimento final de todas as obrigações.

Os postulantes não só se valiam das aberturas financeiras do erário, mas se necessário, agraciavam os oficiais da Fazenda ou se utilizavam de enluios e de artimanhas, embora vedados pelos regimentos da Coroa. Os abusos não tinham conta e se praticavam em todo o Reino e no ultramar. Outras vezes bastavam as amizades que possuíam nas cortes de Lisboa e de Madri, ou as uniões matrimoniais com elementos de prestígio. Assim, pelo visto, os laços nem sempre correspondiam ao justo valor do arrendamento. Aos

hebreus portugueses cabe grande culpa porque exerciam notável influência na sociedade e no Governo, por suas alianças, atividade profissional e domínio financeiro.

O sinal de partida para que o contrato principiasse a deslanchar é dado após a assinatura do alvará de correr, segundo autorização expressa da Real Majestade. Isto sucede assim que as finanças tiverem sido averiguadas e aceitas, conforme se lê em diversos textos: "e tanto que a dita fiança estiver dada, se lhe dará alvará de correr "ou ainda" visto que a dita fiança já foi dada, se lhe passara alvará de correr" (Contratos de Cabo Verde, São Tomé de Angola).

Tais fianças poderão afigurar à primeira vista coisa muito simples, quando, na realidade, não o eram, porque, como foi acontecer, a maioria dos indivíduos procurados se evadia ao compromisso, receando futuros prejuízos materiais ou morais. Os exemplos ressaltam aqui e ali. Um deles prende-se a Henrique Gomes da Costa, pretendente ao contrato de Angola, o qual, a fim de perfazer os 9.805$000 reis que faltavam para as fianças, precisou arrolar sete proprietários (Arquivo histórico ultramarino, Angola, docs. de 1624). Outro caso foi o do seu contemporâneo por nome Manuel Rodrigues Lamego, candidato ao fornecimento de escravos para a América Espanhola. Para vencer os óbices à sua pretensão levou meses para concluir o montante das fianças, ou melhor, quase dois anos.

Seguia-se então, de imediato, o registro do extenso documento em livro próprio da Casa da Índia e Mina. Compunham-no em média umas 30 cláusulas, além do preâmbulo e do termo final. E a dar-lhe maior validade apunham-lhe as assinaturas o presidente do Conselho e os colegas, o contratante ou o seu procurador, e duas testemunhas. A qualquer tempo, por conseguinte, se poderia examinar o texto original e dele se tirarem cópias que fossem exigidas, caso, de fato, não bastassem as que eram entregues na ocasião ao arrendatário.

O alvará é bem sintético. Dá em resumo o tempo de vigência do referido acordo, o preço do arrendamento e a declaração de que a fiança foi satisfeita. Duas expressões ressaltam. Uma delas afirma: "Hei por bem que [...] por si e seus Feitores e Procuradores corram com o dito contrato e administração dele [...]", e termina por uma Segunda ordenando aos governadores e provedores da Fazenda (em Cabo Verde, São Tomé ou Angola, como no Brasil) para que lhes dêem "toda ajuda e favor que requererem [...]". Por onde concluímos que o Governo também tinha interesse no negócio, por conveniência e pela obrigação de "lhe fazer bom o dito contrato" conforme reza o texto. Uma das obrigações neste sentido: fornecer navios ao magno traficante ou auxiliá-lo a obtê-los. Lê-se a propósito, no acordo alusivo a Guiné-Cabo Verde, com Gaspar da Costa, que se o mesmo tiver "necessidade de alguns navios para o dito trato, lhes serão dados, fazendo-se seu fretamento, conforme ao porte deles" (cláusula 20), e no contrato de Jerônimo Teixeira da Fonseca, em 1668, para Angola, Congo, Loango e Benguela, se ordena aos oficiais da Fazenda providenciar "todas as embarcações e homens que forem necessários [...] pagando ele contratador os fretes e salários costumados" (cond. 5), e de maneira semelhante nos ajustes com Diogo da Fonseca Henriques e Josef Ardivicus, em 1675 (cond. 20). Não significam as expressões que esses grandes armadores se utilizassem apenas de navios fornecidos pelo Estado. Muito ao contrário, pois só o faziam esporadicamente, utilizando-se dos próprios, ou tomando-os em aluguel.

Espaço VI

A população de cristãos-novos em São Paulo e Capitania*

PARTE I

Deve ter começado bem cedo a emigração dos judeus ibéricos, ou serafins, para o Brasil, em vista da política adotada na Espanha pelos reis Fernando e Isabel e secundada logo depois por seu genro, D. Manuel, obrigando-os ao batismo cristão ou, caso contrário, a deixar o país. O decreto da expulsão caiu sobre eles a 24 de dezembro de 1496.[1] Os sucessores do Venturoso, D. João III, D. Sebastião, o cardeal D. Henrique, os três Filipes e os reis Bragantinos até D. José I, salvo D. João IV, agravaram ainda mais a situação dos que se submeteram ao referido sacramento, os assim chamados cristãos-novos e descendentes, baixando leis que lhes vedavam o acesso aos cargos públicos, às Ordens militares e às eclesiásticas, a determinadas profissões e lhes proibiam o matrimônio com pessoa da etnia cristã-velha. Mas a pior medida, sem dúvida, consistiu na criação do Tribunal do Santo Ofício, em caráter definitivo, no ano de 1536.[2] A emigração tornou-se, assim, cada vez mais imperiosa, mesmo porque as condições econômicas do reino iam em declínio, não obstante as transações com o oriente.

Definir os rumos a tomar não era coisa fácil, todavia. O ingresso nas regiões da América Espanhola estava fechado desde

---

* Publicado originalmente no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, n. 649, nov. 1969.

1 Goes, Damião de. *Crônica de D. Manuel.* Coimbra, 1946. D'Azevedo, J. Lúcio. *História dos cristãos-novos portugueses.* Lisboa: Live Clássica Editora, 1922.

2 Herculano, A. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal.* Lisboa: Bertrand.

1501 e, posteriormente, a Coroa instalou nela diversos tribunais e comissariados do Santo Ofício.[3] Nas Índias Orientais funcionava o de Goa, a partir de 1561, com alçada exclusiva sobre esse domínio português. Enquanto isso, quase toda a Europa se via conturbada pelas guerras de religião, que só vieram a cessar em 1648 quando se firmou acordo de Vestfália. Afora, portanto, os países sob controle maometano estavam a acenar aos temerosos judeus certas regiões do Brasil, o Nordeste mais particularmente, e as capitanias do Sul. Aos poucos foram eles se inteirando das condições e das vantagens que as mesmas lhes podiam oferecer, por meio de informes prestados por congêneres seus, marinheiros, mestres de navio, cartógrafos, funcionários reais, mercadores etc. Um desses cartógrafos, Dr. Pedro Nunes, foi particular amigo de Martim Afonso de Souza, comandante da primeira armada colonizadora e primeiro donatário da capitania de S. Vicente. Lucas Pinto de Crasto, comissário das madeiras dos galeões, e Pero de Baeça, almoxarife da alfândega de Lisboa, pertenciam ambos à grei israelita, bem como os dois médicos da Corte Portuguesa, Manuel Rodrigues da Veiga e Diogo da Paz.

A vasta região sulina, desde as alturas de São Vicente até o Rio da Prata, aguçou a curiosidade e a ambição dos peninsulares, porquanto divulgaram-se notícias já nos albores do seu reconhecimento, de que nela havia riquezas minerais. Navegadores portugueses e espanhóis denominaram-na mesmo terra do ouro e da prata. Ora, consoante sabemos, a ânsia por encontrar tais riquezas nunca se arrefeceu, até converter-me em maravilhosa realidade no fim do século VII. Não seria isso, por conseguinte, mais do que suficiente para alimentar a corrente imigratória no deslizar dos anos? E se tal não bastasse, lembre-se que no litoral vicentino desenvol-

[3] HERING, C. H. *Trade and navigation between Spain and the Indies in the time of the Habsburgs.* Cambridge, Mass., 1918. Ver também as diversas obras sobre a inquisição na América Espanhola de J. Toribio Medina.

veu-se por algum tempo a indústria açucareira, e, antes que se extinguisse, levantou-se a do Espírito Santo e depois a do Rio de Janeiro, quase toda em mãos de judeus e de cristãos-novos. Nem o desenvolvimento da capitania martim-afonsina cessou com a decadência daquela atividade, porque outros gêneros de vida se praticaram no Planalto, trazendo-lhe recursos, como é o caso da agropecuária, ainda que modesta, o do apresamento de indígenas e, enfim, o do comércio com as províncias do Prata, com o reino de Angola, e com as capitanias do Nordeste. Havia, porém, algo mais precioso para os judeus sefarditas do que os bens materiais: a liberdade, e esta eles a encontravam nas terras de Piratininga. Aqui, raramente, a Inquisição veio perturbá-los, em contraste com a Bahia, Pernambuco e circunvizinhanças, e nem os molestavam os moradores, mas, o que também é sintomático, admitiam-nos por casamento nas respectivas famílias.

Ora, Portugal, carecente de elemento humano para atender às necessidades do Reino e às das conquistas,[4] não podia dispensar o hebreu, mesmo que acobertado simplesmente pela capa de cristão, da obra colonizadora em andamento. Assim, quando esta se iniciou os agentes de D. João III envidavam esforços junto ao Papa visando ao estabelecimento da Inquisição, por onde é compreensível que Martim Afonso, amigo de judeus, haveria de incorporar à armada tantos quantos conviesse. Um dentre estes foi Antônio do Vale, que ficou em São Vicente na qualidade de tabelião. Outro, ao que parece, vindo também na ocasião, teria sido Lopo Dias, ancestral de muita gente famosa na capitania. Em 1535, talvez por incentivo do mesmo donatário, fixaram residência em São Vicente sua filha natural de nome Isabel de Souza e o marido Estevão da Costa, cristão-novo, e foram aqui o tronco de numerosas famílias. Anos depois, anteriormente à expulsão dos franceses, deparamos

[4] Portugal sofreu diversas razias em sua população, causadas por epidemias em várias ocasiões. As conquistas também lhe custaram muitas vidas, no mar e em terra.

com as figuras de Cristovão Diniz, almoxarife da fazenda real, e de Tristão Mendes com a família. Seguem-se ao tempo de Estácio e de Mem de Sá, dentre os já identificados Manuel Veloso de Espinha, dono de um navio, Antônio de Sampaio, homem de grande reputação, e o cirurgião Ambrósio Fernandes, os quais se radicaram no Rio de Janeiro, à exceção do último. Nestes comenos foram para o Espírito Santo: Pero Garcia, a família de Bento Teixeira, os Andrades, os Antunes, os Dias da Vidigueira, o mercador Miguel Gomes Bravo e tantos mais. Quem não veio mediante licença, serviu-se de estratagemas ou o degredou para cá a Inquisição.

Cremos que a fatídica expedição do jovem rei D. Sebastião, sorvedouro de inúmeras vidas, e as lutas dos espanhóis nos Países Baixos, criaram condições para que muitos judeus se incorporassem à expedição de Diogo Flôres de Valdés, em 1583, como recurso escapatório. Haja vista que em todos os portos onde escalou deram-se casos de fuga. A hipótese é confirmada, igualmente pelo que se passou com a viagem do governador D. Francisco de Sousa ao subir a São Paulo com objetivos mineralógicos. Ao empreendimento ligaram-se, entre outros, o capitão Diogo Gonçalves Lasso, marido da judia Guiomar Lopes, recém-autuada pelo inquisidor Furtado de Mendonça, o genro Pedro Arias de Aguirre, o alferes Jorge João e o engenheiro Geraldo Beting, que se casaram com mulheres de linhagem cristã-nova, o cirurgião José Serrão, futuro genro de Fernão Dias Pais, o meirinho das minas Gaspar Gomes Muacho e outros. e com certeza o mesmo teria ocorrido em 1608, quando, pela segunda vez, regressou ao Planalto a fim de prosseguir no intento.

Outros muitos, a exemplo do sertanista Sebastião de Freitas e do escriturário Belchior Roiz, vieram primeiro no Nordeste e então daí passaram para o Sul. E é fato que, quando se realizaram as visitações do Santo Ofício naquelas paragens houve quem se

evadisse até para as regiões do Prata. Assim, em 1591, quando se iniciou a do inquisidor Furtado de Mendonça, cristãos relapsos e bem conhecidos judaizantes, conseguiram fugir, auxiliados por Diogo de Amorim Soares, escrivão da alfândega da Bahia, e em 1618 deu-se algo semelhante. Desta vez, muitos dos trânsfugas serviram-se do navio de Pero Cárces para chegar a São Vicente e em aqui aportando encontraram logo uma perfeita rede de "passadores" que os encaminhava ao Paraguai ou a alhures. Constituíam-na certos elementos das famílias Mota, Godoi e Diniz.

Em sucessivas ocasiões navios de mercadores hebreus freqüentaram os portos do Sul, de modo que o de Manuel Veloso de Espinha não foi o único e nem o primeiro, certamente. Enumeraria em pleno século XVII o do traficante negreiro Antônio Fernandes Delvas, o de Manuel Caldeira e Francisco Ramires, o de Gaspar Dias de Mesquita, os da Companhia Geral do Comércio do Brasil, o de Antônio Rodrigues Mogadouro, célebre homem de negócios e "passador" que junto com a família, foi dar com os costados nos ergástulos do Santo Ofício.

Dado, pois, o mútuo interesse existente no seio da progênie israelita, não é para estranhar que se protegessem uns aos outros, auxiliando a emigrar a quantos carecessem.

Por onde se conclui ser das mais expressivas a população judaica nas capitanias do Sul, quer pelo número de indivíduos, quer, sobretudo, pela influência exercida na vida social, nos negócios e até na administração pública. Basta dizer que dos oitenta e quatro clérigos arrolados na Prelazia e Administração do Sul, em 1656, onze pelo menos, eram de linhagem cristã-nova.

A tal ponto se vinha acentuando o afluxo judaico que, em 1625, frei Diogo do Espirito Santo chama a atenção dos inquisidores reinóis para o fato, e, em 1670, o familiar do Santo Ofício,

Diogo Correia, clama por socorro à Inquisição, carregando, talvez, nas tintas, mas, na verdade, as numerosas prisões efetuadas no Rio de Janeiro, a partir de 1709, revelam que o caso era mesmo para alarmar.[5]

PARTE II

Sabe-se que o número de hebreus em Portugal ao findar o século XV somava aproximadamente 200.000, ou seja, um quinto de sua população, montante esse, como se vê, bastante significativo. Não demorou muito, porém, e levas deles emigraram para outros países em virtudes de medidas adotadas por el-rei D. Manuel e por seus sucessores, em consonância à ação desenvolvida pelo tribunal do santo oficio. Para o Brasil não poucos foram os que vieram uma vez iniciada a colonização, tanto que em 1649 objetavam os inquisidores do Reino a D. João IV, a propósito da criação da Companhia Geral do Comércio, cujos acionistas eram da referida etnia, que, se com isso se pretendia conservar intacta religião católica nas conquistas, segundo rezava o alvará de 6 de fevereiro, menos se conseguia por semelhante processo, "visto serem os habitantes delas na maior parte da nação hebréia".[6]

Hoje pode-se ter uma idéia razoável de quantos hajam passado à França, à Itália, às nações do Norte e mesmo as capitanias brasileiras do nordeste, graças a informações exaradas em documentos da inquisição e em diversas fontes quer religiosas quer seculares. Mas, em se tratando de São Paulo antigo, o problema reveste-se de enormes dificuldades, porque as evidências são poucas e dúbias. As visitações do Santo Ofício à Bahia e territórios adja-

[5] A. N. T. Tombo, Lisboa, documentos e autos da Inquisição.

[6] Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 656.

centes nos séculos XVI e XVII, pois quase nada esclarecem quanto ao Sul e, nestas bandas a atuação do tribunal foi esporádica e sem profundidade. Daí então, alegaram alguns de nossos escritores que a população hebréia de São Paulo, ou melhor, da capitania de São Vicente, devia ser insignificante, até porque esta última vegetava na pobreza, à falta de estímulos de natureza econômica. Tal é, por exemplo, a tese do insigne A. E. Taunay, mal estruturada, a nosso ver, porquanto o historiador bandeirante não compreendeu o espírito do judeu e nem o exato sentido de um dos textos em que se baseou, conforme adiante mostraremos. E, de igual maneira, equivocaram-se os autores que pretenderam ajuizar a etnia e a religião, ou religiosidade dos moradores, estribando-se simplesmente nos testamentos, nas provas de *puritate sanguinis*, na concessão de hábitos honoríficos e eclesiásticos, no pagamento de dízimos, ou no exercício de encargos públicos vedados teoricamente a judeus e cristãos-novos. Ora, tais critérios são comprovadamente falhos, quando vistos à luz dos fatos. Citaremos a título de curiosidade, dentre os nomes já conhecidos, os dos Vaz de Barros, dos Correia de Sá, Martim e Salvador de Benevides, o de Sebastião de Freitas, os do bandeirante Antônio Raposo Tavares, o dos jesuítas Leonardo Nunes, Inácio de Tolosa e tantos mais.

É deveras sintomática quanto à população hebréia de São Paulo a documentação de origem hispano-americana. Já em 1610 o padre Diogo de Tôrres, provincial da Companhia de Jesus, escrevia de Córdoba à Inquisição de Lima, precavendo-a contra a gente portuguesa "infeccionada de judaísmo" que passava ao Peru, por São Paulo, a qual "se ha avencidado nueva en ella, entre la mucha que hay [...]".[7] E mais tarde o padre Francisco Crespo, em memorial ao rei, baseado nos informes de colegas do Paraguai, chama a atenção para o perigo que São Paulo constituía, afirmando que os mo-

[7] Medina, J. Toribio. *La inquisición en el Rio de la Plata*, p. 336 et seq.

radores, além de indômitos e suspeitos na fé, "muchos dellos son cristianos nuevos".[8] Também por essa época, Hernandarias de Saavedra e o governador do Rio da Prata, D. Francisco de Céspedes repetem o mesmo. Todavia, decorridos mais seis anos, ou seja, em agosto de 1637, é o presidente da Audiência de Charcas, D. Juan de Lizarazu, quem se vê na obrigação de advertir a real Majestade sobre o mal que São Paulo oferece e a cujos habitantes imputa o labéu de judeus, aconselhando Felipe IV a preservar os índios das Reduções "que no una gravilla de judios congregados en aquel paraje".[9] E nesse diapasão soou a voz de eclesiásticos e de civis ainda noutras oportunidades, embora com certo exagero, procurando influir assim no ânimo das autoridades madrilenas.

Não nos parece, em vista do exposto, que a documentação castelhana e a vicentista contradigam plenamente. Antes, elas se completam, demonstrando que o acervo israelita na capitania era valioso. Basta recorrer às atas da vila planaltina. Tomemos, por exemplo, a de 6 de julho de 1613, na qual se lê que o procurador da Câmara mandou que se trouxesse à reunião o livro da "finta" dos cristãos-novos e homens da nação hebréia, a fim de que se soubesse da verdade, pois dar-se-ia o caso "que alguns dos fintadores morra".

Tal finta vinha sendo cobrada desde 1606 e à mesma estavam sujeitos todos os da etnia hebréia, em vista de concessões outorgadas pelo rei, revogando um decreto ou conseguindo para eles o perdão geral do chefe da Igreja. A quantia era dividida em Portugal e repartida mais ou menos eqüitativamente a quantos habitassem também nas conquistas, segundo as áreas de localização. Como então, a cota ou cotas atribuídas à capitania martim-afonsina, exi-

[8] Anais do Museu Paulista, t. II, p. 283 et seq.

[9] Idem, ibidem.

gira diversos fintadores, conclui-se que os contribuintes não seriam tão poucos, ou que no mínimo, uma série de encargos foi estipulada. Anos depois, a incumbência recairia sobre o mercador de nome Gaspar Gomes. Em 1622 os edis paulistanos mandaram chamá-lo para se inteirarem sobre quem havia pago e ele lhes citou explicitamente os nomes de três: Rodrigo Fernandes, Tomás Freire e Francisco Vaz Coelho, porque "os mais não se lembrava reportando-se ao dito livro", isto é, ao competente livro de registros. Ora convém esclarecer que muitos anos já eram passados desde que efetuara a arrecadação, pelo que não se lembrava dos contribuintes. Gaspar Gomes não declarou inexistirem outros e sim que não se recordava da situação dos restantes. Se de fato aqueles eram os únicos, que teria sucedido a Pedro Vaz de Barros, a Sebastião de Freitas, aos Fernandes povoadores, aos Tavares, aos descendentes de Cristovão Diniz, de Estevão da Costa e de diversos outros?

Em meados de fevereiro de 1616 deu-se um acontecimento *sui generis*, digno de referência. Na sessão do dia 15 o procurador lançou um protesto na Câmara, pois Jorge Neto Falcão dissera na véspera, em casa do provedor Diogo de Quadros, "que havia de fintar este povo com a finta dos cristãos-novos [...] e sendo tais os podia botar, fossem cristãos velhos ou não". Trocando isso em miúdos: a população toda devia ser atingida, porque tantos eram os da linhagem hebréia que o próprio fintador se sentia em dúvida para distinguir os dois grupos.

Esse livro de fintas existia em São Paulo ainda no ano de 1728, quando foi mencionado na habilitação de gênere do bacharel Pedro Taques de Almeida, e deve ser o mesmo referido no *Registro Geral* da Câmara, em 1618. Em determinado dia, ao ser cobrado o bem conhecido Francisco Lopes Pinto, tido na conta de cristão-novo, negou-se a isso, apresentando certificados de *puritate sanguinis*. E, então, obedecendo as ordens do provedor da Fazen-

da, o escrivão riscou o nome de Francisco "do rol donde está assente a gente da nação a folha vinte e uma na volta dela". Tratando-se, por conseguinte, de livro especial, destinado às fintas, é claro que se cada página contivesse dez nomes, até ao verso da vinte e uma seriam cerca de duzentos e dez. Mas, em todo caso, se os registros se efetuavam por ordem alfabética, pelo sistema de índices, o de Francisco estaria precedido por não sabemos quantos e seguido por outros mais.

Lembraria finalmente, em abono de nossas assertivas, a denúncia de frei Diogo do Espírito Santo à Inquisição, em 1625, alertando-a contra o perigso que constituía o elevado número de cristãos-novos nas capitanias do Sul.

De sorte que a tese defendida outrora por Paulo Prado, mais e mais se vai confirmando. Sem dúvida, conforme afirmou, a influência da gente hebréia foi marcante na vida e nas ações dos antigos moradores da capitania, sobretudo no planalto.[10]

PARTE III

Tem-se falado muito ultimamente sobre a emigração judaica para o Brasil, fato que tem merecido essa importância.

Por todas as partes e em todos os setores a mesma é notável. Isso com referência às pessoas com etnia askenazi, ou seja, de procedência européia, não ibérica, ou sefarde, os portugueses e espanhóis, a *grosso modo*.

Entretanto, a ênfase que se está dando à projeção e à influência dos judeus askenazi, distorce a verdade e neglicencia a história. Negar-lhes essa contribuição à vida nacional é grave, in-

---

[10] PRADO, Paulo. *Paulística*, p. 18-9.

justa, mas negligenciar a que vem prestando há séculos os chamados cristãos-novos, é maior ainda, pois infelizmente, mesmo estes a ignoram. Eles são milhares e não se dão conta disto. Infelizmente vivem dispersos, sem união, sem identificação alguma e sem alarde, sem causar celeuma, sem exigir recompensas e direitos.

Eles sim são os edificadores do Brasil. Foram os primeiros a devastar os nossos sertões, a contatar com os indígenas, a formar vilas, a cultivar a cana-de-açúcar e os cereais, ajudar a administrar as povoações, a abrir e a desenvolver o comércio e a agricultura. Estiveram ao lado dos defensores. Na política, na diplomacia, na economia, nas finanças.

Foi esse o Brasil que os askenazi encontraram aqui.

É pena que os dois grupos da etnia hebraica vivam dispersos, quando no longínquo passado tiveram uma só origem. Conheço bem o seu lugar na história luso-brasileira. São dignos da maior evidência. Interessaram-se pela Terra de Santa Cruz no momento em que Portugal não dispunha de gente e nem de recursos para povoá-la. Homens como Fernão de Noronha, abriram as portas à imigração, a qual se manteve durante séculos, e ainda não cessou. Sem eles o Brasil não existiria.

Não sou cristão-novo. Falo como historiador. Admiro essa classe étnica. Conheço todo o seu passado desde o Antigo Testamento. Examinei os arquivos portugueses por diversas vezes. Estudei sobre o Santo Ofício da Inquisição. Sei o quanto agiram na História do Brasil. Lamento que ignoremos sua atuação e sua influência. Necessitamos corrigir... não têm de que se envergonhar.

De igual modo não exagerar e nem perverter os fatos quanto aos judeus askenazi, por muito que estejam realizando.

Espaço VII

Bandeirantes, cristãos-novos e judeus*

Há tempos, quando realizávamos pesquisas acerca da participação do judeu ibérico no tráfico de escravos negros, veio pararnos às mãos um interessante documento seiscentista. Externava ele a resposta de conselheiros de S. Majestade, o rei Filipe IV, à delicada consulta em que os paulistas eram denunciados por atacarem as Reduções jesuísticas na América, invadindo-lhes as igrejas, cometendo sacrilégios e levando cativos os seus índios, após tantos esforços dos abnegados inacianos em evanzelizá-los. As queixas tinham sido elaboradas pelos padres Francisco Dias Tanho e Antônio Ruiz, com base em testemunhos fornecidos por companheiros que serviam à Ordem no Paraguai, Antônio Raposo Tavares, capitão-mor das "entradas" em questão, era o mais visado, vindo a seguir Frederico de Melo, os frades Antônio de Santo Estevão, carmelita, Francisco Valadares, beneditino, o clérigo castelhano Juan Campo y Medina, ex-cura de Guairá, o padre Salvador de Lima, da vila de São Paulo e outros, sobre os quais pesavam grandes culpas.

O referido documento continha uma expressão que nos aguçou o espírito de maneira fascinante, pois declarava com respeito aos integrantes das "entradas", também conhecidos como "maloqueiros ou fazedores de malocas", que "la mayor parte destos son christianos nuevos y se sabe que a los Indios q(eu) se les reparten les ponen nombres del testamiento viejo".[1]

---

* Publicado originalmente no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, n. 618, mar. 1969.

[1] Consejo de las Indias, Consulta de 30 de Julio de 1638.

Seria possível, então, haver indivíduos da estirpe hebréia entre a gente planaltina e ainda mais tomando parte nas bandeiras? Não se trataria de um rancoroso desabafo dos jesuítas para assim, mais facilmente, conseguirem da Real Majestade a justiça por que a anos vinham clamando? Que o caso se apresentava gravíssimo revelam-no as recomendações ditadas pelos conselheiros: a restituição dos cativos; confisco dos bens e desterro do Brasil, para os traficantes; perda da elegibilidade para cargos e funções públicas; se for eclesiástico, as penalidades se aplicarão conforme os casos. Mas, de todas sobressaia a que aconselhava a criação de um Tribunal do Santo Ofício, porque muitos dos delitos praticados eram de natureza religiosa. Estes, certamente, são os mesmos que aparecem especificados na *Información* coligida pelo padre Francisco Vasquez Trujilo, provincial da Companhia de Jesus no Paraguai, e repisada noutros documentos da época. As testemunhas ouvidas, todas pertencentes à Ordem, ao se referirem às ações praticadas pelos bandeirantes, concluem que estes "debian de ser judios hereges o alguno de ellos", ou que são cristãos apenas no nome ou que o que fazem não é próprio de cristãos. Quando um dos padres admoestou a Frederico de Melo, respondeu-lhe o famoso sertanista que as obras pouco importavam, pois bastava ser cristão. Outro, ao interrogar o capitão Antônio Raposo Tavares com que autoridade guerreavam as Reduções, ou "por que título", ouviu dele "que por el titulo de dios les daba en los libros de moysen [...]". Ainda outro disse que se os padres invocassem o auxílio da Inquisição, renegaria o batismo.[2]

Entretanto, a documentação paulista consultada a respeito pouco esclarece. Por exemplo: os inventários e os testamentos nos dão uma impressão da religiosidade dos paulistas que não é exata, e quanto aos índios arrolados, a maioria tem nomes tirados do tupi ou da nomenclatura portuguesa. As atas da Câmara apenas fornecem a identificação de três hebreus Francisco Vaz Coelho, Rodri-

[2] *Documentos sobre bandeirismo*, do A. Gr. de Indias de Sevilha – Anais do Museu Paulista, tomo II, ano de 1925, p. 247 et seq.

go Fernandes e Tomás Freire, porque o fintador da gente da nação, ao ser chamado pelos edis declarou lembrar-se apenas desses. Os genealogistas, por seu turno, guardam impenetrável sigilo. Por conseguinte, alega-se que o número de judeus e cristãos-novos devia ser pequeno.

Além disto, anda por aí a noção de que elementos da progênie israelita mal se prestariam para movimentos do tipo das entradas e das bandeiras, as quais exigiam desafios de toda espécie, como: penosas caminhadas, inclemências sem conta, doenças mortíferas, ataques inesperados de feras e de índios, e assim por diante. Tais indivíduos seriam mais inclinados às profissões liberais e aos empreendimentos de natureza mercantil. As evidências, contudo, mostram-nos a exercer uma nuance de atividades, inclusive a do sertanismo, capaz de, por si, incentivar o espírito de aventura e de ambição. Quem participava das entradas ou das bandeiras fazia-o para merecer uma sesmaria, ou receber em paga uns tantos índios, ou participar das riquezas minerais que fossem encontradas, ou, quando não, fazer-se digno de um hábito de qualquer uma das três ordens militares, o que bastava para encobrir a mácula de sangue hebreu, mouro ou de outra infecta nação.

Ninguém, pois, estranhará ver a participação de judeus em nosso sertanismo, se compreender o significado deste e tomar por modelo a vida de um andarilho como Fernão Mendes Pinto, autor das *Peregrinações*, ou os relatos de um Pedro Teixeira, que palmilhou as árduas distâncias da Itália ao Oriente longínquo, ou as mudanças de Gaspar da Gama, prestimoso auxiliar de navegantes portugueses. Ou, se quisermos provas mais eloqüentes, porque acontecidas em solo brasileiro, voltemo-nos para as figuras de Francisco Bruza de Espinoza e de Filipe de Guillen, pioneiros das entradas mineralógicas, ao tempo de Tomé de Souza e de Mem de Sá. Espinoza, bom conhecedor da língua tupi, em 1553 empreendeu uma entrada para o sertão nordestino, por ordem do governo, e na qual fez cerca de trezentas e cinqüenta léguas, desde Porto Seguro

até ao norte do atual território de Minas Gerais. Filipe de Guillen, que além de boticário era amante da geologia, em 1560 tomou parte na entrada de Vasco Rodrigues e a ele se deve, ao que parece, a divulgação da lenda sobre a esplendorosa Sabarapuçu, fomentadora em grande parte das penetrações ao *hinterland* no decorrer dos anos.[3] A esse mesmo espírito, porém, no setor da conquista do solo brasileiro, estão ligados os nomes de Diogo Lopes Ulhôa, identificado com Sergipe, Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares, com a campanha da Paraíba, financiada em parte pelo mercador João Nunes. De igual modo, sobressaem quanto ao Maranhão os vultos de Belchior Roiz e de Diogo Dias Querido. No sul, todavia, a relação é bem maior, a contar a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

Assim, a declaração dos jesuítas de que entre os sertanistas destruidores das Reduções a maior parte era de cristãos-novos, tem consistência, embora o laconismo das fontes documentais brasileiras, para não dizer paulistas. Mas, felizmente, podemos recorrer a algumas outras, sobretudo da Inquisição. Ficamos sabendo por meio desta que o capitão-mor de São Vicente Jerônimo Leitão, casado com a judia Inês Castelão, foi um dos maiores sertanistas no fim do século XVI. De seu genro, Antônio Pedroso de Barros, cristão-novo por ambos os costados, consta que tomou parte na bandeira de João Pereira de Souza ao território goiano, em 1596. No entanto, o irmão Pedro Vaz de Barros destacou-se não só na vida pública mas, igualmente no bandeirismo, sendo ele, ao que se admite, um dos primeiros a prear índios no sertão do Guairá, ação essa repetida muitas vezes, em 1615, em 1623 e em 1628. Nesta última data figurou como chefe da vanguarda da expedição comandada por Antônio Raposo Tavares. Os filhos de Pedro Vaz de Barros foram ainda mais notáveis que ele, bem como alguns dos netos,

---

[3] CARVALHO FRANCO, F. A. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Comemoração do IV Centenário, São Paulo, 1954, p. 142 e 188.

bastando para certificar isso uma simples leitura na Nobiliarquia de Pedro Taques. Seranista, também, foi o algarvense Sebastião de Freitas. Em 1591 vamos encontrá-lo no interior da Bahia ao lado de Gabriel Soares e em 1594, já na capitania de São Vicente, figura como imediato na bandeira do capitão-mor Jorge Correia; em 1596 é integrante na jornada de João Pereira de Souza e, em 1628 milita no Guairá juntamente com Antônio Raposo Tavares. Aparece como cristão-novo numa relação do Santo Ofício, redigida ao tempo do visitador Pires da Veiga, ao qual veio penitenciar-se por tecer considerações maldosas sobre a virgindade de Nossa Senhora, fato que bem revela a irreverência espiritual desse bandeirante, em nada inferior a do capitão João Pereira de Souza, conforme registra o processo a que respondeu em Lisboa perante a Inquisição. Eis o motivo de sua prisão e não consoante nossos escritores tem suposto.[4] Viveram, outrossim, mais ou menos nessa época, os sertanistas Vasco da Mota, Martim Rodrigues Tenório e Belchior Dias Carneiro, todos eles portadores de sangue hebreu, mas nenhum jamais superou os chamados Fernandes povoadores: André e seus irmãos Bartolomeu e Domingos, fundadores respectivamente de Santana do Parnaíba, Sorocaba e Itu. Homens dos mais ativos, foram a alma de muitas bandeiras levadas a efeito na primeira metade do século XVII. A André, o maior dos três, somente excede a imponência de Antônio Raposo Tavares, de linhagem cristã-nova por sua genitora Francisca Pinheiro da Costa Bravo. Por esta razão pretendeu certo Domingos de Freitas eliminá-lo da concorrência ao cargo de provedor da Fazenda Real, no que, todavia, foi infeliz. A obra que lhe dedicou Jaime Cortesão ilustra suficientemente o papel gigantesco que desempenhou no alargamento de nossas fronteiras geográficas e no conhecimento do interior brasileiro. Na última de suas entradas gastou cerca de três anos, quando então, após destruir a Redução do Mboimboi, na província do

4 A. N. T. Tombo, Inquisição de Lisboa, procs. 6093 e 16902.

Itatim, jornadeou por terras do Peru e, por fim, desceu o Amazonas até a desembocadura.[5] E muito mais poderíamos acrescentar se descrevêssemos as façanhas de tantos vultos proeminentes, como Martim Correia de Sá, os Bueno, os Rodrigues de Arzão, Fernão Dias Pais Leme, o das esmeraldas, que, se não era de linhagem, foi casado com uma senhora da estirpe cristã-nova. Note-se que é a parentela desses homens e os seus amigos que compõem as referidas expedições ao sertão, numa demonstração de idéias em comum e mesmo de sentimentos. Eis, por exemplo, em rápida síntese, uma relação dos que formaram na bandeira ao Guairá, em 1628: o capitão-mor é Antônio Raposo Tavares, seguindo-se nos postos imediatos Antônio Pedroso de Alvarenga (aparentado com Sebastião de Freitas e com a família Bicudo), Pedro Vaz de Barros, André Fernandes e Sebastião de Freitas. Acompanhavam-nos também, dentre outros, Manuel Pires, sogro de A. Raposo Tavares, e dois filhos; Salvador Pires e alguns filhos; Diogo da Costa Tavares, irmão do grande chefe, ambos aparentados por laços matrimoniais com os Bicudo, alistados, igualmente, na bandeira; Salvador de Lima, primo de A. Raposo Tavares; os Bueno, netos maternos de Salvador Pires; Calisto da Mota e um irmão, descendentes do cristão-novo Estêvão Gomes da Costa; Francisco de Proença, casado em segundas núpcias com Maria Bicudo; Ascenço de Quadros, cristão-novo, e outros.[6]

As evidências históricas vão demonstrando aos poucos que os jesuítas do Paraguai não foram tão rancorosos em suas declarações e nem tão exagerados quando afirmaram que muitos bandeirantes eram cristãos-novos.[7]

---

5 CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil.* Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação.

6 *Documentos sobre o bandeirismo,* op. cit., p. 245 et seq.

7 Vide *Cristãos-novos, jesuítas e inquisição.* São Paulo: Pioneira, 1969.

Espaço VIII

Relações comerciais entre Macau e Japão, exercidas pelo grande navio de Amacon*

C. B. Boxer já é bem conhecido pelas obras que tem publicado, versando aspectos da história portuguesa relacionados com o Brasil e com o Oriente distante, especialmente. Lembraria, a propósito, os valiosos estudos: *The Dutch in Brazil (1624-1654), Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola (1602-1686), Macao 300 years ago, Fidalgos in the far east, South China in the sixteenth century,* e outros, de igual importância.

Posteriormente veio a lume *The great ship from Amacon,*[1] contendo 395 páginas, em bom papel e impressão. É, como as demais, baseada em longas pesquisas e leituras. O autor valeu-se dos arquivos portugueses, de fontes orientais, de obras clássicas, e de várias publicações. A matéria nela contida distribui-se em três partes distintas: a primeira trata das viagens anuais ao Japão, sobretudo por embarcações portuguesas, no período de 1555 a 1640; a segunda encerra importantes documentos, relacionados todos eles com essas viagens, provenientes de autoridades lusas do Reino, de Goa e de Macau, e de particulares interessados no tráfico Macau-Japão, inclusive de jesuítas e de autoridades nipônicas. Acompanham-na algumas gravuras e dois mapas, sendo um referente ao Cristianismo nas ilhas do Sol Nascente, do ano de 1549 e 1650. E, finalmente, em apêndice, uma relação explicativa dos pesos e medidas usados na época, particularmente na Ásia.

---

* Publicado originalmente na *Revista de História* – USP, 1962.

[1] *The great ship from Amacon*. Annais of Macao and the old Japan trade, 1555-1640. Publicação do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1959.

1. Os portugueses no Oriente:

Duas coisas, segundo Boxer, levaram os portugueses ao Oriente: a religião cristã, que desejavam propagar, e o comércio. Por isso, estabeleceram-se na Índia, e daí passaram à China e ao Japão, cujos baluartes principais foram Goa, Macau e Nagasaki, respectivamente. A prata constituía o móvel por excelência desse comércio com o Japão, e o cobre em plano secundário, trazidos no retorno, ao passo que na ida imperavam a seda, o ouro, porcelanas, além de outros artigos. Aquele país preferia a seda chinesa à sua, enquanto o país vizinho carecia de prata, a qual algumas vezes procedia do México e do Peru, pela via de manilha, nas Filipinas, e mais raramente pela via de Portugal e Espanha. O cobre interessava aos representantes da coroa para fabrico de armas de fogo, notadamente canhões, que mandavam fundir, mediante contrato, nas oficinas de Manuel Tavares Bocarro, em Macau, e na de seu pai, Pero Dias Bocarro, em Goa. A exigência avultou quando holandeses e ingleses se puseram a investir contra as embarcações e portos lusos nos mares asiáticos.

Por muitos anos o veículo do tráfico Macau-Japão foi "o Grande Navio de Macau", ou *Amacon*, conforme o denominaram os ingleses, ou ainda "Nau do trato", designação portuguesa. Os japoneses chamavam-no *Kurufuné*, que quer dizer "Navio preto", devido à cor do casco. Era uma carraca de 400 a 600 toneladas de capacidade, só comparável o tamanho com os galeões de Manilha, ou com o navio da prata, de Acapulco. Trata-se, por conseguinte, de um navio mercante, embora armado. Mas, além dele, havia, também, embarcações particulares no referido tráfico. Porém, quando os holandeses surgiram no seu encalço, os portugueses adotaram as galiotas, por serem melhores e mais convenientes diante das novas circunstâncias. A saída dava-se, normalmente, de Goa, em maio-junho, pela via de Málaca e China, chegando ao Japão em julho-agosto, onde se demorava por três ou quatro meses, e

assim, o mais tardar em janeiro, devia partir de regresso. As mercadorias pagavam uma taxa, quer no embarque, quer quando chegavam ao destino, e às vezes também em trânsito. Em 1623 a soma de todas as obrigações atingia 27 ou 28%, cabendo 10% ao capitão-mor, taxa está calculada sobre o valor dos artigos que os comerciantes transportavam em seu navio, ou mais precisamente, sobre a seda.

E já que nos referimos ao capitão-mor, adiantemos tratar-se da figura cardial desse tráfico, porque, como proprietário do navio, era, no geral, o comandante, e o interessado mais direto no comércio com o Japão, pois cada viagem lhe acenava com ótimos lucros, se bem que sujeito a assaltos de piratas e à inclemência dos tufões, muito comuns na região. A princípio designava-o a Coroa, graças aos bons serviços prestados, ou o vice-rei, e anos mais tarde, mediante a arrematação e estabelecimento do respectivo contrato, siste em vigor até 1635, quando a fazenda resolveu realizar as viagens por conta própria. O capitão-mor receberia, neste caso, um salário fixo. Colaborando com o mesmo, havia sempre, no ponto terminal, um representante, ou preposto: O Feitor.

2. Viagens ao Japão:

As primeiras viagens de navios portugueses à terra do Sol Nascente de que se tem notícia deram-se a partir de 1550, quando ali aportaram Duarte da Gama e Diogo Vaz de Aragão, em ocasiões distintas. E, 1555, passando este último, por Macau, com um grande carregamento que trazia do Japão, conversou com diversas pessoas, entre as quais o jesuíta Belquior Nunes Barreto e o noviço Fernão Mendes Pinto, e lhes mostrou quão oportuno era o momento para as transações nesse país, porque estava em guerra com a China, não sendo permitido aos desta nação negociarem com

sua rival. O certo é que, logo depois, outras pessoas já se achavam no mesmo comércio. Em 1556 os capitães-mores Dom Francisco Mascarenhas Palha e ao que supõe Antônio Pereira. No ano seguinte aparecem Francisco Martins, a expensas do governador da Índia Portuguesa, Francisco Barreto, e numa outra viagem, Antônio Pereira, ou talvez outro. Em 1558, Leonel de Sousa chega a Hirado, mas o navio sossobra no retorno, sendo Camões um dos sobreviventes. Também nesse ano esteve no Japão o rico negociante Guilherme Pereira, natural dos açores, que, em 1559, voltou novamente, e quase ininterruptamente, o tráfico prosseguirá até 1639. Em 1561 atracaram em portos nipônicos cinco navios de portugueses, um dos quais sob o comando de Afonso Vaz, que foi assassinado, igual sorte cabendo, de outra feita, ao capitão-mor Fernão de Sousa e companheiros. Nos anos futuros, tais episódios repetir-se-ão, a intervalos, com maior ou menor atrocidade, conforme a atmosfera gerada pelos negócios e pelas relações humanas.

De uma carta ao vice-rei da Índia Portuguesa, datada de 1562, verifica-se que os japoneses começavam a se interessar pelo comércio com os lusos, tanto assim que a viagem realizada a esse tempo pelo capitão-mor Pero Barreto Rolim, comandando o Grande Navio a Yokeseura, o confirma, em vista da boa acolhida que recebeu, e o que é mais significativo: seu governador, Omura Sumitada, converteu-se ao Cristianismo. Daí a preferência por esse porto durante algum tempo, ao invés do de Hirado, fato que se deve à influência dos jesuítas, já ali estabelecidos. Mas o de Nagasaki veio a ganhar a supremacia, senão o monopólio. Os jesuítas visitaram-no pela primeira vez em 1568, onde encontraram espírito compreensivo à sua obra, o que lhes possibilitou edificar um templo e fazer muitos cristãos, e logo depois, a monopolizar a vinda do grande Navio. As autoridades, por isso mesmo, lhes consentiam o trabalho religioso, ainda que também se envolvessem em negócios temporais.

A Coroa, por sua vez, no desejo de ver dilatado o Cristianismo e o comércio, ordenou que os navios portugueses se restringis-

sem apenas a Nagasaki, quer para vender, quer para comprar, medida, sem dúvida, de grande alcance, porque, desse modo, seria mais fácil coibir fraudes e evitar choques, coisa que nem sempre se alcançou. A diferença de língua, de costumes e de religião, além de circunstâncias diversas, podiam causá-los facilmente. Em 1573, por exemplo, deu-se um penoso desastre, cujas conseqüências perduraram longamente nas transações dos lusos com os filhos do Sol Nascente. Quando o Grande Navio se dirigia ao Japão, às ordens do capitão-mor D. Antônio Vilhena, conduzindo carga preciosíssima, devido ao excesso de peso e ao mau tempo, certa manhã afundou em questão de minutos. A exceção de dois marinheiros, pereceu toda a gente que ia a bordo. As famílias dos negociantes ficaram em situação financeira calamitosa, porque endividadas, e os jesuítas encurtados em recursos, porque certa parte do carregamento lhes pertencia. A missão entrara no tráfico há anos, com o donativo que fizera Luís de Almeida, ao ingressar na Ordem de Santo Inácio, em 1556. A Coroa não mandava regularmente os 1.000 cruzados anuais que lhes destinara, e por isso, tinham que manter-se contando consigo mesmos. Em 1578, em razão de acordo firmado em Macau, eles receberam o direito de embarcar até 50 píciulos (ou picos) de seda, dos 1.600 que seguiam anualmente, dando-lhes em média 1.600 cruzados de lucro. Daí a afirmativa do autor, baseado em documentos correlatos, que Deus e Mamon andavam de mãos dadas.

A união das coroas de Espanha e Portugal não podia deixar de repercutir no Oriente. Os de Macau recalcitravam em aceitá-la, receosos do mau efeito que produziria sobre os chineses. Mas graças ao trabalho diplomático do Governador, do Bispo e de outras pessoas, Filipe II foi jurado. Isto serviria, portanto, para incrementar o contrabando com Manilha e para o ingresso de frades espanhóis no Japão. Assim, em 1584, entravam em Hirado os primeiros franciscanos, transportados no junco do traficante português Bartolomeu Vaz Landeiro.

O comércio com as Filipinas estava proibido aos portugueses pelas Cortes de Tomar, mas desejavam-no os negociantes de Manilha, tanto quanto os de Macau. Os primeiros porque se interessavam por artigos de procedência sino-japonesa, as sedas, especialmente; os últimos porque era lucrativo. As restrições nada mais fizeram que estimular o tráfico ilegal, beneficiando grandemente aos portugueses. Quando, em 1586, Filipe II determinou que os súditos espanhóis, em absoluto realizassem negócios em Macau e por toda a costa da China, o monopólio confinava-se ainda mais ao ditame dos lusos. Em Manilha recebiam os pagamentos em prata, que depois usavam na aquisição de novas mercadorias de procedência européia, em Goa, e as de origem asiática em diversas partes. Juncos do Japão, como veremos, também transacionaram com Manilha, mas, os portugueses fizeram tudo para afastá-los dali.

Após a ascensão do vitorioso Toyotomi Hideyoshi ao poder, em 1586, a situação sofreu modificações. Em 1587, considerando os jesuítas elementos perniciosos à nação, visto abalarem a crença no Shintoismo e Budismo, determinou a sua expulsão. É verdade que a medida não se concretizou no momento, mas sempre existiu em potencialidade. Em 1588 quando o Capitão-mor, Jerônimo Pereira, antes de embarcar para Macau, lhe enviou um mensageiro com presentes, fez questão de lhe notificar que considerava os jesuítas *personas non gratas.* No ano seguinte, por intermédio do Vice-rei, a Coroa mandava-lhes restringir as atividades comerciais. Em 1593 mais uns poucos franciscanos espanhóis abriam missões em Kioto, Osaka e Nagasaki, desejosos de quebrar o duplo monopólio criado pelos portugueses: o dos jesuítas e o dos traficantes de Macau. Tal rivalidade está patente nos acontecimentos a que deu lugar a chegada ao Japão do galeão São Filipe, que fazia a viagem México-Manilha: Hideyoshi mandou executar a maioria dos franciscanos recém-chegados, mas também alguns jesuítas japoneses em Nagasaki, no que cada Ordem culpava a outra. Ao protesto do Governador das Filipinas, Hideyoshi respon-

deu simplesmente que não toleraria mais a propaganda do Cristianismo em sua pátria.

O ano de 1600 merece destaque. Macau tornara-se a melhor e a mais próspera colônia de Portugal na Ásia, com uns 600 e tantos vizinhos, e muito freqüentada por mercadores. No Japão a casa Tokugawa assumia o poder, com o falecimento de Hideyoshi e predomínio sobre os demais pretendentes. Nesse ano os holandeses, protestantes, e inimigos dos ibéricos, chegam aos mares do Oriente, convertendo-se num osso duro de roer, para ambos os peninsulares, lusos e espanhóis. Porém as coisas melhoraram no país do Sol Nascente, porque o jesuíta Pe. João Rodrigues gozava de boas relações com os Tokugawa.

3. A interferência de países do Norte

O monopólio exercido pelos portugueses garantia-lhes preços vantajosos. O sistema de venda efetuava-se por "pancada", ou seja, em lotes. Mas quando o número de juncos chineses começou a aumentar, e os japoneses a concorrerem no tráfico, os negociantes macauenses foram-se tornando apreensivos. Os holandeses, então, iam pesando seriamente no prato da balança, não tanto por sua interferência comercial, e sim pelos entraves e prejuízos que causavam aos filhos de Portugal. O primeiro encontro armado feriu-se precisamente em 1601, nas proximidades de Macau, caindo prisioneiros uns vinte homens dos neerlandeses. Muito embora procurassem salvar a pele, aderindo ao Catolicismo Romano, os rivais condenaram-nos à morte, sob a alegação de serem piratas, escapando somente dois jovens e o feitor, Martins Ape. Em 1603 a boa sorte coube aos representantes dos Países Baixos. Mal o Grande Navio do trato deixara Macau, apoderaram-se dele, saqueando-lhe a carga, e ainda a de uma carraca que se dirigia à Índia, pelo

que, mais uma vez, as finanças dos negociantes portugueses ficavam tremendamente abaladas. Coisa fácil de compreender, porque ali estava o seu capital e os adiantamentos feitos pelos credores nipônicos. Agora, como poderiam saldar os débitos sem mercadorias e sem capital? Mas, assim mesmo, no ano seguinte, conseguiram reunir meios suficientes para lotar outro Navio. A transação rendeu-lhes bons dividendos, aliviando-os, outrossim, do pesadelo em que se viam, não, contudo, dos credores, que mais e mais exigiam a devolução de seus haveres, ao passo que as condições se agravavam para os macauenses a cada dia. Em 1607 e 1608 tiveram que ficar retidos em Macau, devido à presença dos holandeses no mar da China, sempre aguardando presa e valendo-se das oportunidades para tentar comércio com a China e Japão. Neste ano também os jesuítas sofreram dois embates em suas pretensões: o Papa autorizou os frades das Filipinas a trabalharem no Japão, e o Rei, por influência dos franciscanos, proibiu a todas as ordens religiosas o exercício de qualquer forma de comércio.

O ano de 1609 foi auspicioso para holandeses e japoneses. É que o Tokugawa permitiu àqueles instalarem uma feitoria em Hirado, porto não muito distante de Nagasaki, e aos seus súditos incentivou o comércio com as Filipinas. Se este, todavia, não alcançou os resultados que desejava, a culpa recai, em grande parte, sobre as restrições impostas por Sevilha ao comércio das colônias. Em todo caso, ele teve lugar. Os juncos do Japão levavam a Manilha farinha de trigo, carne, peixe salgado, tecidos de seda, cerâmica e porcelanas da China, armaduras, lanças, espadas, artigos de madeira e objetos diversos. A carne e o peixe, no geral, eram consumidos nos galeões, quando retornavam ao México. Quanto à seda, era reexportada para o México e Peru, onde chegava a preços acessíveis e muitíssimas bolsas. Na torna-viagem, que se dava na monção de junho-julho, além de *reales* de prata, conduziam seda bruta da China, pau-brasil, vindos da Espanha, ouro, artigos de vidro, e outras curiosidades da Europa. Em vista dos filipinos rece-

berem prata do Peru e da Nova Espanha, e com os juncos da China, gozavam nessas transações de vantagens que escapavam aos comerciantes lusos, evidentemente haveriam de tomar providências junto à Coroa, as quais, de fato, a Câmara de Goa empreendeu sem delongas. Restava, contudo, o desenvolvimento cada vez mais acentuado da marinha-mercante do Sol Nascente, e contra esta era impossível, ou não convinha lutar. Em 1607 os nipônicos já contavam com 23 navios no tráfico de além-mar, sobretudo no comércio com a Indochina. Em 1613 novo entrave surgiu ao predomínio comercial dos portugueses, pois agora eram os ingleses que recebiam concessão de um posto em Hirado, graças à amizade do protestante Will Adams já há algum tempo residindo no país, com o Tokugawa Iesú, a qual, outrossim, concorreu para o exílio do Pe. João Rodrigues e para o decreto de expulsão dos religiosos ibéricos. Só seria permitida a vinda dos comerciantes de Macau, desde que se restringissem exclusivamente à atividade mercantil. A retirada processou-se em novembro de 1614. Mas os próprios negociantes não gozavam dos mesmos privilégios dos tempos idos.

O Grande Navio permaneceu no tráfico Macau-Japão até 1618, data significativa, historicamente falando. Os portugueses passaram a fazer suas viagens em galeotas, a fim de fugirem mais facilmente às arremetidas do inimigo, o que vem demonstrar que os holandeses estavam se tornando senhores da situação. Tais embarcações seguiam, então, em grupos de quatro, ou mais, até ao encerramento do referido tráfico, em 1639. Iam artilhadas e providas de remadores, sob o comando do capitão-mor. A viagem de 1621 efetuou-se sob a direção de Jerônimo de Macedo Carvalho que, logo depois do desembarque, ocorrido em 1632, foi detido por todo o resto da vida por haver introduzido vinte missionários trazidos de Macau.

Em 1619, em virtude de acordo firmado em Londres, holandeses e britânicos resolveram agir conjuntamente para melhor al-

cançarem seus objetivos. Mas os portugueses, tendo como capitão-mor o experiente e perspicaz contratador Lopo Sarmento de Carvalho, de presumível ascendência israelita, mantiveram as viagens, embora enfrentando sérios perigos, até que os holandeses o aprisionaram em 1623. O tráfico português, no entanto, já vinha sendo menos constante e nem sempre lucrativo. No decurso desses anos o Cristianismo tornara-se religião proibida no império, e as relações entre os lusos e as autoridades foram-se estremecendo sensivelmente, ainda que com intermitências de relativa paz e boa acolhida. Em 1629, por culpa de navegantes espanhóis de Manilha, que em 1624, tinham trucidado alguns japoneses diante do Sião, sem jamais o governador responder às satisfações exigidas, as autoridades nipônicas seqüestraram as galeotas de Antônio de Oliveira Aranha. Pois as duas nações não estavam sob um único cetro? Nesse mesmo ano reaparece a figura de Lopo Sarmento de Carvalho. Associando-se a seu cunhado, Antônio Fialho Ferreira e a Gaspar Homem, e em Goa a Manuel de Morais Sapico, também de origem marrana, aparentemente, o qual, por sua vez, era cunhado do vedor da Fazenda, José Pinto Pereira, e protegido do Cardeal D. Fernando, arrematou o contrato das exclusividades para o Japão, por três anos, em cujo tempo deveria mandar, no mínimo, 13 navios àquele país e nove a Manilha. Em 1630 as relações comerciais com as autoridades nipônicas melhoraram, mas os portugueses, em vez de mercadorias no torna-viagem, começaram a optar por ouro, incomparavelmente mais leve, permitindo-lhes, também, que o desembarque em qualquer praia, quando atacados pelos inimigos. A solução era satisfatória para os traficantes, mas prejudicial para a Fazenda, porque a receita alfandegária perdia somas valiosas. O recurso consistiu em contornar tal evasão.

O ano de 1634 trouxe grandes dissabores. Dos navios da terceira viagem de Lopo Sarmento, apenas o dele conseguiu atingir Nagasaki. Outro, dentre os mesmos, foi tomado com todo o carregamento por piratas de Fukien. Naquele ia, também, o ne-

gociante Jerônimo Luís de Gouveia, a quem os maus fados reservavam fim dos mais cruéis. As autoridades descobriram nele o portador de uma carta do sacerdote católico de Macau, Paulo dos Santos, japonês, para certo patrício de Nagasaki, cobrando-lhe seus débitos. Em conseqüência, Gouveia foi preso e queimado no ano seguinte. O aperto ao Cristianismo arrochou-se ainda mais, porque Paulo dos Santos, segundo informes obtidos, coletava dinheiro para educar doze jovens conterrâneos, para enviá-los clandestinamente ao Japão na qualidade de missionários. Paulo seria exilado de Macau, meses depois, por solicitação das autoridades de Nagasaki e com o beneplácito dos portugueses, visto o seu interesse comercial e as vantagens auferidas nesse ano, por Sarmento e outros coparticipantes. Além do que, os dignatários da Coroa puderam receber o cobre destinado à fundição de Manuel Tavares Bocarro. Em Manilha também se passou algo de notável. Quarenta juncos de Fukien, aproveitando-se da situação, levaram quantidade vultosa de seda, que os galeões do México não puderam carregar toda.

Findo o contrato de Sarmento, o vice-rei e o Conselho decidiram que a viagem de 1635 se efetuasse a expensas da Coroa, e assim, para tanto, a escolha recaiu em D. Gonçalo da Silveira. No ano de 1636 a empresa foi retomada por D. Francisco Castelblanco, porque o primeiro caíra em mãos dos holandeses. Este saiu de Goa, como Capitão-mor pelo tempo de três anos, escoltado pela armada-protetora até depois de Singapura, mas à passagem por Málaca, a esquadra deparou com dois navios neerlandeses e precisou darlhes combate, havendo baixas de parte a parte. Dom Francisco chegou a salvo a Macau. A 2 de agosto pôde, então, seguir rumo ao destino final, comandando seis galeotas carregadas. Levava mais em sua companhia o novo feitor Nagasaki, Simão vaz de Paiva, e um embaixador às autoridades. Quando ali aportou, já o haviam precedido 64 juncos chineses, e em Hirado 12 embarcações holandesas, todas conduzindo mercadorias. Não se desembaraçaram os lusos tão facilmente das suas, mas assim que foi possível, regressa-

ram a Macau, levando umas 2.600 peças de prata. Porém, Duarte Correa, capitão de uma das galeotas, ficou preso por dar auxílio a certo frade Agostinho, vindo, por fim, a ser condenado à morte. Dom Francisco Castelblanco deixou-se ficar porque problemas importantes assim o exigiam. Também acabou aprisionado como suspeito de implicado numa revolta, logo abafada.

Em 1638 os portugueses reconheceram que as ofensas e maus tratos recebidos durante os últimos tempos davam provas de que os japoneses não desejavam mais a sua volta ao país. E em Cantão, igualmente, tinham perdido a estima anterior. O contrabando com os maniloenses descreveu em importância, em razão de os comerciantes do México restringirem o envio de prata para as Filipinas. De sorte que, em vista do exposto, os portugueses enfrentavam situação dificílima.

O tráfico, apesar de tudo, prosseguia. Dom João Pereira, que antes estivera no Japão, vem neste ano como capitão-mor, com duas galeotas. Vendeu bem as mercadorias, mas não lhe consentiram o regresso a Macau. As galeotas partiram sob o comando do feitor, Pero Fernandes de Carvalho, conduzindo boa quantidade de prata para o Senado e negociantes de Macau, e despachos das autoridades de Nagasaki comunicando que se qualquer religioso ou leigo das Filipinas entrasse no país, as galeotas de 1639 seriam queimadas com tudo que estivesse nelas. Não aceitariam desculpas, pois o rei dos ibéricos era um só. Os dois capitães-mores, D. Francisco Castelblanco e Dom João ficavam sob custódia, fadados a sofrer duros revezes. Em 1639 testemunharam o martírio de Duarte Correia, torturado primeiro e depois queimado. Aos japoneses é proibido todo o intercâmbio com os portugueses, e a estes, por decreto, o tráfico com o Japão. Nenhum seria tolerado no país. Ainda aqui se refletia a influência dos neerlandeses.

Por diversas vezes e por modos variados tentaram os filhos de Portugal sanar o mal existente. O papa, o rei, o vice-rei em Goa, o governador de Manilha, todos se interessam, mas os esforços

foram inúteis. Em 1640, por exemplo, os macauenses enviaram uma embaixada seleta ao Japão, portadora de propostas à altura do momento. As autoridades consideraram-na mais uma ousadia dos portugueses, porque estavam proibidos terminantemente de virem às ilhas Hondo. Toda a comitiva é presa e decapitados os seus componentes, à exceção de 13 serviçais, reservados para presenciarem os acontecimentos e de tudo darem conhecimento em Macau.

Por algum tempo a balança, no Japão, inclinou-se favoravelmente aos holandeses, embora por curta duração. Os nipônicos também os identificaram com o Cristianismo, pouco diferindo dos católicos portugueses, porque, como estes, guardavam o Domingo, o calendário cristão, os dez mandamentos, o Padre Nosso ou Coração Dominical, o Credo Apostólico, o batismo, a Sagrada Comunhão, aceitavam a Bíblia, Moisés, os Profetas e os Apóstolos. Por isso, também tinham que deixar o país. Se o fizessem pacificamente, ainda bem, do contrário, pagariam os pretextos com a vida. Já se pode antever qual o procedimento que adotam.

O fim do tráfico Macau-Japão produziu grande depressão nos negócios internos desse império oriental, e, por conseguinte, na economia da companhia holandesa das Índias Orientais, porque muitos dos seus devedores, nipônicos, ficaram em péssima situação financeira. Contudo, os portugueses não se afastaram inteiramente do velho comércio, porque ainda estavam ligados aos chineses de Macau, Fukien, Chekiang, Cantão e Nankin, e esses permaneciam no tráfico, enviando de quando em quando seus juncos ao Japão, pelo menos até 1644, quando se deu a queda da dinastia reinante. Também restou o tráfico com Manilha, de contrabando, e, em ocasiões excepcionais, o legalizado.

O fato de que nem tudo provinha das transações com o Japão, prova-o a existência, até há pouco, de Macau, em poder dos portugueses.

Eis aí, em síntese, as informações essenciais com que nos presenteia o *The great ship from Amacon,* de C. R. Boxer.

ESPAÇO IX

Os franceses na Guanabara
(Correspondência da França Antártica) *

Quem desejar fazer um juízo aproximado do que foi a tentativa de estabelecimento dos franceses no Rio de Janeiro em meados do século XVI deve conhecer a situação existente na Europa e a mentalidade da época, mas sobretudo a literatura relacionada com o dito empreendimento. Protejam muita luz, a respeito, as *Singularidades da França Antártica* do franciscano André Thevet, e a sua *Cosmografia*, a *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, de Jean de Lery, *Os mártires da Guanabara*, obra editada por Jean Crespin, mas cuja autoria pertence ao mesmo Lery.[1] Além dessas, tudo quanto se escreveu na França, quer antes, quer depois de fracassada a empresa, tanto do lado calvinista como de parte Villegagnon. Todas elas, contudo, externam algo do preconceito e do amargor resultantes da polêmica que se iniciou ainda em terras da Guanabara. Já assim não sucede com as cartas escritas daqui logo após a primeira e a segunda expedições. São de espírito bem diferente. Algumas pertencem a Nicolas Barré, protestante vindo com Villegagnon

---

* Publicado originalmente na *Revista de História* – USP, 1964. Este artigo é acompanhado de uma pequena nota do prof. Yves Bruand sobre os documentos citados, assim como a transcrição dos mesmos (Nota da redação).

1 THEVET, André. *Les singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amérique, et de plusieurs terres et isles decouvertes de nostre temps.* Paris, 1557 e 1558. Col. Brasiliana, v. 229. Trad. do prof. Estevão Pinto, 1944; *La cosmographie universalle*. Paris, 1575; LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*. La Rochelle, 1578. Existem desta obra as traduções de Araripe de Alencar, de Monteiro Lobato e de Sérgio Milliet. Esta última, sobretudo, é muito boa. Jean Crespin: existe uma tradução da parte referente ao Brasil, sob o título *A tragédia da Guanabara ou história dos protomartyres do christianismo no Brasil*, feita por Domingos Ribeiro, e publicada no Rio de Janeiro em 1947.

e elemento de sua confiança, as quais podem ser lidas na obra de Gaffarel sobre o Brasil;[2] outras tiveram como autores o próprio fundador da França Antártica e os pastores calvinistas Pedro Richier e Guilherme Chartier. O vice-almirante escreveu a Calvino pelo menos duas. Na primeira, pedia-lhe o envio de ministros religiosos e de artífices para o ajudarem na obra há pouco iniciada, conforme esclarece Léry;[3] a outra, escreveu-a para agradecer o atendimento a esse pedido e informá-lo do que aqui se passava, e que, por gentileza de Biblioteca de Genebra, agora oferecemos aos leitores, e bem assim a de Richier e seu colega, ao grande mentor da Reforma na Suíça e França, cujo manuscrito também pertence àquele arquivo. Ambas foram-lhe remetidas em abril de 1557 pelo navio Rosée, tendo como portador um amigo íntimo de Calvino, chamado Nicolau Carmeau.[4] O pastor Richier mandou mais uma a certo amigo, hoje conservada nas *Ópera Calvini*, letre n. 2609.

É curioso observar o espírito revelado pelo fundador da França Antártica em sua missiva. Os componentes da segunda expedição tinham chegado no dia 7 de março, e a 31, véspera da partida do Rosée, ele a redige. Conta haver recebido carta de Calvino, que muito bem lhe causou, sendo também tão salutares os conselhos que lhe dava, que resolveu lê-la perante o Senado, recém-criado, e registrá-la em ata, a fim de sempre relembrarem as recomendações dadas. Mas a alegria foi ainda maior devido à presença dos huguenotes, aos quais chama "irmãos". Ele, que até aí, vinha desempenhando funções eclesiásticas, juntamente com as do estabelecimento da colônia, deu graças porque os referidos o libertariam dessa árdua tarefa. Confiou-a, por conseguinte, aos ministros protestantes. Além disso, dispunha, agora, de um grupo de homens em cu-

---

2 GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français au XVI^e siècle*. Paris, 1878.

3 LÉRY, op. cit. Trad. de Monteiro Lobato. Editora Nacional, 1926, p. 3.

4 Ibidem, p. 49. Veja-se, outrossim, a carta de Richier e Chartier.

jas mãos podia depositar a sua vida com segurança. Neles acharia apoio sempre que necessário. Léry e os pastores dizem mais ou menos a mesma coisa.

Vilegagnon, embora cavaleiro da Ordem de Malta, andara metido numa série de acontecimentos históricos e pouco ligara para a religião como religião. Mas antes de vir à América parece ter sido bafejado pelo sopro das idéias da reforma. O certo é que nesta ocasião revela-se homem piedoso e vê na prática da religião um meio valiosíssimo para desviar os companheiros dos maus vícios e costumes dos indígenas, e manter a paz dentro da ilha.

Por mais de uma vez declara que seu objetivo é o de realizar obra divina, fazendo o que é do agrado de Cristo, ou colaborando para incrementar o Reino de Deus. Se essas declarações forem equivalentes às mencionadas por Léry, então elas se tornarão sinônimas de adesão à Igreja Reformada,[5] como bem transparece de suas atitudes iniciais. Tal sentimento alentava a prosseguir em face de tantas dificuldades e das mais diversas espécies.

A raiz de todo mal estava nos elementos que recrutara na França, conforme suas próprias declarações. Ao lado de gente boa, que o acompanhara por amizade, trouxe mercenários e uma porção de encarcerados da cidade de Ruão. Muitos não possuíam idealismo e nem espírito de sacrifício e, por isso, lastimavam-se tanto quanto os hebreus tirados do cativeiro no Egito, por penarem no deserto.[6] Alguns dos mais íntimos chegaram a "arrepiar carreira". Que poderia, pois, esperar dos indígenas, que eram gente selvagem, sem religião, sem noção de honra e de virtude, mais parecida a "feras revestidas de aparência humana"? Conceito já mais ou menos generalizado na Europa sobre os naturais do continente americano. Urgia, portanto, acautelar-se contra eles e adiantar as obras e também armazenar provisões, enquanto os navios aí se

---

5 LÉRY, op. cit., p. 41-9.

6 Livro do *Êxodo,* cap. 16, vs. 1 a 3, e 17, vs. 1 e 4.

encontravam. Não os apanhassem desprevenidos, igualmente, os portugueses.

Tanto o vice-almirante como Léry são acordes em testemunhar a presença de lusos na região.[7] Poucos, certamente, mas causavam sérias preocupações a Villegagnon, porque, segundo escreve na carta "estes, apesar de não terem podido proteger a região em que nos instalamos, suportam muito mal a nossa intromissão aqui e nos perseguem com ódio insano".

Viviam aí também uns tantos normandos, vítimas de um naufrágio sucedido anteriormente à chegada dos franceses. Alguns estavam amasiados com mulheres indígenas e já com filhos de quatro para cinco anos, quando os viu o cronista gaulês. Dois daqueles, e por sinal, intérpretes, vieram a casar-se com duas das jovens que se passaram ao Brasil na segunda expedição.[8] Teriam permanecido no Rio de Janeiro?

Em determinado trecho da carta, refere-se Villegagnon a certos amigos na mãe-pátria, aos quais prometera fazer o máximo para estabelecer em solo do Brasil o Reino de Cristo, e houvesse o que fosse, não voltaria atrás. Quem seriam? As conjeturas nos levam a pensar no Almirante Coligny e no Cardeal de Lorena, visto serem os que deram apoio ao empreendimento. Mas como entender tal duplicidade de colaboração, sendo os dois de organizações religiosas rivais? Prometera Villegagnon de fato, ao primeiro, estabelecer aqui um asilo para os perseguidos por motivo da fé? Ocultaria ao Cardeal o seu intento? É muito difícil sabê-lo.

Tal incógnita não existe quanto às razões porque Villegagnon preferiu estabelecer-se na ilha de Sergipe, mudado o nome depois para Colligny, em homenagem ao Almirante. Léry diz que o local escolhido fora no continente, junto ao penedo cognominado Ratier, mas após o desembarque das alfaias e artilharia, o mar

---

7 LÉRY, op. cit., p. 3.

8 Idem, ibidem, p. 50.

os compeliu a procurar melhor abrigo. Outros motivos concorreram ainda a favor da ilha. Ela oferecia segurança contra os inimigos e isolava os homens do contato com os naturais.[9] Mesmo assim um de seus homens amancebou-se com uma índia. Castigou-o pela desobediência, com o que promoveu uma conspiração contra si, Villegagnon. Porém, denunciada a tempo, foram condenados os principais: o cabeça foi enforcado, dois outros submetidos a trabalhos em algemas, e aos restantes perdoou, a fim de que os serviços não sofressem maiores prejuízos. Então a vigilância e o zelo da parte dele precisaram multiplicar-se. Tal a situação reinante antes da chegada dos calvinistas, de modo que a animadversão os havia precedido no Forte de Colligny. Isso explica também por que os recebera tão bondosamente.

Além de contar agora com o apoio dos recém-vindos, Vilegagnon entregara a um Conselho, ou Senado, grande soma de sua autoridade. Escolhera dez homens dos melhores para que deliberassem acerca dos problemas que surgissem no seio da comunidade. Reservou para si apenas o direito de última instância; isto é, quando alguém lhe solicitasse a graça do perdão por falta grave praticada. Estava longe de ser um corpo representativo, como no caso das câmaras já instaladas em certas vilas do Brasil, mas não deixa de ser interessante. As suas Atas revelariam detalhes valiosos.

Por fim, Villegagnon dirige-se ao destinatário desejando-lhe, e aos colegas em Genebra, longos anos de vida e bênçãos divinas sobre todos, para continuarem sendo úteis à Igreja de Deus. Recomenda-se a alguns "fiéis irmãos", e notadamente a Renata de França, da alta nobreza, residente em Ferrara com seu marido o duque Hércules d'Este, a qual aderira à Reforma e era grande amiga de Calvino. E para com este último declara-se o vice-almirante "amicíssimo, muito afeiçoado e de todo coração".

---

[9] LÉRY, op. cit., p. 63.

Donde se conclui sua simpatia, pelo menos, para com esses elementos, senão também para com a Igreja Reformada.

Quanto à carta dos dois pastores calvinistas, convém nos determos em algumas considerações. A primeira é de caráter teológico. Os autores, inspirando-se nos ensinos do apóstolo São Paulo, escrevem que todos quantos estão unidos em Cristo pertencem à mesma família, e formam um só corpo, do qual o Senhor Jesus é a cabeça. E por isso, ainda que separados geograficamente, em espírito estão presentes com aqueles que deixaram no Velho Mundo. O interesse mútuo permanece e faz com que o amor cresça cada dia.[10]

Dizem eles estar alegres, apesar dos perigos da viagem e dos embaraços que lhes tinham preparado na França os inimigos de Cristo, gente de costumes condenáveis, blasfemos, que se recusavam a conhecer a palavra de Deus. Evidências, sem dúvida, da reação contra o Protestantismo e contra a obra que vinham realizar na América. Mas, de outro lado, mesmo na Gália, foram alvos da simpatia de muitos, os quais lhes ofertaram recursos para a aquisição de livros, ou de vestimentas, ou ainda para cobrir os gastos de viagem. Em tudo Deus lhes manifestará a Sua clemência.

Outra coisa que os consolara sobremodo foi ver reunida a igreja em Paria, denominada Lutécia, a cidade da luz. Bem profetizara Davi que o reino de Cristo seria estável no meio de Seus inimigos. Trinta anos de contínua perseguição não tinham conseguido extinguir a religião reformada, por mais severas que fossem as medidas adotadas. O Estado, em virtude da concordata com a Igreja Católica, em 1516, lançara forças e recursos contra seus súditos protestantes, mas a proibição da literatura deles e das reuniões, a criação de tribunais especiais, as condenações, pouco adiantaram. E assim, na casa do fidalgo La Ferrière, organizava-se em Paria a primeira igreja. No interior existiam muitas congregações, de modo

[10] *São Paulo aos Coríntios*, Epístola I, cap. 12, vs. 11 et seq.

que, em 1559, seria essa magna cidade a sede do primeiro Sínodo Nacional do Protestantismo.[11]

De Lutécia prosseguiram até ao porto de Honfleur, onde chegaram a 19 de novembro, e daí à França Antártica, quando desembarcaram a 7 de março na ilha de Colligny. Os detalhes de toda a viagem, a principiar de Genebra, podem ser lidos na obra de Jean de Léry.

Chamaria a atenção particularmente para as considerações que tecem sobre Villegagnon. Atribuem-lhe a iniciativa e a promoção do trabalho religioso, dirigido pessoalmente por ele até o momento em que o entregou aos pastores. Recebeu a missão calvinista de braços abertos, e a todos tratava paternalmente. Quando se congregavam para o culto, irmanava-se com os mesmos nos propósitos, nos sentimentos e nas idéias. Como eles crêem que a pessoa torna-se fiel por obra do Espírito Santo, que Cristo é o único mediador, que as Escrituras são a regra de fé e de vida e estão acima dos dogmas e dos ensinos de qualquer cristão, mesmo dos antigos doutores da Igreja. Quando pela primeira vez a Santa Ceia foi ministrada, tomou-a juntamente com os seus familiares, e mais do que isto: fez a sua pública profissão de fé e prometeu empenhar-se como também aos próprios bens na propagação do nome de Deus. Até aí tudo caminha em paz, havendo harmonia de parte a parte. O vice-almirante aprova a atuação daqueles que, por sua vez, só enxergavam em Villegagnon motivos para apreciação.

Porém, à luz dos futuros acontecimentos, sabe-se que a situação se modificou profundamente. Villegagnon muda de idéias e de atitudes. Que teria acontecido? Parece que Jean Cointa, acadêmico da Sorbone, enciumado com a posição dos pastores, ou posto sob quarentena pelos referidos, por não confiarem na integridade de suas doutrinas, tenha sido o pomo da discórdia, arras-

[11] Léonard, E. G. *Histoire générale du protestantisme*, v. II, p. 82 et seq. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1961.

tando, por fim, ao chefe para o seu lado. Mas Léry acrescenta outra razão: propalava-se que Villegagnon recebera cartas do Cardeal de Lorena, exortando-o quanto ao seu modo de proceder para com o Protestantismo.[12]

Calvino desfruta, então, segundo a carta, de excepcionais vantagens em Eleutherópolis, a cidade da liberdade, ou seja, Genebra. A História o confirma. Depois de um período de cerca de dois anos ali, mal compreendido pelas autoridades e muitos do povo, necessitou retirar-se da cidade, indo para Estrasburgo. Tinham recusado apoio à nova vida que desejava imprimir. Mas, na sua ausência, o mal cresceu assustadoramente. Reconhecem então que ele é o homem que pode sanar o problema, e convidam-no a regressar. Insistem. Todavia aceita voltar desde que lhe dêem mão forte. E assim, em setembro de 1541 entra festivamente em Genebra. Lutou ainda durante uns dez anos para restabelecer a ordem e implantar a Reforma; precisou de agir com firmeza, mas venceu. A cidade converteu-se na Roma do Protestantismo. A fama de Calvino projetou-se por toda a Europa. Sua influência excedeu aos poucos a de Lutero. Foi, por conseguinte, no auge de sua carreira, que se efetuou a vinda dos huguenotes para o Rio de Janeiro.[13]

Convém esclarecer que o número de protestantes foi aqui bastante reduzido. Somando os que vieram nas duas expedições, o total é de vinte, mais ou menos. Na segunda, somente catorze, dos quais apenas dois eram ministros, e os restantes eram artífices, ainda que bem versados nas Escrituras. Afirmativas como as que seguem tem pouco peso histórico:

> Pouco tempo depois chegava a notícia de que ficavam muitos da mesma nação estabelecidos em uma ilha à boca da enseada do Rio de Janeiro, com a circunstância de não serem católicos, como

[12] LÉRY, op. cit., p. 54-5.

[13] LÉONARD, E. G., op. cit., p. 292 et seq.

até então, porém, sim hereges da seita de Calvino. Era já a notícia da empresa de Nicolau Durand de Vilegaignon.[14]

Nem o envio por Genebra desse grupo de calvinistas constituía obra missionária. O Protestantismo achava-se preocupado com a situação religiosa da Europa, e de modo algum pensava-se em tal coisa. Consta, sim, por informações de Léry, que o líder genebrino e seus colegas tencionavam estabelecer nas plagas do Rio de Janeiro, ao que parece, uma colônia composta com elementos de sua escolha, tendo, para tanto, solicitado ao capitão do navio Jaques Fariban de Rouen, escolhesse o lugar adequado. Se o plano veio abaixo, a culpa cabia ao procedimento de Villegagnon.[15]

Os pastores encerram a carta datando-a da Gália Antártica, ao passo que o vice-almirante empregou a expressão França Antártica. Talvez a designação ainda não estivesse definida, mas é admissível que a denominação dada pelo fundador seja a certa. O nome é pomposo para núcleo tão modesto, mas encobria uma grande esperança: torná-lo uma nova mãe-pátria, que, porém, se desvaneceu.

Documentos sobre os Franceses na Guanabara

Apresentação dos documentos – Problemas cronológicos.

Os documentos que agora publicamos não são inéditos; as duas cartas aparecem em língua original nas obras completas de Calvino, editadas no século passado.[16]

---

[14] VARNHAGEM, A. *História do Brasil.* 5. ed., vol. III, p. 335.

[15] LÉRY, op. cit., p. 223.

[16] CALVIN, Jean. *Joannis Calvini opera quae supersunt omnia...* Brunswick, Schwestchke, 1863-1900, 59 tomos em 58 v. (Corpus reformatorum, v. XXIX-LXXXVII). Com

É preciso também insistir sobre o fato de que um desses documentos, a carta de Villegagnon a Calvino, já tinha sido publicada em tradução francesa por Jean de Léry em 1578, na introdução do livro que escreveu sobre a sua viagem ao Brasil.[17] Existe mesmo uma tradução desta carta para o português, feita por Sérgio Millet, quando este deu uma edição brasileira da obra de Léry.[18]

O conteúdo dessas duas cartas, cujos originais se encontram na Biblioteca de Genebra,[19] está longe de ser desconhecido. Todos os historiadores que trataram da expedição de Villegagnon no Brasil utilizaram pelo menos a carta de Villegagnon a Calvino e muitas vezes citaram a carta dos pastores Chartier e Richier.[20]

Apesar disso, o acesso a essa documentação que diz respeito a um episódio importante da história do Brasil é ainda difícil para os historiadores brasileiros, que não podem encontrar a edição das obras de Calvino citadas no começo deste artigo, pois lhes é impossível ter conhecimento do texto completo da carta dos pastores. Quanto à carta de Villegagnon à Calvino, ela é conhecida apenas pela tradução francesa de Léry, aliás nem sempre perfeitamente fiel, ou pela tradução portuguesa de Sérgio Millet feita so-

---

efeito os volumes dizendo respeito à correspondência não contêm unicamente as cartas de Calvino. A carta Villegagnom traz o n. 2612 nesta edição e a carta de Chartier e Richer o n. 2613.

17 LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bréesil, autrement dite Amérique*... La Rochelle, por Antonie Chuppin, 1578. Outras edições em 1580, 1585, 1594, 1599, 1611, reedição moderna com notícia biográfica e notas por Paul Gaffarel. (Paris, Lemerre, 1870, 2 v.), utilizada por Sérgio Millet na tradução portuguesa da obra (cf. nota seguinte).

18 *Viagem à terra do Brasil*, tradução e notas de Sérgio Millet. São Paulo, 1941, (v. VII da Biblioteca Histórica Brasileira).

19 *Manuscritos latinos*, n. 110 (v. sem paginação).

20 GAFFAREL, Paul. *Historie du Brésil français na XVI^e. siècle*. Paris: Maissoneuve et Cie., 1878, p. 242. JULIEN, Charles-André. *Les voyages de découvrete et premiers établissements* (XV^e.-XVI^e. siècles). Paris: P.U.F. 2, 1948, p. 194-8. REVERDIN, Oliver. *Quatorze calvinistsches les Topinanbous*. Histoire d'une mission genevoise au Brésil (1556-1558). Genéve, Droz, 1957, passim. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v. I, p. 271. *História geral da civilização brasileira*, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Difusão Européia do Livro, v. I, 1960, p. 148-58.

bre a tradução francesa e não sobre o texto original latino. Portanto, pareceu-nos que seria muito útil publicar outra vez essas cartas, colocando à disposição dos historiadores brasileiros uma documentação completa, constituída pela reprodução em *fac-símile* dos documentos originais, uma transcrição dos mesmos na língua original e uma tradução para o português do sexo latino.

Todavia, antes de tudo, cabe-nos levantar um pequeno problema de cronologia, que parece ter passado completamente despercebido até hoje. Com efeito, a carta de Villegagnon é datada de 31 de março de 1557 (pridie Calendas Aprilis, 1557), ao passo que a carta dos pastores traz a data de 1º de abril de 1556 (*Calendis Aprilis*). Ora, é evidente que as duas cartas foram escritas no mesmo tempo. Villegagnon anuncia a Calvino a feliz chegada da expedição chefiada por Philippe de Corquileray e agradece a vinda dos reforços calvinistas e principalmente dos pastores Chartier e Richier; esses últimos, por sua vez, dão a Calvino notícias da viagem que fizeram e do estado que encontraram a pequena colônia dirigida pelo almirante francês. Aliás, sabemos pela narração pormenorizada de Jean de Léry[21] que a chegada dos genebreses se deu no dia 7 de março de 1557, tendo eles saído de Genebra no dia 16 de setembro de 1556 e de Honfleur no dia 19 de novembro do mesmo ano. Não há dúvida, pois, de que precisamos corrigir a data de 1556 indicada na carta dos pastores, mas é evidente de que não se trata de um erro de milésimo dos autores da carta. Com efeito utilizaram o estilo da Páscoa, usado na França até 1563 quando foi suprimido por um édito de Carlos IX, que fixou o começo do ano no dia 1º de janeiro a partir de 1564. Antes o ano oficial só começava, na França, com o dia da Páscoa, isto é, o dia 18 de abril para o ano 1557.[22]

Mas é curioso notar que Villegagnon, ao contrário, já usava o estilo da circuncisão hoje universalmente utilizado, porque assim

---

[21] LÉRY, Jean de, op. cit., p. 76-92 da tradução portuguesa.

[22] Cf. GIRY, Artur. *Manuel de Diplomatique*. Paris, 1893, t. I, p. 203.

datou carta de 1557. Isso mostra que o estilo da Páscoa, apesar de ser ainda oficial na França na década de 1550 a 1560, já tinha deixado de ser utilizado por muitos particulares. Muitas vezes, a mesma pessoa utilizava indiferentemente os dois estilos: foi o caso de Nicolas Barré, companheiro de Villegagnon, o qual mandou da Guanabara, na França, duas cartas:[23] a primeira é datada de 1º de fevereiro de 1555 (na verdade 1556, novo estilo, porque a expedição só saiu da França no dia 12 de julho de 1555), recebida no dia 23 de julho de 1556, conforme indicação escrita no fim da mesma, isto é, quase seis meses depois e não um ano e meio como poderia acreditar um observador superficial; a segunda, datada de 25 de maio de 1555 que deveria ter figurado para o mês de fevereiro, se ele tivesse conservado o estilo da Páscoa usado na primeira carta.

Parece-nos então necessária a atenção dos historiadores sobre as dificuldades que podem ser encontradas para determinar o milésimo dum documento isolado seiscentista de origem francesa, quando traz uma data anterior à data da Páscoa do ano indicado ou do ano seguinte; na falta de elementos complementares como no caso dos documentos citados, ser pode extremamente difícil ou mesmo impossível determinar se precisa ou não fazer a correção a acrescentar uma unidade ao milésimo indicado. Em todo caso, precisa não esquecer-se que essa simples operação pode às vezes permitir a resolução de problemas cronológicos que, sem ele, poderiam aparecer como insolúveis.

[23] Publicadas por GAFAREL. *Historie du Brésil français au XVI^e siècle*. Paris, 1878, p. 373-85.

1557, 31 de março

Carta de Villegagnon a Calvino para agradecer a vinda dos pastores Chartier e Richier e contar a este os acontecimentos que passaram na colônia estabelecida por ele na baía da Guanabara.

Exprimi non posse puto, qua me affecerint gaudio tuae litterae, et // Qui ad me una venere frates: huc me redactum invenerunt, ut mihi // magistratus gerendus esset et munus ecclesiaticum subeundum. // Quae mihi res maximam anxietatem obtulerat: Ozias ab hac // vitae ratione merterat. Sed praestandum erat, ne operarii // nostri, quos mercede traduxeram, gentis adducti consuetudine, // ejus se vítiis contaminarent, aut religionis dessuetudine in ''// apóscoù devolverentur. Quam mihi solicitudinem ademit fracom // adventus. Adjecit hoc etiam commodi: quod si Qua ex causa // posthac erit nobis laborandum, aut periculum incurrendum, non // deerunt, Qui sint mihi solatio, et me consilio juvent. Cujus // rei facultatem, abstulerat periculi nostri suspitio. Qui enim fratres // mecum e Francia trajecierant rerum nostrarum iniquitate // permoti, alius alia causa illata, Egiptum repetiverant. // Qui fuerunt reliqui, homines egentes, mercede conducti, quos // pro tempore nancisci potueram: eorum hac erat conditio ut ab // eis mihi potius esset metuendum, quam petendum solatium. // Haec autem hujus rei causa est. Ubi appulimos, simul omnis // generis se nobis opposuere difficultates, ut vix inirem rationem // quid potissimum eeset agendum. regio erat incultissima: nulla // erant tecta; rei frumentariae nulla copia. Sed aderant homines // feri, ab omni cultu et humanitate alieni, moribus et disciplina penitus a nobis discrepantes: sine religione, honoris, virtutis, // recti aut injusti nulla notitia, ut me subiret dubitatio, // na in Bestias humana specie praeditas incidissemus. Contra // haec incommoda, erat summo studio et celeritate nobis prospiciendum et comparandum remedium, dum naves ad reditum

instruebantur, // ne eo subsidio destitutos, indigenae rerum nostrarum cupiditate // capti, nos imparatos opprimerent, et interficerent. Huc quoque // accedebat Lusitanorum infida vicinitas: Qui etsi quam incolimus regionem, tueri non potuerunt, huc nostra esse intromissos // ferunt egerrime, et insano odio prosequuntur. Eam ob rem // uno tempore, haec omnia se nobis agenda proponebant: receptui // nostro locus deligendus, expurgandus, et complanannddus; munitiones // circumducendae, propugnacula excitanda, tecta ad impedimentorum // custodiam extruenda, materia conquirenda, et adverso colle, // locis impeditissimis, humeris ob bestiarum penuriam comportanda. // Praeterea, quo indigenae in diem vivant, et agriculturae // non studeant, nullo certo loco, cibaria congesta reperiebamus: // sed erat victus noster et longinquo carptim petendus. Qua ex // re, manum nostram (quantulacumque esset) distineri oportebat, et // minui. His adducti difficultatibus, qui me amicitiae causa // sequuti fuerant, rebus nostris diffisi, (ut supra demonstravimus) // pedem retulerunt. Ego quoque nonnihil firmasse me, hacratione e // Francia movere; ut quam curam prius rebus humanis impenderam, // ejus studii comperta vanitate, regno Christi // excolendo adhiberem, indicavi me in voces et hominum repre- // -hensionem, et nomini meo injuuriam facturum, si // labor aut periculi opinio a coepto me deterreret. Praeterea // Christi negotium gerenddum esst, credidi, hunc mihi non // defuturum: sed ad foelicem e exitum perducturum. Ergo me confirmavi // vimque omnem ingenii nitendi in rationem ejus rei perficiendae, quam // summa vitae meae devotione susceperam. Hac autem via id assequi // me posse existimave, si vitae integritate hoc meum propositum // comprobarem, et quam operariorum manum traduxeram, ab // infidelium consortio, et familiaritate, averterem; im eam sententiam // animo meo inclinato, non sine Dei providentia factum esse visum est, // ut in haec negotia involveremur. Sed ideo accidisse, ne otio corrupti, // libidini et lasciviae operam daremus. Praeterea //

succurrit, nihil // esse tam arduum, quin conando superari possit. Proinde ab animi // fortitudune petendum esse auxilium et continenti labore fa- // -miliam exercendam, huic nostro studio Dei beneficentiam non // defuturam. Itaque [in insulam] duobus millibus passuum a continenti remotam // transmissimus. Ibique domicilio nostro locum delegi, ut adempta fugae // facultate, manum nostram in officio continerem. Et quod foeminae sine viris suis non essent, ad nos commeaturae, delin- // quendi occasionem praeriperem. Accidit tamem ut e mercenariis // 26 voluptatis illcti cupiditate, in meam vitam conspiraverint. // Sed die constituta consilio exequendo, resmihi per unum ex consciis // enunciata, eo ipso momento, quo ad me opprimendum armati // admaturabant. Hoc modo periculum effugimus. Quinde e // meis domesticis ad arma conjuratis incessit terror, tantaque perturbatio, ut // nullo negotio facinoris autores quatuor, Qui mihi fuerant // designati, corripuerimus, et in vincula conjicerimus. Eo casu // reliqui consternati, positis armis delicuerunt. Postridie unum cathenis exolvimus, ut causam suam diceret liberius, sed effuso cursu in mare se precipitem egit, et suffocavit. Reliqui ut e vinculis // causam [sic] dicerent adducti, sine quaestione, ultro exposuerunt, quae per indicem comperta habuimus. Unus ex ipsis paulo ante a me castigatus, // quod se scorto conjunxisset, inquiore esse mente cognitus est, et // ab se conjurationis initium factum esse, atque patrem numeribus // devinxisse, ut eum e nostra potestate eriperet, si scorti copula[m[prohi- // bere contenderam; hic suspendio sceleris poenas luit; duobus reliquis delicti // gratiam fecimus, ita tamen ut in cathenis terram exercerent; in aliis // quid esset peccati // exquirendum esse mihi non putavi, ne compertum // scelus inultum omitterem; aut si supplicio castigare vellem, cum // facinus ad multitudinem pertineret, non superessent Qui opus a nobis // institutum perficerent. Itaque dissimulata animi mei offensione // peccatum condonavimus, et animo bono esse jussimus: non ita tamen a solicitudine nos abduximus, quin quid in uno quoque

esset // animi, ex studio curaque sua quotidiana diligentissime venaremur. // Et cum labori eorum non parcerem, sed assidua mea praesentia // ad opus eos urgerem, non solum pravis consiliis viam praecensimus // sed brevi tempore insulam nostram munitionibus et validissimis // propugnaculis sepivimus. Interim pro ingenii mei captu, eos movere // et a vitiis deterrere nos desistebam, atque mentes eorum Chriatiana // imbuere religione, indictis a me mane at vespere publicis et quo- // tidianis precibus, Qua cautione, et diligentia, reliquam anni partem // quietiores habimus.

Caeterum eam quam exposuimus curam, nobis // ademit navium nostrarum adventus. Hinc enim nactus sum viro, // a quibus non solum mihi sit minime cavendum, sed quibus // salutem meam tuto possim commitere. Hac oblata mihi facultate, decem // ex ommi copia delegi, apud quos imperii nostri potestatem deposui, // decernens ut nullae res posthac nisi consilio gerantur. Adeo si quid // in quemquam durius statuerem, nisi consilii autoritas et consensus // accederet, infernum esset et inane. Hoc tamen mihi reservavi //, ut lata sententia, supplicum veniam dare mihi liceat; sic (sic) omnibus // prodesse, nemini nocere possum. Hae demum sunt artes, quibus // dignitatem nostram retinere, tueri et propagare constitui. Addam // consilium quod litteris tuis adhibuisti: summa animi contentione // operam daturus, ut me vel tantilum ab eo deflectamus. Hoc enim // certe, nec sanctius, nec sanctius, nec rectius, nec sanius velum esse, persuasum // habeo. Quam ob rem etiam tuas literas in senatu nostro legendas // deinde in acta transcrivendas curavimus, ut si quando a cursu // aberrare contingerit, earum lectio ab errore revocet. Quominus // noster Jesus Christus, ab omni malo, adheosque collegas protegat; // spiritu suo vos confirmet, vitamque vestram ad opus Ecclesiae suae // quam longissime producat. Fratribus meis charissimis Cephae // et de La Fleche fidelibus, plurimam salutem meis verbis velim // impertias. Collignio e Francia Antartica prid. Cal. April: 1557.

Si ad Renatam Franciae Heram nostram, quicquam literarum // dederis, hanc quaeso meo nomine diligentissime salutem.

Qui amantissimus, cupidissimus et de animo.

Nicolas Villegagnon

Carta de Villegagnon a Calvino (tradução)

1557, 31 de Março.

Penso não poder expressar quanto me encheram de alegria a tua carta, e os irmãos que vieram até mim juntos com ela: encontraram-me aqui ocupado no exercício da minha magistratura e no encargo das funções eclesiásticas. Estas me proporcionaram a maior ansiedade: Ozias tinha chamado a minha atenção para esta prova da vida. Porém precisava cuidar que os nossos obreiros que foram trazidos para cá com a perspectiva de lucro, induzidos pelos costumes dos nativos não se contaminassem com os vícios desta gente, ou viessem a cair na apostasia por falta da prática dos exercícios religiosos. A chegada dos irmãos retirou de mim essa ansiedade. Acrescento ainda o interesse seguinte: se nós devemos no futuro ser incomodados por este motivo ou ser ameaçados por um perigo qualquer, os ditos irmãos não deixarão de ser para mim um apoio e de ajudar-me com seus conselhos. A suspeita dos perigos em que vivíamos tinham-me tirado a possibilidade de uma confiança desta espécie. Estes irmãos que vieram comigo da França abalados pela iniqüidade de nossa sorte, repetiram *mutatis mutandis* a experiência do Egito. Os homens que foram deixados aqui eram indigentes, guiados pela cobiça, os quais tinham sido os que conseguira encontrar na ocasião: a condição deles era tal que devia temê-los

mais do que esperar consolação de parte dos mesmos. Aqui está a causa deste fato: quando aportamos, dificuldades de toda a espécie levantaram-se à nossa frente no justo instante em que pensava nas coisas mais importantes que devíamos fazer. O país era completamente inculto, sem casas, sem nenhuma fonte de cereais. Só havia gente selvagem, afastados de toda cultura e humanidade; diferenciados de nós pelos costumes e regras de vida, sem religião, sem conhecimento nenhum do que seja a honra, a virtude, incapazes de distinguir o justo do injusto, tanto que me veio a dúvida se tínhamos encontrado feras revestidas de aparência humana. Contra essas dificuldades inconvenientes, precisávamos procurar e encontrar um remédio com a máxima dedicação e presteza, enquanto os navios se preparavam para o regresso, a fim de que os indígenas atraídos pela cupidez das nossas coisas, não nos pegassem desprovidos do recurso da frota, sem preparo, e nos matassem. A isto se acrescentava a proximidade desleal dos portugueses. Com efeito, estes, apesar de não terem podido proteger a região em que nos instalamos, suportam muito mal a nossa intromissão aqui e nos perseguem com ódio insano. Por causa disso devíamos resolver todos os problemas a um só tempo: era mister escolher um lugar para abrigar-nos, fazer derrubadas e terraplanagens, e conduzir munições para lá, construir fortificações, abrigos para guardar os mantimentos, reunir material, e transportar tudo nos ombros por falta de animais de carga, subindo uma ladeira e atravessando lugares impraticáveis. Outrossim, porque os indígenas viviam dia após dia sem aplicar-se na agricultura, em nenhum lugar encontrávamos reservas de víveres: ao contrário, devíamos buscar, colhendo aqui e ali, em lugares longínquos. Por isso precisava repartir o nosso grupo (apesar de ser pequeno como era) e reduzi-lo. Em conseqüência dessas dificuldades, aqueles que me haviam acompanhado por amizade, desconfiaram de nossa situação e arrepiaram carreira (como referimos anteriormente). Eu também fiquei bastante impressionado, mas refleti no que afirmara aos amigos: partira de

França a fim de aplicar no cultivo do reino de Cristo o cuidado que antes tinha votado às coisas humanas, depois de que descobrira a vaidade de uma dedicação desse tipo. Com isso eu me expunha às críticas e às repreensões dos meus homens e sujeitava meu nome às injúrias se me desviasse do empreendimento por causa do trabalho ou da opinião que existia perigo. Outrossim como se trata de uma ação a favor de Cristo, tive a convicção que Este nunca me faltaria, e que, além disso, levaria o negócio a conclusão feliz. Portanto recobrei ânimo e apliquei todo o poder do meu espírito no esforço de levar a cabo esta causa que empreendera dedicando-lhe o máximo da minha vida. Assim estimei que podia alcançar este objetivo, se pela integridade da vida comprovasse o meu propósito, e se afastasse esta tropa de obreiros que trouxe, do convívio e da familiaridade dos infiéis; tendo o meu ânimo inclinado neste sentido, pareceu-me que foi a providência de Deus que nos fez envolver-nos em tal negócio. Ao contrário isso tinha acontecido para que nós não fossemos corrompidos pelo ócio e não nos abandonássemos ao prazer e à lascivia. Veio também ajudar-me [a idéia] que não há nada tão difícil que não possa ser sobrepujado pelo esforço. Portanto devia buscar auxilio na firmeza de ânimo, exercitar os companheiros num trabalho contínuo, e assim a beneficência de Deus não falharia ao nosso zelo.

Por isso nos transportamos a uma ilha distanciada dois mil passos do continente. Escolhi este lugar para nossa habitação a fim de tirar dos nossos homens a possibilidade de fuga e mantê-los assim no cumprimento do dever. E porque não havia mulheres suscetíveis de chegar até nós sem os seus maridos, extirpei a ocasião de pecar. Porém acontece que 26 dos mercenários incitados pela cupidez da volúpia conspiraram contra minha vida, mas chegado o dia quando o projeto devia ser executado, a trama foi-me revelada por um dos implicados, no próprio momento, onde eles se preparavam para matar-me. Desse modo fugimos ao perigo. Convoquei a cinco de meus domésticos armados e saí contra o

adversário: isso incutiu tanto terror e tanta perturbação, que conseguimos pegar sem dificuldades e colocar na cadeia os quatro que me foram indicados como os autores do atentado. Os outros, aterrorizados pelo acontecido abandonaram as armas e dissolveram-se. No dia seguinte libertamos de suas correntes um deles, a fim de que defendesse melhor sua causa, mas ele fugiu numa disparada tola, e foi precipitar-se no mar, afogando-se. Os demais foram trazidos para defenderem também a sua causa, presos, e expuseram pormenorizadamente, sem necessidade de torturas, o que já tínhamos descoberto pelo denunciante. Um desses, que eu tinha castigado algum tempo antes, porque tivera relações com uma prostituta, revelou-se de espírito completamente iníquo; ficou averiguado que ele fora o iniciador da conjuração, e que tinha aliciado por meio de presentes o pai da prostituta a fim de arrancá-la de nosso poder, se eu tentasse proibir-lhe a coabitação com ela; este foi enforcado para pagar tal crime; aos dois restantes concedemos perdão, mas de modo que eles tinham que lavrar a terra em cadeias; quanto aos demais não quis informar-me de suas faltas para não deixar um crime averiguado sem punição; com efeito, se quisesse castigar com suplício a todos que estavam envolvidos na intentona, não sobrariam bastantes para terminar a obra que empreendemos. Por isso, depois de dissimulada a ofensa feita à minha alma perdoamos o pecado e mandamo-lhes serem bons, e contudo não nos afastamos dos cuidados de apanhar com a máxima diligência o que cada um tem na mente em função do zelo e da aplicação dele. E como se não os poupasse ao labor, mas os apressasse ao trabalho com a assiduidade da minha presença, não só trancamos o caminho aos seus maus desígnios, mas dentro de pouco tempo cercamos nossa ilha de fortificações e de obras de defesa solidíssimas. Nesse entretempo, segundo a capacidade do meu espírito, não cessava de os impressionar e de os desviar dos vícios e de imbuir suas mentes com a religião cristã mandando dizer duas vezes ao dia, pela manhã e à noite, preces públicas; com essas precauções e diligências, mantivemo-los absolutamente tranqüilos o resto do ano.

Porém a chegada de nossos navios nos tirou essa preocupação que acabamos de expor. Daqui, com efeito, obtive homens dos quais não só não devia de modo nenhum preocupar-me, mas aos quais podia confiar a minha vida com toda a segurança. Aproveitando a oportunidade que assim me era oferecida, escolhi 12 homens dentre toda a colônia e depositei nas mãos deles o poder ligado à nossa autoridade decidindo que, de agora em diante nada se faria que não fosse sem a deliberação do conselho, tanto que, se eu ordenasse qualquer coisa em prejuízo de alguém essa ordem seria sem efeito e sem valor, se a autoridade e o consentimento do conselho não a ratificassem. Contudo, reservei para mim, isso: que uma sentença uma vez dadas, me fosse permitido conceder graça aos que suplicassem, assim posso ser útil a todos sem prejudicar a ninguém. Eis aqui os meios pelos quais tenho deliberado conservar, proteger e propagar a nossa dignidade. Acrescentarei o conselho que colocaste em tua carta: é preciso entregar-se à obra com toda a absorção da alma, a fim de não nos permitirmos qualquer desvio por pequeno que seja. Estou certo que não existe luminar mais santo, nem mais reto, nem mais sadio. Por isso tivemos o cuidado de ler a tua carta em o nosso senado e transcrevê-la, nas atas, a fim de que se acontecer de nos afastarmos de nossa linha, a leitura desta nos reconduza do erro. Nosso Senhor Jesus Cristo queria preservar-te e aos teus colegas de todo o mal: que Ele vos fortifique por meio do Seu Espírito, e que prolongue a vossa vida para a obra da sua Santa Igreja o mais extensamente possível. Queira repartir com os meus caríssimos e fiéis irmãos Cephas e de La Fleche, as minhas mais numerosas saudações. De Colligny, na França Antártica, na véspera das calendas de Abril (31 de março) de 1557.

Se escreveres alguma carta a nossa Hera, Renata de França, rogo-te saudá-la com a maior diligência em meu nome.

O teu amicíssimo, muito afeiçoado e de todo coração

1557 (novo estilo), 1º de abril.

Carta dos pastores Chartier e Richier a Calvino para descrever a este a viagem que fizeram e a chegada deles à colônia estabelecida por Villegagnon na baía da Guanabara.

Perpetuum Domini favorem frati precamur.

Nostra conjuctio, charissime frater, Qua vinculis Sancti Spiritus // coadunati, in unum Christi corpus calescimus et vegetamur, nos // adeo familiari consortio jungit, ut longa lataque locorum distantia // que nos corporum praesentia privat, non impediat quin domino // tecum praesentes simus, et persuasum habeamus te tua charitas non // solum conservetur sed in dies magis ac magis crescat, nostro // nunc officio deesse noluimus subjicendo tibique coelando ea // Dei beneficia quae ab eo copiose admodum accepimus; imo // potius hanc ad te mittimus epistolam, ut et nostri majoris et // gaudii participem te faciamus et simul ejus laudem celebremus // ejusque famam et gloriam ubique divulgare conemur. Impiorum // scelerata vita et incompositi mores, assiduae ipsorum in Deum // âëáoñÞìiáé, adversariorum Christi in repugnando verbo Dei // pervicacia et rabida maledicentia, insidiae quas ab eis // nobis praeparatas multi profitebantur, (earum tamen effectum nunquam Deus nobis ostendit) alia pericula viae, maris procellae et // quae illic contigerunt incommoda, maximam nobis dederunt occasionem // tristitiae. Verum inter tot vitae nostrae discrimina eam quam de // / Dei opt. Max. Erga nos favore spem conceperamus, sensimus // in nobis confirmari, cum antiquam ejus nos paternan clementiam ad memoriam revocantes experiebamur eum tunc // stari promissis in periculorum profondo lacu minime derelinquere. Cum // enim ad eum locum pervenissemus, in quo is erat, qui partim // sua authoritate, partim consilio, partim sumptibus (quantum ei // licet) hujus ecclesiae primordiae curat, Qui et hujus nostri // instituti

dominus et caput est, in Galia multa nobis resolvenda // fuerunt, in quibus sapientia divina clarissime apparuit. Alia // praeterea illic gesta sunt, verum talia quae nos consolari potius // quam tristitia afficere deberent, praesertim cum videremus multos // verbi Dei cupidos et ea quae nobis necessaria essent polliceretur // quantum prestare poterat tum ad libros emendos, tum ad vestimenta // comparanda, tum ad itineris sumptus faciendos. Cum autem // pervenissemus Lutetiam ecclesiam Christi illic congregatam // optime verbo Dei comperimus, unde maxime // sumus consolati, videntes adimpleri Davidis vaticinium quo // praevidebat Christi regnum in medio inimicorum suorum stabile // fore, quod te nostris ad te literis tam intellexisse confidentes pluribus verbis nom proseguemur. Peracto // Lutetiae enim nostro negotio appulimus portum maris, // vulgo appellatum Honnefleur die autem novembris 19. Ingressi // sumus naves quarum ministerio huc usque tandem pervenimus hancque // insulam quam appelant de Couligni introivimus die 7 Martii. // Ubi coelitus nobis paratum invenimus et patrem et fratrem Nicolaum // Villagaignonem: Patrem dico quia nos ut filios amplectur, alit, // et fovet; fratrem vero quia nobiscum unitum patrem coelestem // Deum invocat, ipsum Christum solum esse Dei et hominum mediatorem // credit, in ejus justitia se coram Deo justum esse non dubitat, // Spiritus Sancti interno motu apud se ipsum experitur se vere // membrum Christi esse, cujus Dei testimonia non pauca vidimus.// Delectatur enim verbo Dei, cui ne doctorum quidem antiquorum dogmata quamvis a multis sacra videantur, praeferre instituit: Carius // certe judicium hoc vix admittit, quando quidem antiquitas apud eum // multum potest, eousque tamen pervenit, ut animum suum sancto // puroque Dei verbo regi sinat. Honeste et prudenter familia sua praeest quae illius ecclesiae speciem praeferre videtur quam // in domo sua sabebant Pristilla et Aquilla; aut illius quae // apud Nympham erat, quo fit ut speremus breve futurum ut inde prodeant amplissimae ecclesiae quae laudem Dei // celebrent et Christi

regnum augeant. Is enim optimum syncere // veroque Christianae religionis exemplar et dux se ipsum praebuit, // tum in audiendis publicis concionibus et orationibus, quibus aderant // et omnes ejus domestici, tum in percipienda sacra coena Christi, // quam avidissime et religiosissime excepit. Priusquam autem ad hoc coeleste convivium accederet, publicam fidei suae confessionem // clara voce protulit, et Salomonem imitatus, locum in quo eramus // congregati precibus Deo se dicare declaravit seque et sua omnia // ad ejus gloriam propagandam parata esse professus est. Sed // ne hystoriam texere potius quam te nostrarum rerum certiorem // facere videamur, reliquorum narrationem tabellario familiarissime // tibi cognito relinquentes, a quo privatis colloquutionibus // quaeccumque nobis acciderunt poteris intelligere, scriptis nostris // finem imponemus, modo te rogaverimus ut tuas preces in // conspectu Dei effundas, quo perficiat Christi aedificium quod // in his terrae finibus inchoatum est, et admoneas omnes quos Deum // timere et ex animo venerari cognoscis, ut idem tecum agant. // Hec autem Eleutheropoli cui te ministrum Evangelii praeposuit tam // absolutum precamur ut conservet, foveat, in tranquillo et // parato statu retineat, simulque suas ecclesias ubique sua // paterna clementia congregatas fortitudine muniat. // Collegas tuos omnes saluta, si lubet, nostro nomine: nominatim autem Nicolaum Galazium, P. Viretum et Theodorum Bezam. Insulae Couligniensi quae prima Francorum exculta fuit habitado in // antartica Gallia. Cal. aprilis, anno Domini 1556.

Tui frates quos Evangelii ministros esse // inssisti.
G. Charterius tuus
In Christo.

Richerius tuus
In Christo.

Carta escrita da França Antártica pelos pastores Chartier e Richier, ao Ver. João Calvino, a 1º de abril de 1557

(novo estilo) – tradução

Rogamos o perpétuo favor do Senhor para o irmão.

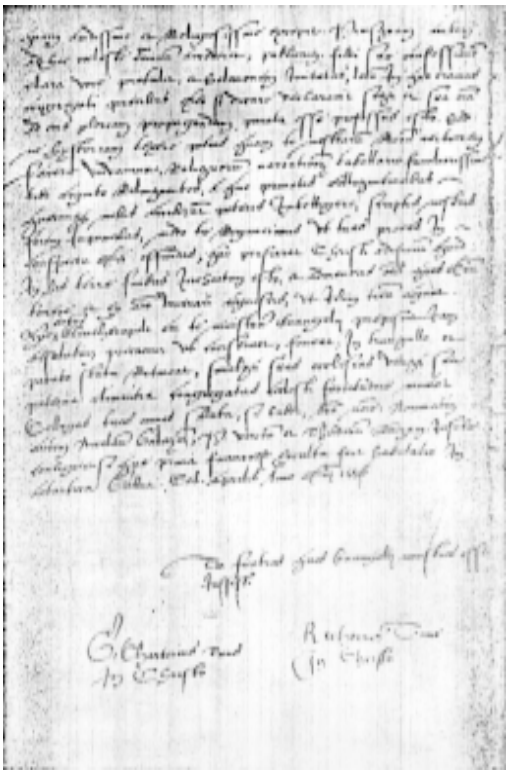
Nossa reunião, caríssimo irmão, pela qual congregados pelos vínculos do Espírito Santo, nos fortalecemos e vivemos no corpo único de Cristo, nos liga em consórcio tão familiar que a imensa distância, embora nos prive da presença corporal, entretanto não impede que estejamos contigo no Senhor, e estamos certos que de tua parte conservas lembrança de nós: a fim de que esse amor não só seja conservado, mas cresça cada dia mais, não queremos faltar agora ao nosso dever ocultando-te os benefícios que recebemos em abundância de Deus; por isso alegria, celebrar ao mesmo tempo o louvor de Deus e esforçarmo-nos em divulgar por toda a parte a fama e a glória d'Este. A vida criminosa e os costumes dissolutos dos ímpios, as blasfêmias freqüentes dos mesmos contra Deus, a maledicência obstinada e furiosa dos adversários de Cristo, que os leva a repugnar a palavra de Deus, as insídias que muitos confessam Ter sido preparadas contra nós (contudo Deus nunca permitiu que elas produzissem efeito), outros perigos da viagem, as tempestades do mar e os inconvenientes que aconteceram no seu decurso, todos eles nos deram maiores oportunidades de tristeza. Mas, entre os muitos perigos de nossa vida, sentimos confirmar-se em nós a esperança que tínhamos concebido decorrente do favor de Deus Todo-Poderoso, quando trazendo à memória antiga da clemência de Deus a nosso favor, experimentamos que Este cumpre as Suas promessas e nos favorece quando precisamos mais, e de modo nenhum nos deixa no profundo lago dos perigos. Com efeito, antes de chegarmos a este lugar, em que esse homem estava cuidando da igreja que acaba de ser fundada, em parte por sua autoridade, em parte por sua determinação, em parte por seus

gastos (na medida em que isso lhe era permitido), esse homem que é senhor e cabeça deste nosso estabelecimento, houve muitas coisas que tivemos de resolver na Gália, nas quais a sabedoria divina aparece claramente. Além disso, outras coisas foram feitas lá, mas tais, que nos proporcionaram mais consolação do que tristeza, sobretudo quando vimos muita gente ávida da palavra de Deus, oferecendo-nos as coisas que nos eram necessárias na medida em que podiam fornecê-las, seja para comprar livros, seja para adquirir vestimentas, seja para cobrir os gastos da viagem. Quando chegamos a Lutécia (Paris), achamos a igreja de Cristo reunida aí para ouvir a palavra de Deus, e por isso fomos consolados ao máximo vendo realizar-se a profecia de Davi onde previa que o reino de Cristo seria estável no meio dos Seus inimigos, e porque sabemos que tu já sabe disso pelas nossas cartas mandadas anteriormente, não acrescentamos outras palavras. Uma vez concluídos nossos negócios em Lutécia, nos encaminhamos ao porto marítimo vulgarmente denominado Honnefleur [Honfleur], onde chegamos a 19 de novembro. Entramos nos navios que nos permitiram afinal atingir este lugar longínquo, e no dia 7 de março entramos nesta ilha que chamam Colligny. Aí encontramos disposto pelo Céu a acolher-nos como pai e como irmão, Nicolau Villegagnon: digo pai, porque nos abraça, nos nutre e nos favorece, como se fossemos seus filhos; e digo irmão, porque invoca juntamente conosco o Pai celeste; crê que Cristo é o único mediador entre Deus e os homens; não duvida em ser achado justo diante da justiça de Deus; ele mesmo sente-se verdadeiramente membro de Cristo por impulso interno do Espírito Santo, e deste fato vimos muitos testemunhos. Ele deleita-se na palavra de Deus, e confessa que a prefere a todos os dogmas dos antigos doutores, ainda que pareçam sagrados para muitos: e tanto mais precioso é o fato de admitir este juízo certo, desde que a antigüidade tem grande poder sobre ele, e [todavia] chegou até este ponto de consentir que o seu espírito seja dirigido pela palavra santa e pura de Deus. Ele dirige de maneira honesta e

prudente a sua comunidade, que parece oferecer o aspecto da igreja que Priscila e Áquila sabiam manter na casa deles; ou daquela igreja que existia na casa de Ninfa, e por isso podemos esperar em breve que surjam da mesma numerosas igrejas para celebrar o louvor de Deus e aumentar o reino de Cristo. Com efeito, este homem, de maneira perfeita, sincera e verdadeira, se oferece ele próprio como modelo da religião cristã e como chefe, seja ouvindo em público pregações e preces, às quais todos os seus familiares estão presentes, seja participando da Santa Ceia de Cristo, que recebe com a máxima religiosidade. Antes de aproximar-se para este convívio celeste, fez em alta voz a confissão pública de sua fé, e imitando Salomão declarou que consagrava a Deus o lugar onde nos achávamos reunidos, e fez profissão que ele e todos os seus bens estavam prontos para propagar a glória d'Este. Mas para não tecer uma história em vez de dar-te conhecimento dos nossos afazeres deixamos a narração dos outros fatos ao portador desta carta, que tu conheces intimamente, e com quem, em conversas privadas, poderás saber todas as coisas que nos aconteceram. Poremos fim aqui, à nossa carta, depois de te havermos rogado que faças as tuas preces perante Deus, para que se complete o edifício de Cristo que foi começado nestes confins da terra, e que admoestes a todos que conheces a fim de que temam a Deus e O venerem de todo o ânimo, o que os levará a proceder de igual modo para contigo. Oramos a Deus para conservar, favorecer e manter em estado tranqüilo e bem disposta essa Cidade da Liberdade (*Eleutheropolis*) na qual Ele te colocou como ministro do Evangelho com poderes tão absolutos e, de igual modo, oramos que Ele fortifique a coragem de suas igrejas reunidas por toda a parte pela Sua clemência paternal. Sauda, se quiseres, em nosso nome, a todos os teus colegas: particularmente a Nicolau Galais, P. Viret e Teodoro de Beza. Da ilha de Coligny, que foi o primeiro lugar habitado e cultivado por franceses na Gália Antártica. Datado das calendas de abril [1º de abril] do ano de Nosso Senhor de 1556.

Teus irmãos que insistem em ser ministros do Evangelho.

G. Chartier, em Cristo.
Richier, em Cristo *



Carta dos pastores Chartier e Richier a Calvino – última folha

* O presente trabalho de tradução foi efetuado em colaboração pelos professores Yves Bruand, lente de Metodologia Histórica e Paleografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Departamento de História), e José Gonçalves Salvador, lente de História na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, em São Paulo.

Espaço X

Padre Antonio Vieira e os cristãos-novos

A. Trajetória de vida

Acreditava-se que fosse natural da Bahia, em vista de suas relações com a mesma e de que a família viveu ali por muitos anos. Mas não foi bem assim. Sabe-se que os pais eram portugueses e que primeiro residiram em Portugal, sendo que o genitor, por nome Cristóvão Vieira Ravasco, mudara-se de Santarém para Lisboa, onde se casou com Maria de Azevedo, mulher branca e sem defeito de sangue. Aqui exerceu ele o cargo de moço da câmara e logo depois o de escrivão dos agravos da Relação da Bahia, que assumiu em Salvador e o desempenhou por diversos anos, desde 1609 a 1614. Foi, então, a Portugal e retornou de lá com todos os consangüíneos.

O filho, Antônio Vieira, nasceu em Lisboa a 6 de fevereiro de 1608. Estava, pois, com seis anos quando a família desembarcou na Bahia, em Salvador. Fez as primeiras amizades, aprendeu a ler e a escrever, observou a vida dos conterrâneos, além de ir ao escritório do progenitor por mais de uma vez. Ao atingir a adolescência, com 15 anos, deu um passo inesquecível, pelas marcas que gravou no espírito. A 5 de maio de 1623 deixou tudo a troca de um lugar no colégio da Companhia de Jesus estabelecido na cidade. Foi bem acolhido. Tinha semblante atraente e olhar vivo. A biografia tomaria agora nova direção. Começou a aprofundar-se no cultivo da fé religiosa e a disciplinar-se nos costumes da Ordem Ignaciana. Dali enviaram-no para Évora, a fim de iniciar-se no preparo dos três votos do juramento relativo ao noviciado, a saber: obediência, pobreza e castidade, no lapso de dois anos.

O tempo que permaneceu, durante a infância, na Bahia, revelou-se de suma importância. A cidade e a Capitania tornaram-se mais e mais conhecidas. Não só por ouvir falar, havia atividades agrícolas e comerciais pelos cidadãos, as lojas, os vestuários, os mercados, os templos e as igrejas; o porto e os armazéns. As pessoas que se moviam na rua principal eram judias na maior parte, escravos africanos; quão boa terra.

A maior parte são judeus, conforme o Pe. Geral, Manuel Temudo, em 1621. Os judeus entre os principais. Aprendeu a distingui-los: homens de negócios e mercadores, muitos os senhores de engenho, quem comprava o açúcar, e quem o vendia. As críticas, os elogios, as observações. Soube ou viu a atuação das Visitações do Santo Ofício em 1618 e 1627, e como eram tratados os incursos nas denúncias, os pecados cometidos. Travou relações com pessoas de destaque na vivência comum, entre as quais Duarte da Silva e Jerônimo Nunes da Costa. Alguns negociavam com Portugal, França e Países Baixos. Soube que a maioria dos judeus provinha da etnia hebraica, chefiados por pessoas de projeção, à frente dos quais Diogo Lopes Ulhoa, secretário e amigo do Governador Diogo Luís de Oliveira, Lic. Salvador Torres, vigário geral, que encobria faltas dos judeus, Lic. Gonçalo Homem de Almeida, fazendeiro; ligados ao Santo Ofício, enumeram-se, o Comissário Antônio Rosado e o Visitador Lic. Marcos Teixeira (1619). Havia relativa tolerância; boa situação durante o domínio Holandês. Certas ações negativas. O pai, Cristóvão Vieira Ravasco figurava como excelente informante. Vieira esteve fora durante anos, escrevia-lhe. Em 1641 voltou a Portugal, estava com 33 anos; após viajar pela Europa.

Vieira gozava da simpatia dos judeus, fato de suma importância. Como se explica? Irmãs casadas com elementos dessa etnia, graças ao espírito de tolerância, numa época de preconceito e de aversões. Leonarda foi casada com Simão Álvares de Lapenha e teve filhos, faleceu em 1664, em naufrágio, quando regressava com

os mesmos a Portugal (cf. *Cartas*, v. II, p. 16, nota 13). Maria de Azevedo nasceu na Bahia, casou com Jerônimo Sodré Pereira (Idem p. 16 e 19, nota 20); Catarina Ravasco de Azevedo casou com Rui de Carvalho Pinheiro; Fernão Vaz da Costa casou com Inacia de Azevedo.

O ingresso do menino Antônio Vieira na Companhia de Jesus põe à mostra a tolerância dos pais e o espírito que ele próprio manifestou durante a vida toda. Contagiou a todos e também foi contagiado. Vêmo-lo desde cedo a interessar-se pela "gente da nação", não o impedindo o progenitor. Ademais a sociedade jesuítica, achava-se sob forte influência judaizante. À frente da mesma achava-se o Diretor Ignácio de Loiola, que dizia sentir não lhe correr nas veias o sangue da Virgem Maria. O Secretário Geral, por 25 anos, foi Juan Afonso de Polanco, seu braço direito. No Brasil deixaram nome os companheiros Leonardo Nunes; José de Anchieta filho de israelita, Inácio de Tulosa, e outros. Influíam, e foram influenciados.

Os cunhados e amigos judeus exerceram forte influência sobre todos, também.

O sebastianismo cresceu durante o governo Filipino, criado pelo célebre Bandarra. Alimentou o espírito bragantino, contribuindo para a conservação da velha monarquia e sua restauração. Seguiram-no numerosos adeptos judeus, em sintonia com o Velho Testamento. Vieira inspirou-se nessa doutrina. Fortaleceu o nacionalismo, com base na tradição e no Velho Testamento. Entre as declarações consta a de que o "Encoberto" ressuscitaria.

Vieira passou a defender os cristãos-novos, os quais tinham a oposição do Santo Ofício e da Ordem Dominicana. Eram duas grandes forças contrárias à Sociedade Judaica. É sabido o caso das maçãs, disputadas pelos dois institutos. Embora fosse uma questão simples. O mesmo Vieria tornou-se, por fim, uma das vítimas da Inquisição. Esteve preso em Coimbra durante anos. Buscou refúgio em Roma, junto ao Papa. Quem ousaria enfrentar esse tribu-

nal? Processá-lo! Quisera saber-lhe a genealogia, se tinha sangue impuro! Porque só um judeu defenderia tão ardorosamente outros judeus, mas nada encontraram. Entrementes condenou os estilos do Tribunal; os estatutos deviam ser mudados. Os réus precisavam de saber quem os acusava. Abolir as condenações.

Quanto mais o tempo decorria, mais crescia a oposição do Santo Ofício, apoiado pelos dominicanos e por outros elementos. Os cristãos-novos renovam as pretensões com o auxílio de Vieira, aos quais também recorre sempre que necessário. Por exemplo, a compra de um navio para socorro à Bahia. A rivalidade aumenta entre a inquisição e a companhia.

O patriotismo e o nacionalismo em Vieira eram de um legítimo cidadão português, inconformado com a situação política. O domínio filipino, aceito por constrangimento. Aceitou-o por obrigação. Estava no seu *psiquê*. Duas características no seu pendor: a religião e o sentimento político. Refinado patriota: educação, lar, jesuíta, em harmonia.

Geralmente são confundidos: o político e o patriota. Sempre a favor da nação. Ingressa na política em vista das circunstâncias. Apela para os deveres dos cidadãos, contradiz os estrategistas. Sustentar o novo governo, obediência, pagamento dos tributos, a Redenção da Pátria. Até ao púlpito. Os sermões de sentido político; impressos depois: Ano Bom, S. Roque, S. Antônio.

Os jesuítas repudiaram o domínio Filipino. Alguns foram presos. Vieira entre os contemplados.

Se trouxeram recursos para Portugal, tanto melhor. Quer que os cristãos-novos sejam livres; entrar no país, e sair livremente; comerciar com a nação que quiserem. Vieira bate-se por amor à Pátria, por nacionalismo. Veja-se, por exemplo, o documento em que isso sugere às autoridades do Reino.

O ingresso na política foi obra das circunstâncias, ao lado do seu pendor cívico. Quando a porta de acesso se abriu, adentrou

sem tardança no paço real. Granjeou a acolhida dos íntimos do monarca, Coutinho e Marquês de Niza; a princípio externava cautelosamente as opiniões, mas depois com menos resguardo. Falava francamente com D. João IV, do qual se tornou confidente. Dava conselhos sobre a guerra com Castela, querendo que toda a nação se envolvesse; na questão de Pernambuco, que a paz fosse comprada, não por derramamento de sangue, mas por meio de concessões, os judeus emprestariam. A sugestão foi de Gaspar Dias Ferreira, bastava dar-lhes o direito de ingresso no país. Portugal achava-se em estado miserável. Um remédio: bastava admiti-los (Veja a proposta!). O comércio, de igual modo, desejava o restabelecimento da monarquia.

– Vieira, por vezes, atacou a Inquisição devido aos embaraços que a mesma causava.

– De um lado os monarquistas, do outro os filipinos conservadores. Manuelinos e Filipinos. Os jesuítas a favor da restauração, ao passo que o Santo Ofício era pelo *status quo*. Os dois em oposição; maior o afastamento entre ambos. Idem quando Vieira pugnava a favor do retorno. Entre os sermões proferidos por ele estava a Restauração. O movimento contaria com empréstimos dos expatriados.

Denúncias contra ele, ao Geral e a D. João, seus planos e simpatia aos judeus. Traz a público a idéia da Monarquia Universal, na qual os "da nação" desfrutariam de lugar extraordinário, o 5º Império. A seguir surge com o plano das duas Companhias de Navegação e Comércio, Oriental e Ocidental – a 3 de julho de 1643. A reação do Santo Ofício é imediata. O capital dos comerciantes torna-se um fato positivo. Escreve a História do Futuro.

Tais planos multiplicam a rivalidade entre o Santo Ofício e a Ordem Inaciana. Quem vencerá? Em 1644 Vieira é considerado pregador régio e promessas ao pai pelo Rei. Sua influência cresce, mas pouco pode fazer. Aconteceu o falecimento do rei. Vieira so-

fre um acidente grave. Presta o juramento final da Ordem: o da obediência ao Papa, e então vai trabalhar no Maranhão.

Sobem ao trono, Afonso VI e D. Pedro I.

B. Padre Antonio Vieira e os cristãos-novos

Por cristãos-novos se designavam outrora os judeus que passavam por ser cristãos, ou que o eram realmente.

O cognome data do reinado de el rei D. Manuel, embora os hebreus tivessem chegado há muito a Portugal. A sua instalação aqui se perde no tempo, o mesmo sucedendo com a Espanha.

O certo é que após o batismo cristão foram crescendo sempre em número, ocupações, encargos e influência. Houve, então, bons financistas, médicos, geógrafos e muitos outros. Ficaram, por conseguinte, os nomes bem conhecidos de Zacuto, de Diogo Bocarro, Bocarro, os Lucena e tantos mais. Sabe-se que tinham negócios com os Países do Norte, Índias, África, Grécia, Turquia etc.

Porém, ao tempo de D. João III, instalou-se o Santo Ofício e tudo se alterou.

Mudanças profundas aconteceram daí em diante afetando principalmente os súditos israelitas. As restrições tornam-se mais rígidas. O Estado e a Igreja adotam razões de cunho mais político do que religioso. Ciúmes e rivalidades espocam entre cristão e judeus. A bem conhecida lei da *puritate* vira uma exigência complicada, alterando o relacionamento entre as duas etnias. Os cristãos-velhos, considerados portadores de sangue limpo, passam à categoria especial e única. São os nobres, capazes de exercer funções dígnas. Assim os matrimônios mistos tornam-se mal vistos se o nubente for da raça espúria. O que se pretendia, contudo, era impedir os judeus de ascenderem às classes mais elevadas da sociedade, assim

como às militares, clericais e até às mercantis. Razão porque o candidato devia, antes, efetuar uma provança genealógica a começar por antepassados remotos. O mesmo dizia respeito à lei das heranças. Os filhos recebiam por desigual caso se tornassem cristãos, diferentemente dos pais. A religião, por conseguinte, não constituía a causa única da incompatibilidade. Além disso os semitas deviam pagar os dízimos à Igreja, efetuar empréstimos, fazer doações e cumprir outros deveres. Não é, pois, de estranhar que numerosos deixassem o país, ricos e pobres, os quais iam beneficiar os lugares do exílio. Certamente levavam consigo o dinheiro, investindo-o de outras formas. A vida lhes valia muito mais. E os inquisidores não ignoravam tudo isso. Dizia-se, inclusive, que os judeus compravam genros cristãos-velhos à custa de dinheiro. Sabia-se de alguns que se evadiram para o estrangeiro, como Diogo Mendes, os Henriques, os da Silva, os Nunes e assim por diante. A nação, ao contrário ficava cada vez mais pobre, inclusive de gente. O absurdo chamava a atenção de autoridades e do povo em geral. Alguma solução deveria ser encontrada. No rol figuravam o Padre Vieira, Duarte Polis, Luis Mendes de Vasconcelos e numerosos outros.

Remédio valiosíssimo, mercador de toda a consideração, consistia em trazer de regresso à prática os cristãos-novos refugiados no estrangeiro. São bons servidores e podem viver aqui. Se na Itália e até junto ao Papa são benvindos, por que nós lhes fechamos as portas, dizia o clérigo.

Em tal sentido foi que o mesmo obteve um alvará do Rei D. João IV facultando-lhes o ingresso no Reino, em vista do estado miserável no qual o país se encontrava. A proposta é feita a D. João IV, em 1643. É notório que Portugal já estava em guerra com a Espanha e logo surgiria o início com a Holanda, devido às lutas em Pernambuco. Quem, pois, teria medo dos judeus portugueses? É obrigação admiti-los na Província Lusa!

A 3 de julho desse ano, Vieira adere à proposta a favor dos judeus expatriados, quando trouxe a público a idéia da Monarquia Universal, que, sem dúvida, teria a necessária ajuda destes seus amigos. Mas o plano abrangia igualmente duas Companhias de Comércio: uma para o Oriente e outra para o Ocidente, ambas com capital judeu. Ora o meio para movimentar o tráfico de mercadorias. Contudo o plano levantou forte oposição. O Santo Ofício reagiu imediatamente, de modo que a Companhia de Jesus viu que a rivalidade para consigo aumentou também. Vieira contava pouco mais de 35 anos, embora moço ainda, mas já conseguira afeiçoar-se ao Soberano, ainda que nem sempre houvesse acordo entre ambos ou com os ministros. Em tais circunstâncias, quando os problemas afloram além do esperado, como sucedia no caso dos expatriados e na compra de navios para os socorros marítimos, Vieira apela aos de Ruão, Amsterdã, Roma, ou a amigos judeus, a exemplo do consul Manoel Fernandes Vila Real. É preciso lembrar que o negócio dos cristãos-novos estava permanentemente no espírito deste povo. Ao ajudá-lo moviam-se de quando em quando o Marquês de Niza, Francisco de Souza Coutinho, o conselheiro André Henriques, o financista Duarte da Silva, e outros.

Acontece que os eventos se sucedem, às vezes de modo surpreendente, a exemplo da tomada de Pernambuco, quando Portugal se achava em plena guerra com a Espanha. Vieira considerava esse evento um mau fato. Seria de bom senso resolver o conflito primeiro. Ele temia a luta ao mesmo tempo em diversos campos. Portugal não dispunha de gente e nem de dinheiro. Então o amigo, Gaspar Dias Ferreira, que já estivera em Recife, lhe dá um conselho, aparentemente sábio: que se compre Pernambuco aos Holandeses, por dinheiro. O parecer foi bem acatado, caindo sobre o Padre Jesuíta o apelido de "Judas do Brasil". Não importa, porque ele pensava em reconquistar o Brasil, depois D. João IV também pensava assim!

E o dinheiro para o negócio? Os mercadores judeus, residentes na Holanda, o emprestarão mediante contrato com garantias.

O que decidir? Vieira quer que voltem à Pátria, sem perseguições e sem confiscos. Noutras palavras: que se efetue a reforma dos estilos da Inquisição. Entrementes, Duarte da Silva caiu no desagrado do Santo Ofício e foi preso. Em conseqüência o abalo repercutiu em toda a Europa, ferindo os hebreus. D. João e o Tribunal se indispõem. Felizmente as coisas mudaram para melhor. No Brasil aconteceu a revolta dos Pernambucanos, auxiliados por outros, inclusive por uma frota de 36 galeões armados. Recife caiu em mãos dos Portugueses da companhia de Comércio (alvará de 06 de fevereiro de 1649). Nisso estava o remédio, na verdade. Os planos baseados na diplomacia fracassaram na realidade. Pensou-se, inclusive, no casamento do Príncipe D. Teodózio, e na divisão do Reino em duas partes, devendo D. João IV mudar-se para o Brasil, sede deste novo reino. Foi um triunfo retumbante para Vieira a instituição da Companhia, graças aos mercadores hebreus de Lisboa e aos de Hamburgo e Amsterdã, Jerônimo Nunes da Costa e ao filho. Brasil e Portgugal ficaram salvos.

O chamado "Papel forte", atribuído a Vieira, cumpriu as vezes de bússula. Havia sempre uma a mostrar a rota, consoante a Proposta de 1643, repetida em muitas ocasiões. Venceria, por fim, após lutas e sacrifícios. Foi criticado. Sofreu calúnias. Os que exerciam o comércio foram os seus melhores amigos. Estes subscreveram um milhão e trezentos mil cruzados de capital (1.300.000 cruzados). Com isto agravou-se a incompatibilidade da Inquisição versus cristãos-novos. A controversia reacendeu-se, com a participação de Vieira, sempre ao lado dos amigos, coisa que eles bem sabiam. Sua dialética geralmente vencia. Os dominicanos, ao contrário, eram seus inimigos e favoráveis ao Santo Ofício, sobretudo no caso da isenção dos confiscos.

Por fim ficou desiludido da política e afastou-se. Para ele, na "Corte reinam os intrigantes e aduladores", os que estão interessados em si próprios, e não no bem da Pátria.

Além das intrigas, das distorções e das calúnias, esteve doente e sofreu um grave acidente. Escreveu, contudo, dezenas de cartas a quem de direito, sermões e obras literárias, destacando-se a *História do futuro*, na qual gastou quinze anos e que o Santo Ofício depois lhe seqüestrou. Desempenhou ainda outras missões.

Em seguida foi mandado missionar no Maranhão (1651-1661).

ESPAÇO XI

Os Raposo Tavares e a Inquisição Portuguesa*

Saio a campo, por dever de historiador, em abono do prestígio dos dois Raposo Tavares, Fernão e o filho Antônio, cujos nomes estão ligados profusamente ao nosso passado em virtude dos feitos que realizaram aqui no século XVII, tornando-se figuras heróicas, em vez de sujeitos condenáveis, impiedosos e cruéis, consoante foram considerados por alguns escritores, com base na destruição das "Reduções jesuíticas do Paraguai". Entretanto, documentos originais, que descobri em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revelam agora grande parte da verdade, acerca de ambos.

Sem a menor dúvida, trata-se de indivíduos naturais do Alentejo, residentes em Évora, ou melhor, em Beja, região caracterizada por três distintas atividades, sobressaindo-se a agro-pastoril, a comercial e a marítima. Muitos fazendeiros, mercadores e gente do mar, ali laboravam. A Província forneceu então, negociantes, navegantes que supriam os navios em direitura às Índias, África, Brasil e outras terras. Numerosos artesãos vieram trabalhar nos engenhos de açúcar. Não se estranhe, pois, que os Tavares houvessem nascido nessa região abençoada.

Há que levar-se em conta a influência dos fatores geográficos, sem, contudo, esquecer, a contribuição da família, da sociedade e da instrução escolar. Basta lembrar que em Évora existia uma notável Universidade, e que esta achava-se ao alcance da juventude do país, não só da sua elite mas também das classes mais modestas. Os Tavares, Fernão e o filho, revelaram conhecimentos que

---

* Publicado originalmente na *Revista do Instituto Genealógico Brasileiro*. São Paulo, 1995.

somente em tal ambiente teriam adquirido, como provam os cargos exercidos anos depois. O primeiro tornou-se Juiz de Órfãos e posteriormente Tesoureiro da Bula da Cruzada na própria localidade. Tratava-se portanto de pessoa responsável e digna da maior confiança. Razão, outrossim, porque soube conquistar o coração da jovem Francisca Pinheiro da Costa Bravo, cristã-nova da cepa judaica. Porém o enlace durou poucos anos, devido ao falecimento da referida senhora a qual deixou duas filhas, ainda crianças, para cuidar e educar.

Por isso, Fernão Tavares procurou casar-se novamente, escolhendo para tanto a viúva Maria da Costa, ainda no vigor da vida, e que lhe daria mais três rebentos, a saber: Pascoal com oito anos em 1619, (achando-se a mãe presa pelo Santo Ofício), Diogo e Ana, de menos idade. Todos, por conseguinte, passaram a formar uma só família, recebendo as mesmas influências.

Maria era judia, assim como fora o marido Diogo Nunes Machado, mercador e rendeiro, genitor de Isabel e de João de Brito. O certo é que pais e filhos caíram nas malhas do órgão policiador da fé.

Além das duas senhoras supra citadas residiam em Beja e na Província diversos parentes. Os avós de Maria eram os conhecidos Gomes Alves e Isabel Lopes, já falecidos ao tempo da prisão da filha. Viviam, porém, João Lopes d'Elvas, conhecido pelo apelido de "o dos óculos", casado com Dona Inês, o qual escapa depois ao Santo Ofício, por haver falecido. Eram fazendeiros em Moura. Tiveram sete filhos. Mais irmãos: Manoel Lopes d'Elvas e Pedro d'Elvas, casado com Cecília Dias, moradores em Elvas, inclusive com os netos, os quais, todos, foram alvo do Santo Ofício. Tais eventos, repercutiram sem dúvida, alcançando de igual modo os Raposo Tavares. Parece, contudo, que Jaime Cortesão, autor da obra *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, desconheceu o caso de Maria da Costa, que penou durante anos nos catres da Inquisição. Processo nº 11.992.

Não obstante, ou talvez em razão das circunstâncias, Fernão Vieira Tavares resolveu evadir-se para o Brasil, conforme se deduz de eventos posteriores, seguindo-o Antônio. A princípio fixam-se na Bahia de Todos os Santos, na expectativa de melhores dias, pois graves denúncias pesavam sobre o primeiro, visto haver-se assenhoreado de seiscentos (600 $ 000) Reais pertencentes aos fundos da Cruzada, segundo expressam documentos da época. O testemunho de sua mulher, Maria da Costa, na audiência perante o Santo Ofício, é válido plenamente, e mais, que seu marido pretendia resgatar a dívida, praticada sem dúvida em momento de extrema necessidade. Quem sabe para sanar as despesas com a ida ao Brasil.

Se o egrégio Tribunal quisesse poderia deter agora os dois Tavares, como vinha fazendo até então. Agentes próprios não lhe faltavam, e ademais servidores fiéis, gratuitos e voluntários, achavam-se em todo o Reino. Havia, outrossim, a obrigação de reprimir heresias, práticas judaicas, protestantes e mouriscas. Importava manter a unidade política, a qual andava ligada à religião. Mas nada aconteceu a Fernão e ao filho por razões que desconhecemos. Outras forças se sobressaíram.

Quanto à gente de Beja, adianto que desde há anos acusações foram chegando ao órgão policiador, sobretudo contra certos judaizantes radicados na Província, destacando-se aquela cidade. O caso de Maria, mulher de Fernão Tavares, começou em outubro de 1609, quando a ré Maria Dias foi submetida a interrogatório e a tormento, por diversas vezes, mas se recusou a denunciar qualquer pessoa ou delito. Todavia, a nove de setembro de 1611, mudou de procedimento e resolveu abrir a boca e denunciou como judaizantes, Teotônio Gomes e as irmãs Maria da Costa e Francisca, além de Isabel Lopes e Beatriz Antônia, todos da família, os quais tornou a culpar na segunda audiência em 11 de dezembro. Depois chegou a vez de Maria da Costa, recriminada por crer na lei de Moisés e por afirmar que na mesma esperava salvar-se. Foi encar-

cerada, mas o progenitor, João Lopes d'Elvas e outros da família já estavam lá.

Por estranho que seja, cabe-me dizer que a prisão da segunda Maria foi obra prioritária da autoridade civil, estribada na suposição de que João Lopes, Francisca e ela encontravam-se foragidos em Lisboa com o objetivo de embarcarem para o Brasil, sem a licença de Sua Majestade, por serem cristãos-novos, conforme a lei vigente (Certidão de 16 de maio de 1618). Como prova da fuga existia também a ausência da falta de roupa do vestuário com eles. Por conseguinte, foram conduzidos à terrível prisão do Limoeiro para serem julgados.

Em tais circunstâncias a Inquisição se sobrepôs ao Tribunal Civil, ordenando que Maria fosse transferida para a sua alçada, e entregue ao alcaide Manuel da Cunha, fato que realmente aconteceu a 3 de junho de 1618, sucedendo daí em diante os tormentos e humilhações de praxe, mesmo porque a ré negava tudo; ao passo que o órgão religioso afirmava que a referida senhora tinha "culpas que pertenciam ao Santo Ofício". Em conseqüência foi iniciada a lavratura do respectivo Processo, sob n. 11.992.

À ré, agora, só restava um caminho para livrar-se da prisão. Aconselharam-na a ajustar o Lic. Ruy Gonçalves de Siqueira como Procurador, alvitre esse ajustado prontamente. O advogado logo entrou em ação. De imediato requereu ao cível uma certidão sobre os motivos do confinamento, bem como o direito à defesa pessoal da senhora aprisionada. Então, chamada a prestar declarações, ela negou tudo e esclareceu o que se dizia. Confessou que, de fato, pretendia viajar para o Brasil, porque o marido, Fernão Vieira Tavares, ocupante do cargo de contador-mor estava doente, conforme notícia da Bahia, datada de 16 de fevereiro de 1618. Solicitava a devida licença, mesmo porque é casada há muitos anos e ter filhos... "Por fim, pede a soltura, mas é aí que o Santo Ofício intervém, dando-lhe saída apenas em 1624. O caso teria longa repercussão, certamente.

Sem dúvida o triste evento teria alcançado o Brasil, onde já se encontravam Fernão Tavares e o filho Antônio, ainda moço. Os laços familiares lhes estavam bem vivos, e nem a mudança para São Vicente, São Paulo, em 1622, lhes retiraria lembranças e sentimentos. Os portugueses são sentimentais por natureza.

Pelo menos, Diogo da Costa Tavares e o irmão Antônio Raposo Tavares, vieram instalar-se na Vila de Piratininga, iniciando nesta o tipo de vida que os caracterizaria até ao final, demonstrando dessa forma que São Paulo era de fato um reduto de judeus, segundo já se pretendeu. Os moradores acolheram-nos bem e juntos participaram nos mesmos eventos, a exemplo das campanhas visando a destruição das "Reduções Jesuíticas" do Paraguai, além de outras. Antônio casou com mulher paulista, Beatriz Furtado de Mendonça, filha de Manuel Pires, antigo morador no planalto de Piratininga. O irmão Diogo seguiu-lhe o exemplo, tendo casado por duas vezes, sendo que a primeira mulher pertencia à família Bicudo. Após radicar-se aqui, Antônio toma parte saliente no movimento das bandeiras. A estima e a confiança que desperta contribuem para destacá-lo entre os vizinhos. Fundou um sítio para as bandas de Quitaúna. Em 1633 foi eleito Juiz Ordinário, e a seguir foi provido no ofício de Ouvidor da Capitania, ocasião em que à frente de um grupo de vizinhos expulsou de Barueri os jesuítas ali estabelecidos. Não cessa de agir. Dá começo aos ataques contra as "Reduções Espanholas" custodiadas pelos discípulos de Ignácio de Loiola. Isso faz durante anos, auxiliado por companheiros da estirpe sefardita, entre os quais os irmãos Pedroso de Barros, os Bueno, o sogro Manoel Pires, os Fernandes povoadores, o irmão Diogo da Costa Tavares e outros. De todas as "entradas" merece referência especial a bandeira efetuada em 1641, sob a chefia do mestre de campo Antônio Raposo Tavares. O objetivo consistia não só em desmantelar as aldeias jesuíticas e prender os índios, mas também em conquistar as terras, que achavam pertencer a Portugal. Era natural que os paulistas fossem enfrentados duramente. Nem se

estranhem os acintes dos dois lados na contenda, pois rivalidades e diatribes vinham se acentuando de ano em ano.

A questão das "reduções" tem origens no passado remoto, ou seja quando os portugueses quiseram descobrir os aspectos do litoral, bem como os limites ao Norte e ao Sul. Após algumas viagens estabeleceu-se o consenso de que na parte Setentrional a área lusitana alcançava a foz do Amazonas, ao passo que na Meridional englobava a bacia do rio da Prata. Assim foi confirmado pelo Acordo de Tordesilhas. Fato admitido no geral pelos portugueses, incluindo em especial os de São Paulo, os quais sempre reivindicaram as terras intermediárias para a sua nação. É fácil comprovar isto por meio de fatos históricos.

Ademais à medida que notícias se foram divulgando acerca da descoberta de ouro no Peru e em áreas limítrofes com o Brasil, mais cresceu a ambição. A princípio a rota para os Andes tomava o rumo do Prata, mas depois, por diversos motivos, o caminho escolhido tornou-se o do mediterrâneo; isto é, o que conviesse. Finalmente os sertanistas escolheram como alvos o Guará, sob a chefia de Antônio Raposo Tavares, a redução de Encarnação, as reduções de São Miguel e de Jesus Maria, e outras. Não escaparam nem as vilas de Cidade Real e Vila Rica em mãos dos espanhóis. As que se fundaram a seguir em direção ao Sul, como as do Tape, no atual Rio Grande do Sul, vieram todas a baixo por iniciativa do ousado Raposo Tavares com o auxílio de vários chefes paulistas. Nesta região de lutas e contendas sucederam pertinazes discussões entre os contendores. Numa destas ocasiões, o padre Cristóvão de Mendonça inquiriu Antônio Raposo Tavares, perguntando-lhe porque consentia tal procedimento aos seus subordinados, ao que ele respondeu: "Temos de expulsar-vos de uma terra que é nossa e não de Castela". De outra feita quiseram saber em que estatuto se baseavam, ou que autoridade lhes ordenava o feito. Responderam que a Lei estava no Livro de Moisés, e a autoridade a que obedeciam era a do rei que tinham no Brasil. A justificativa estribava-se

na velha tradição dos limites territoriais e na repulsa ao domínio castelhano negado perpetuamente pelos portugueses; a independência andava agora em ebulição contra o governo filipino. Pretendia-se mesmo trazer para o Brasil o príncipe D. Manoel de Bragança, na qualidade de herdeiro de D. Antônio. Por conseguinte o fermento cresceu e todas as classes juraram fidelidade a el-rei D. João IV, motivo que levou o Capitão Raposo Tavares a Portugal, sendo bem recebido pela nova Corte.[1] De lá, o grande sertanista retorna a São Paulo trazendo a revelação dos planos que iria executar; talvez por desejo do rei bragantino. Em conseqüência organiza uma Bandeira notável (1648), pelo número de elementos, organização etc. vai até aos Andes, descobre as nascentes do Amazonas, desce o majestoso rio, chega ao Pará, e depois alcança a vila de Piratininga. É recebido festivamente, mas cansado e envelhecido; treze anos são passados. É um absurdo o que alguns dizem sobre ele, como também acerca da formação étnica de São Paulo, que é, na verdade, constituída por indígenas, brancos e cristãos-novos. Nada de portugueses quatrocentões. Um misto de raças, como se sabe.

A propósito das viagens a Potosi para buscar ouro, os paulistas resolveram seguir os caminhos pela via mediterrânea na direção de Guairá. Queixas foram subindo às autoridades espanholas. As "reduções", por fim, tornaram-se o alvo indefectível dos bandeirantes. Em 1627 o padre jesuíta Francisco Crespo, sugere até o despovoamento de São Paulo, porque "seus habitantes não fazem caso da justiça de Deus e nem da dos homens; são gente tirana e cruel", porém os ataques ganham corpo. O vulto cresce de 1629 em diante, quando os inacianos interpelam pessoalmente alguns dos chefes, entre os quais Antônio Raposo Tavares, que responde ao padre Cristóvão de Mendonça: "Temos que expulsar-vos de uma terra que é nossa e não de Castela". A um segundo interlocutor

---

1 *Os cristãos-novos, povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1683)*. Leia-se p. 283 et seq.

que lhe perguntou o título em que se estribava para lhes fazer guerra, disse que "pelo título que Deus lhes dava nos livros de Moisés". Em 1648 o mesmo Raposo lidera com André Fernandes a invasão do Itatim com aqueles objetivos, fato comunicado ao governador paraguaio na seguinte linguagem: "dizem que o duque de Bragança criou mestre de campo a Antônio Raposo Tavares, para conquistar estas terras e fazer caminho para o Peru". E, na realidade, o decidido bandeirante atingiu os Andes, desceu o Amazonas e alcançou o Pará. Estava, assim, transposta a linha de Tordesilhas, conquistado o Centro-Oeste, e ligado o Sul e o Norte.

Contudo, vários acontecimentos importantes haviam se passado no cenário histórico. Na Península Ibérica o Santo Ofício decai de prestígio e poder. O padre Vieira o afronta corajosamente. Os judeus recobram as forças. D. João IV torna-se o novo soberano da monarquia portuguesa. Raposo Tavares vai a Portugal, de onde regressa ao Brasil coberto de glória. Ninguém o iguala como sertanista nem como espancionista do território nacional. Bem merece a fama que desfruta, granjeada a custa de coragem, de espírito altaneiro, de renúncias e de sacrifícios. Foi, na verdade, uma figura *sui generis*. Até onde lhe pesou a influência da Inquisição? O exemplo do Padre Vieira? A complacência do rei, cedendo aos hebreus a formação da Companhia de Comércio? O reconhecimento aos feitos de Raposo Tavares? São razões a considerar.

Bibliografia

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*.

ARQUIVO Nacional de Portugal (Lisboa). *Processo do Santo Ofício*, nº 11.992.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos novos*: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680). São Paulo: Pioneira, 1976.

Espaço XII

O Rio de Janeiro visto por um americano em 1835

Em meados de agosto de 1835 desembarcava do navio "Nelson Clark" no porto do Rio de Janeiro o cidadão estadunidense Fountain E. Pitts. Demorar-se-ia na capital brasileira apenas o suficiente para conhecer as condições locais e a situação no país em vista dos objetivos de fora incumbido. De fato, aqui permaneceu por duas semanas, conversando com pessoas de língua inglesa e visitando um que outro logradouro público, a exemplo do Jardim Botânico, cuja variedade de plantas admirou, e também igrejas. Certo negociante britânico, mencionado pelo nome de Mr. Thornton, e residente nos arredores da cidade, proporcionou-lhe alguns passeios e lhe forneceu muitas das informações desejadas.

Ora, sendo a estada do ilustre visitante de curta duração, muita coisa, certamente, escapou aos seus olhos, mesmo porque nas três breves missivas que nos legou não podia contar tudo. Estas falhas, entretanto, serão facilmente sanadas recorrendo-se à obra de seu patrício e confrade, Daniel P. Kidder, intitulada *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, de inestimável valor para o conhecimento da vida e costumes da nossa gente ao tempo da aclamação de Pedro II. Todavia, as cartas de F. E. Pitts, ainda que lacônicas, revestem-se de interesse, quer por se tratar de documentos – inéditos –, quer por serem escritas no exato momento da passagem da regência trina para a regência única. Vivia-se, então, uma fase de incerteza e de lutas políticas, em vista de nossa incipiente independência, ainda não consolidada, e da abdicação do príncipe D. Pedro ao trono do Brasil. A constituição outorgada em 1824 já não atendia aos reclamos. Havia descontentamento nas províncias

e o país corria o perigo de esfacelar-se à semelhança das colônias americanas da Espanha, ou de converter-se em uma federação. É quando surge como medida salvadora o Ato Adicional, a 12 de agosto de 1834, o qual permitiu a reforma constitucional e a ascenção do padre Diogo Antonio Feijó como regente único.

É nas duas últimas cartas, uma datada do Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1835, e a outra de Buenos Aires a 30 de setembro, em que Pitts se externa a respeito do que viu e ouviu na Capital do Brasil. A Baía da Guanabara, como não podia deixar de ser, encantou-o por sua beleza e grandiosidade, parecendo-lhe um imenso lago crispado de graciosas ilhas. Ao passo que das margens dispontam vilas florescentes, além da cidade de São Sebastião, centro, por excelência do comércio exportador e do importador. À entrada destaca-se um elevado monte de granito (Pão de Açúcar?) e a umas cinqüenta milhas a serra dos Órgãos, visível a longa distância, em dia claro. E quanto ao porto escreve que nele se encontram navios de todas as nações da terra, talvez por força de expressão. Mas, na verdade, o Rio de Janeiro já desempenhava na época um papel de grande importância no comércio mundial, tanto assim que Daniel Kidder especifica as bandeiras que ali drapejam nos mastros, como sejam, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Espanha, da Bélgica, da Dinamarca, de repúblicas sul-americanas, e tantas mais.[1] O principal artigo da exportação é o café, que sabemos cultivado no Vale do Paraíba e regiões circunvizinhas, fazendo-se o transporte para as embarcações por escravos negros. Estes, em magotes de dez a vinte, levava cada um sobre a cabeça uma saca pesando 73 kg em média, conforme esclarece o mesmo Kidder, e enquanto o fazem, cantam em coro a fim de imprimir cadência, estímulos e rentabilidade ao trabalho que executam. Igualmente, nas ruas, a cada passo se depara com algum

[1] KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (Rio de Janeiro e Província de São Paulo). Liv. Martins Ed. S. A. p. 137.

africano, de um e outro sexo, carregando fardos, trouxas ou objetos. Pitts não se refere aos negros que perambulavam vendendo mercadorias por mandado dos seus senhores, mas viu-os, com certeza, pois os cronistas o asseguram. A um daqueles, certo indivíduo já velho e tatuado perguntou o viajante americano acerca do Grande Espírito da sua terra nativa e o que sabia sobre o diabo, obtendo em resposta que o Deus de lá não é o mesmo daqui e que lá existem demônios por todas as partes.

A cidade de São Sebastião pareceu a Fountain Pitts algo estranho, inteiramente despida de chaminés, por supô-la, talvez, possuidora de fábricas. E o pior, as ruas apresentavam-se manifestamente sujas e os passeios muito estreitos, calçados toscamente, à maneira das vielas de Nova Iorque. E não obstante, dizemos nós, tratava-se da nossa capital, a sede da monarquia e do parlamento, a atrativa Côrte, onde as mais distintas famílias tinham moradia. A população orçava em 200.000 almas, quer no conceito de Pitts, quer no de Kidder, contando-se nesse total os estrangeiros, os quais ainda que em pequena proporção constituem uma parcela bastante significativa. As casas, no geral, são resistentes, pois construídas de pedras e tijolos e protegidas das chuvas por telhas onduladas. O autor das *Reminiscências de Viagens*... oferece, porém, outros detalhes, afirmando que os prédios raramente têm mais de três andares, mesmo nas ruas comerciais, e comumente todos apresentam a característica cor branca da argamassa que os reveste.[2] Os templos e conventos são de estrutura antiga, havendo dos primeiros uns vinte, profusamente ornados com imagens, pinturas, lampadário e relíquias, mas destituídos de bancos. O número de fiéis que os freqüentam é formado na quase totalidade pelo elemento feminil. A pompa de outros tempos, pelo que ouviu, decaiu muito, porquanto o próprio Catolicismo já não exerce a mesma influência. Inclusive o governo já contribuiu para isso, limitando o número de

[2] Idem, ibidem, p. 46.

sacerdotes e reduzindo o de procissões. Até há pouco as pessoas deviam ajoelhar-se quando passava uma delas, mas agora apenas se espera que tirem o chapéu. Outra decisão deveras singular do último imperador, ou seja de D. Pedro I, foi a da utilização do mosteiro de São Bento, transformando-o, a seguir, em arsenal do Estado.

Quanto à situação religiosa das comunidades estrangeiras, a nova Constituição no seu artigo 5º lhes faculta adquirirem ou construírem lugares para o culto divino, contando que sem a aparência de igreja. Mas, não obstante isso, Pitts informa existir na cidade apenas um, ou melhor "uma pequena Igreja Episcopal Inglesa, a qual é atendida moderadamente".[3] Os alemães, contudo, aguardam a vinda de um pastor da Igreja Luterana para lhes pregar na sua própria língua, enquanto que os americanos e os ingleses desejam um ministro Metodista. Também se espera outro da Seaman's Friend Society, dos Estados Unidos, para dar assistência aos marinheiros, visto o grande movimento de navios no porto. Pitts constata, de igual modo, a existência de um notável interesse pela adoção de missões, sobretudo as dirigidas por estrangeiros. Por onde se pode concluir que as modernas missões protestantes estavam em vias de penetrar no País.

O Brasil vive uma nova era, de progresso e de liberdade, testificada pela livre circulação de toda e qualquer literatura, seja religiosa ou de outra natureza. Além do que, os prelos dão a público diversos jornais, uns diários, outros semanais. Enquanto uns tratam exclusivamente de política, outros se ocupam de literatura ou de matéria variada.[4] Demonstra bem, igualmente, o novo espírito que sopra sobre a nação, o fato de que "o atual candidato à

---

[3] Essa Capela teve a sua pedra fundamental lançada em 1819, à Rua dos Borbonos, foi também o primeiro templo protestante na América do Sul.

[4] Quando Kidder redigiu o seu livro, editavam-se no Rio quatro diários, dois jornais trisemanais, seis a dez semanários e diversos outros periódicos. Dentre eles são mais conhecidos por causa das lutas políticas da época, *O Tamoio* e *A Aurora Fluminense.*

Regência, ainda que sacerdote, é decididamente a favor do casamento dos eclesiásticos", referindo-se, sem dúvida alguma, ao padre Feijó. Realmente já ao tempo em que ocupara a pasta da Justiça o ilustre homem público adotara uma série de medidas assaz avançadas, tais como a da concessão de certos direitos aos filhos bastardos, a proibição da importação de escravos etc. O Sr. Pitts enganou-se, porém, numa de suas afirmativas: Feijó a esse tempo já estava eleito, vencendo folgadamente o candidato do partido governista. A posse no cargo é que não se dera ainda, por motivo de enfermidade, e só se efetivou a 12 de outubro de 1835.

Assim passa o missivista a tecer considerações acerca do governo. A nação tem que dirigi-la à Câmara de Deputados e o Senado, ambos em sessão no momento, e cujos membros foram eleitos pelo povo de diferentes partes do império. É um corpo que se impõe porque constituído de homens inteligentes. Daí também a razão porque o governo está realizando tanto progresso no comércio e nas artes e dando provas de liberdade em matéria de religião, a tal ponto que nenhuma outra nação Católica se lhe podem comparar. Pelo que, diz Pitts, o Brasil é um excelente campo para se anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, devendo aproveitar-se a oportunidade sem demoras.

Fountain Pitts era Ministro da Igreja Metodista Episcopal e ela o havia comissionado para examinar *in loco* com as possibilidades da criação de missões no Rio de Janeiro, Montevideo e Buenos Aires, destinadas não apenas aos estrangeiros, mas também aos nacionais. Quanto ao nosso país antevimos que o seu parecer foi inteiramente favorável, resultando, em conseqüência, no envio pouco depois do Reverendo Justin Spaulding e de Daniel P. Kidder.

São admiráveis as sugestões com que conclui a carta no Rio de Janeiro a respeito do pastor a ser enviado para cá. Diz Pitts, textualmente: "que ele venha imediatamente e comece logo a estudar a língua portuguesa. Que seja homem zeloso, paciente como Jó e praticamente da verdadeira filosofia cristã. Que todas as suas

preocupações sejam confiadas ao senhor Jesus e que pregue sentindo o Espírito Santo no coração". E na carta datada de Buenos Aires, incere as seguintes expressões: "Que use mais de prudência na sua oposição à Igreja de Roma do que de impetuosidade. Se for cortês e respeitoso para com a ordem estabelecida, terá liberdade para pregar sem ser molestado".

Ficha Técnica

Divulgação	Livraria Humanitas-Discurso
Mancha	10,5 x 18,5 cm
Formato	14 x 21 cm
Tipologia	Goudy Old Style
Papel	miolo: off set 75 g/m^2
	capa: cartão supremo 250 g/m^2
Impressão e acabamento	Gráfica Provo
Número de páginas	212
Tiragem	500